

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

Sérgio PERES DE PAULA

**FAZENDA DO CENTRO:
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ITALIANA
NO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para a obtenção de Licenciatura e Título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

FRANCA
2008

RECOLLECTIO 33-34 (2010-2011) 283-391

Dedico este trabalho a
Maria das Graças Nicoli,
in memoriam

Agradecimentos

Agradeço as seguintes instituições e pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho:

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que subvencionou esta pesquisa com uma bolsa de Iniciação Científica

Província de Santa Rita de Cássia da Ordem dos Agostinianos Recoletos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e todos os professores do curso de História e funcionários

Instituto “Frei Manuel Simón”, Castelo, Es e seus representantes, em especial o Sr. Lázaro Ernesto Destéfani

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, meu orientador

Sr. Lucílio da Rocha Ribeiro, Vitória, ES, que muito prontamente se colocou à disposição para auxiliar na pesquisa

Frades agostinianos da Capelinha e Residência N. S. das Graças em Franca e da Residência de Igarapava, SP.

Amigos que deram apoio e de cujo convívio social muitas vezes acabei me afastando um pouco por causa das exigências da pesquisa.

Muito obrigado a todos e ao Senhor Deus sem cuja Luz tudo seria Trevas e ignorância.

Lista de ilustrações

Ilustração 1 - Página de abertura do livro das Crônicas	5
---	---

Lista de mapas

Mapa 1 - Espírito Santo no início do século xx	5
Mapa 2 – Município de Castelo	5
Mapa 3 - Divisão dos lotes da Fazenda do Centro, assinado por Hermann Bello, agrimensor	5

Lista de fotos

Foto 1 - Manuscrito de D. João Batista Corrêa Nery, primeiro bispo de Vitória	5
Foto 2 - Casarão da Fazenda do Centro - Década de 80	5
Foto 3 - Antiga usina de geração de energia elétrica na Fazenda do Centro.	5
Foto 4 - Um dia festivo na Fazenda do Centro	5
Foto 5 - Nota Promissória ao Sr. Joaquim Vieira Moura, com data de 07 de maio de 1910, no valor de Seis Contos de Reis, assinada por Hermann Tautfeus Bello e José Mariano Sobrinho.	5
Foto 6 - Um antigo manuscrito da Fazenda do Centro, com a relação dos colonos	5

PAULA, Sérgio Peres de, *Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo*, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

RESUMO

A imigração italiana no sul do Espírito Santo, nas últimas décadas do século XIX teve algumas peculiaridades, tais como a transformação fundiária local de grandes fazendas retalhadas em pequenas propriedades colonizadas por imigrantes, em sua maioria italianos do norte da Itália e austríacos. Além do desejo de ser proprietário de terras, outros valores acompanhavam aqueles imigrantes, tais como o espírito de trabalho, a formação de famílias numerosas e a religião. No início do século XX, na região de Alfredo Chaves, atendida pelos frades agostinianos recoletos, surgiu uma demanda por novas terras. Fr. Manuel Simón, espanhol, com um grupo de imigrantes, adquirem uma vasta extensão de terras de uma antiga sesmaria, a Fazenda do Centro e ali formam o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. Neste trabalho, através de pesquisa bibliográfica e análise de fontes como crônicas, recibos, notas promissórias e escrituras, discute-se as características da imigração no local, a formação das colônias na região e o processo de aquisição e divisão da Fazenda do Centro. Analisa-se também as razões que associaram o Núcleo a uma reforma agrária e percebe-se que, mesmo envolvidas por um sistema capitalista moderno, as relações econômicas que levaram à sua formação estão permeadas de valores tradicionais.

Palavras-chave: imigração. colonização. Fazenda do Centro. reforma agrária. capitalismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	<i>pag.</i> 5
CAPÍTULO 1. A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: EGITO OU CANAÃ?	5
I. Compreendendo a Imigração Italiana para o Espírito Santo	5
1. O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e a pequena propriedade.	5
2. O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e a pequena propriedade.	5
3. O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e as relações de trabalho.	5
4. A Família, catalisador de vínculos comunitários	5
5. A Religião: suporte ideológico e catalisador comunitário e social no imigrante	5
CAPÍTULO 2 FAZENDA DO CENTRO: A FORMAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL	5
1. As fontes	5
2. A situação sócio-política e religiosa do Espírito Santo na visão de D. João Batista Nery	5
3. A situação sócio-política e religiosa do Espírito Santo na visão dos Agostinianos Recoletos	5
4. A situação institucional dos Recoletos	5
5. A aquisição da Fazenda do Centro. O que dizem as crônicas.	5
6. O que dizem os documentos.	5
7. O que dizem as Escrituras.	5
CAPÍTULO 3. REFORMA AGRÁRIA E RELAÇÕES CAPITALISTAS NA COLONIZAÇÃO DO SUL DO ESPÍRITO SANTO	5
1. Fazenda do Centro: Reforma Agrária?	5
2. As relações econômicas na colonização e imigração no sul do Espírito Santo.	5
CONSIDERAÇÕES FINAIS	5
REFERÊNCIAS	5

INTRODUÇÃO

O historiador se depara com uma situação bastante diferenciada quanto ao seu objeto de estudo em relação a outras ciências: ele próprio não constata os fatos que estuda. Logo, o seu conhecimento é um conhecimento indireto. Como então é possível estudar o passado? O conhecimento do passado se faz através dos vestígios, dos materiais fornecidos pelas gerações passadas, agora tornadas documentos que falam ao historiador. Os textos e documentos, porém, só falam se o historiador souber interrogá-los ¹. E à medida que os interroga, novos conhecimentos sobre o passado vem à tona. Poder-se-ia argumentar que estudar o passado é desnecessário, uma vez que ele não pode ser modificado. Marc Bloch responde a este argumento: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” ².

No interior no Espírito Santo, na cidade de Castelo, a 11 km da cidade, subindo em direção a um maciço rochoso e elevado, existe um casarão colonial, às margens do rio Caxixe, num vale cercado de montanhas ainda com muita mata tropical, próximo ao pico do Forno Grande, o ponto mais alto daquele Estado, como mais de 2 mil metros de altitude. É um casarão que, embora seja patrimônio histórico tombado, encontra-se bastante danificado por falta de conservação. Não perdeu, no entanto, sua imponência e, se a história se faz através de vestígios, ali está um documento em madeira e pau-a-pique como testemunha de uma época. Ao menos 150 anos já passaram e o casarão continua ali. Testemunha de um período marcado pela mão-de-obra escrava, de senhores latifundiários, de uma sociedade dividida basicamente nestas duas classes. Histórias de crueldades e maus-tratos aos escravos ainda circulam entre os antigos moradores daquela região. Foi-se a escravidão, veio a ruína. Dos escombros, brotou novamente a vida no local, sob uma nova estrutura fundiária e econômica: antes, a Fazenda do Centro, latifúndio dos senhores de escravos; depois, o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, de um grupo de frades espanhóis e algumas famílias, em sua maioria, de imigrantes italianos ou seus descendentes.

Em toda aquela região, há um grande contingente populacional de descendentes de imigrantes italianos. Ainda se encontra quem se refira aos “brasileiros” como os que não são descendentes de italianos. Gente extremamente trabalhadora e religiosa, ainda guarda algumas tradições de seus antepassados. No vale, encravado entre montanhas cobertas de mata, pró-

¹ BLOCH, Marc, *Apologia da história ou o ofício de historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 69-74, 79.

² *Ibid.*, p. 75.

xima ao casarão da Fazenda do Centro, encontra-se uma igreja de tamanho surpreendente. Quem não conhece a região talvez se pergunte: Que faz uma igreja tão grande num lugar tão ermo? Aos domingos, no entanto, a igreja, que antes parecia grande, torna-se pequena para receber os fiéis que moram nos arredores. Há vinte anos, com rostos marcados pelo trabalho ao sol, com mãos calejadas pelo trabalho duro de colher milho e café em encostas de montanhas, vozes afinadíssimas entoavam antigas canções italianas e belíssimos hinos religiosos. Todos estes descendentes de imigrantes italianos tem algo em comum, além das origens de seus antepassados: são pequenos proprietários, cujos avós vieram das colônias nos arredores de Alfredo Chaves, acompanhando um frade agostiniano recoleto, cujo nome é bastante conhecido ali: Fr. Manuel Simón.

Esta pesquisa nasceu da experiência de morar naquele casarão há vinte anos durante um ano. Nos porões do casarão, algumas argolas, onde se dizia que ficavam escravos de castigo. Em frente, um jardim e um campo de futebol, onde outrora fora um enorme terreiro de café, ladeado de casas que formavam a senzala da fazenda. Hoje, restam apenas alguns sinais dos fundamentos destas casas. Grande era a sede de saber como os primeiros imigrantes chegaram ali, de onde vieram, como era a vida nas outras colônias, por que foram parar ali em meio a gigantescos monolitos de granito e como se formou o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. Um senhor, de forte sotaque italiano, na época com 75 anos de idade, de uma vitalidade incrível e uma alegria contagiante, o Sr. Vitorio Bernabé, contava inúmeras histórias que iam do tempo da escravidão, passava por Fr. Manuel Simón até Fr. João Echávarri, lembrando fatos e personagens que ficaram na memória local. Algo desta memória foi recolhido em alguns livros, como os escritos pelo Sr. Máximo Zandonadi. Tal memória oral, tornada escrita, passaria pelo crivo de uma análise crítica? Haveria documentos que mostrariam outras versões diferentes dos fatos? Seria possível fazer daquela consciência histórica, sustentada no testemunho oral, uma narrativa que ajudasse a conhecer melhor os fatos, circunstâncias, conjunturas e estruturas ali presentes?

Jörn Rüsen³ afirma que “[...] a narrativa constitui (especificamente) a consciência histórica na medida em que recorre a ‘lembranças’ para interpretar as experiências do tempo.” Naquela fazenda, quantas ‘lembranças’! Não só na memória oral dos antigos descendentes de italianos, não! As paredes daquele casarão guardavam e ainda guardam muitas histórias! Como fazer vir à tona o que estava ainda guardado? Seriam necessários novos documentos. A província de Santa Rita de Cássia, da Ordem dos Agostinianos Recoletos, através de sua pessoa jurídica, a Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação, atual proprietária da fazenda, abriu seus arquivos e permitiu esta pesquisa. Ainda é Jörn Rüsen quem diz que a ‘lembrança’ flui

³ RÜSEN, Jörn, *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*, Brasília, DF: Ed. UnB, 2001, p. 62. (destaque do autor).

como orientação da vida prática atual e preenche-os com interpretações do tempo e constitui-se como um componente essencial da orientação existencial do homem ⁴. Entre os documentos, existem recibos, notas promissórias, memoriais descritivos de lotes de terra, mapas, escrituras, hipotecas, manuscritos em papel almaço rotos pelo tempo. Além destes, dois volumes de crônicas, datados de 1920, e um texto datilografado que seria uma “cópia fiel” do livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro, cujo original manuscrito se perdeu. Também em Vitória, a Cúria Arquidiocesana abriu seus arquivos e permitiu o acesso a alguns documentos, entre os quais o manuscrito de D. João Batista Correa Nery, primeiro bispo de Vitória. São documentos que se enquadram na linha da memória escrita, sob perspectivas diversas, mas que ajudam a compreender alguns fatos e situações. Tais textos são fundamentais enquanto documentos históricos que precisam ser lidos, estudados e analisados considerando os pontos de vistas diversos, a “Weltanschauung” de cada um. É ainda Jörn Rüsen quem afirma que

[...] toda narrativa histórica está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo. A experiência do tempo é sempre uma experiência de perda iminente da identidade do homem (também aqui a experiência mais radical é a da morte) ⁵.

E a morte aqui não se refere apenas aos indivíduos, mas à memória dos fatos. Não deixar que a experiência dos fatos desapareça, eis aí um grande desafio! Registros de crônicas, livros de tombo e similares, diários pessoais e autobiografia são tentativas de evitar a morte da memória e colaboram pra formar certas tradições. Massimo Mastrogregori ⁶, ao escrever sobre a tradição das lembranças em sua relação com a historiografia diz que no desenvolvimento histórico da tradição há três ordens de fenômenos:

1. A transmissão das lembranças ligadas à busca estratégica de identidades de uma sociedade;
2. A atenção para com os fatos reais, a busca de tudo o que aconteceu, a interpretação de testemunhos e de rastros;
3. A inserção numa perspectiva temporal, o olhar para o futuro numa busca de uma imortalidade no tempo humano; daí o próprio interesse para os acontecimentos que já não são visíveis para o passado.

O tom de excessiva exaltação dos feitos dos seus personagens presente nas crônicas dos agostinianos deixa claro o uso das lembranças como estratégia identitária.

⁴ Ibid., p. 63.

⁵ Ibid., p. 66. (destaque do autor).

⁶ MASTROGREGORI, Massimo, “Historiografia e tradição das lembranças”, in MALERBA, Jurandir (Org.), *A história escrita: teoria e história da historiografia*, São Paulo, Contexto, 2006, p. 70.

José Carlos Reis ⁷, ao escrever sobre a tendência à especialização na Escola dos Annales na década de 70 do século XX, indica alguns ganhos e perdas na passagem da pretensa história global e universal de antes para a história “em migalhas” como foi chamada a produção histórica de alguns historiadores daquele período. Assim podemos resumir algumas destas passagens:

1. Passagem da Síntese à especialização, a por fim no caráter teleológico da história, ao delimitar ao máximo o problema;

2. Passagem do Todo (holismo) ao Tudo (micro), a buscar o fim do caráter especulativo e metafísico e a recusar um olhar global, considerado normalmente de cunho totalitário;

3. Passagem do homogêneo (mudança) ao heterogêneo (conservação), a pretender o fim da homogeneização da vida social e a perceber os sujeitos “excêntricos”, fragmentados;

4. Passagem da estrutura ao indivíduo, do social objetivo ao individual subjetivo, contra as abstrações estruturais desencarnadas e irrealis, a valorizar o indivíduo real, concreto e singular.

5. Passagem do material ao imaginário e simbólico, a partir dos interesses materiais de classe e de grupos para o mundo psicológico e suas crenças, superstições, medos, fantasias, sonhos e pesadelos;

6. Passagem do racional ao irracional, pois não interessa mais a intersubjetividade e controle das palavras e mensagens, mas a linguagem como jogo e sentido construído segundo estratégias de forças e impulsos do presente;

7. Passagem da Revolução ao Imobilismo, que representou uma perda para os militantes, pois não há mais interesse em utopias racionais das sociedades perfeitas, consideradas como tentativas totalitárias; isto representou o fim da ingenuidade em relação à mudança e a perceber a distância entre a intenção, o discurso e a ação;

8. Passagem da memória à desmemória, pois a história anterior foi vista como uma memória de grupos dominantes que quer controlar o passado e o futuro;

9. Passagem da História-ciência social à história literatura, pois a história não mais foi vista como objetiva, formal, imparcial e científica mas escrita de forma poética, pessoal e imaginativa;

10. Passagem de uma identidade epistemológica da história à não-identidade; pois a história, por um lado, se apresentava como uma ciência social, reconhecível, identificável, formada por um conhecimento interdisciplinar e global, por outro, a história foi vista como pura temporalidade, historicidade, subjetividade e relatividade.

Este trabalho visou passar da síntese de uma pesquisa bibliográfica sobre a imigração italiana no sul a uma análise de documentos e fontes, fo-

⁷ REIS, José Carlos, *Teoria & história: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*, 3. ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006, p. 91-94.

calizando um objeto mais específico, o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. Em seguida, buscou-se olhar mais globalmente algumas idéias construídas sobre o objeto e analisar a relação entre a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro com as reformas agrárias e com o capitalismo moderno a se impor com força total desde aquela época.

O primeiro capítulo trata sobre a imigração italiana no sul do Espírito Santo, situando-a no contexto do fenômeno imigratório do século XIX e re-olhando algumas características peculiares deste fenômeno na região, em relação a outras do Brasil. A partir da idéia de que o principal objetivo do imigrante no sul capixaba era tornar-se proprietário de terras, analisou-se juntamente com esta, alguns outros valores relacionados, como a disposição ao trabalho, a valorização da família e da religião. Sem estes elementos, a compreensão do objeto desta pesquisa ficaria comprometida. Para situar a imigração italiana no sul do Espírito Santo recorreu-se a uma síntese bibliográfica a partir de outros autores que escreveram sobre este tema ou sobre a imigração no Brasil em geral, mas que ajudasse a compreender as peculiaridades da imigração no Espírito Santo. Utilizou-se aí também um livro de memórias de um imigrante italiano naquela região. As bibliografias sobre a imigração são por demais generalizantes, o imigrante torna-se um sujeito coletivo. Ao recorrer a uma memória escrita sem fins acadêmicos, perceber que aquele sujeito coletivo é um indivíduo existencial que tem muitas aspirações para sua vida, luta, trabalha, fracassa aqui, tenta a vida acolá, diverte-se, toma suas cachaças com os companheiros, ri, chora, reza, forma sua família e busca um lugar ao sol numa sociedade estranha e hostil em vários aspectos.

No segundo capítulo, focalizou-se a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. A situação dos imigrantes italianos já havia sido abordada no capítulo anterior. Era necessário destacar ali alguns outros elementos importantes, a saber, a situação da igreja católica capixaba e as razões que levaram um grupo de frades agostinianos recoletos a trabalhar como missionários naquela região no início do século XX. Após contextualizar alguns aspectos da igreja e dos religiosos, passou-se às motivações para a aquisição de uma fazenda no interior do Estado e a efetivação do projeto do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, ameaçado de não se concretizar desde o dia marcado para fechar o negócio. Os anos de 1910 a 1914 foram tenebrosos para aquele que esteve à frente do projeto, Fr. Manuel Simón: problemas com um sócio perdulário, dívidas que pareciam impagáveis, incompreensão por parte do clero local, risco de perder tudo, inclusive o nome e a credibilidade. A intervenção da Ordem dos Agostinianos Recoletos foi vital para garantir a execução do projeto, que, por circunstâncias adversas, não se concretizou como pensado inicialmente, mas não deixou também de cumprir com seus objetivos.

O terceiro capítulo é mais analítico e discute duas questões: a relação entre o núcleo colonial e a idéia de uma reforma agrária; o tipo de relação

econômica na qual se envolveu a formação do núcleo colonial e se se poderia afirmar que o projeto era marcadamente capitalista. Uma vez formado o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, criou-se em torno dele a idéia de que ali se realizara o “primeiro núcleo colonial do Brasil” e “uma verdadeira reforma agrária”. É possível situar o momento de geração desta idéia e o contexto de sua formação. A formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro tem uma peculiaridade: a sua frente encontrava-se um frade agostiniano recoleto, ligado a um grupo de imigrantes com forte espírito religioso. Nesta parte do terceiro capítulo, discute-se algumas concepções de capitalismo, a influência de alguns aspectos religiosos em sua formação e procura-se analisar se as relações econômicas presentes na formação daquele núcleo colonial eram propriamente capitalistas ou não. Aí mais uma vez, percebe-se a distinção entre uma análise ampla, geral, sistêmica e uma análise focalizada num objeto específico e a permanência e convivência tradicionais em novas perspectivas de vida. Propunha-se, nesta parte, estudar as formas como os imigrantes adquiriram e pagaram os lotes no Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. A falta de documentação, no entanto, impediu um avanço nesta proposta.

A pesquisa faz perceber que as narrativas dos fatos descritos são sempre interpretados segundo a ótica daquele que escreve. No dizer de Jörn Rüsen ⁸, “[...] em sua pura facticidade, os fatos históricos não são nada históricos”. Somente a partir do momento em que são narrados, que se tornam objeto de orientação existencial e são interpretados passam a ser objetos da história. O Núcleo Colonial da Fazenda do Centro constitui-se assim como um nó numa rede de fatos narrados e interpretados, portanto, objeto da história.

⁸ RÜSEN, op. cit., p. 106.

CAPÍTULO 1

A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: EGITO OU CANAÃ?

Migração é um fenômeno freqüente entre os seres humanos ao longo da História. A narrativa bíblica, que tanto marcou a cultura ocidental, diz que um certo Abrão partiu de Ur dos Caldeus em direção à terra de Canaã com um sonho: possuir uma terra e constituir uma família numerosa (Gn 11, 31; 12, 1-9)⁹. Por causa de uma carestia na região, no entanto, desceu para o Egito (Gn 12, 10). A Terra Prometida era Canaã; a terra da fartura, do desenvolvimento, porém, fora o Egito.

Em outro momento, a narrativa bíblica fala também de um certo José, filho de Jacó, habitante da terra de Canaã, que fora vendido como escravos pelos próprios irmãos. No Egito, depois de várias desventuras, tornara-se um grande ministro do Faraó; prevendo tempos de carestia e fome, ordenou a construção de celeiros. Sobrevindo tempos de fome, vários povos iam ao Egito para comprar trigo. José reencontrou seus irmãos e, através dele, toda família desceu de Canaã rumo ao Egito e ali se instalou, em busca da sobrevivência da família, mantendo, contudo, a esperança de um dia retornar à terra de Canaã (Gn 41-50). Os descendentes de Jacó no Egito se multiplicaram e se tornaram escravos do Faraó. Tal situação reacendeu o sonho de retornar à Canaã (Livros do Êxodo e de Josué).

Tais narrativas bíblicas falam de tempos de fome e carestia, que ameaçavam a vida e punham em xeque a sobrevivência daquelas pessoas, do desejo de posse de uma terra, da constituição de família numerosa e ver os descendentes multiplicados, da vida difícil em trabalhos forçados e do sonho de uma “terra que mana leite e mel” (Ex 3,17), de conflitos para ocupar tal terra prometida e nela assentar-se, pois a mesma já se encontrava habitada por outros povos com costumes e tradições diferentes. Canaã é a Terra Prometida, mas inatingível ou conquistada posteriormente à custa de muitas guerras e conflitos. O Egito é o símbolo do mundo civilizado, atraente, capaz de produzir alimentos e armazená-los para os tempos de carestia e onde se busca refúgio nestes momentos. Se é local de refúgio e sobrevivência, custa, no entanto, o suor dos trabalhos forçados.

Nestas narrativas percebem-se em metáfora as motivações humanas para as migrações, as circunstâncias geradoras, as expectativas criadas, o desafio de deixar uma terra e partir para um ambiente estranho, que, muitas vezes, é ou torna-se hostil e as condições difíceis de ser um estrangeiro,

⁹ SCHÖCKEL, Alonso, *Bíblia do peregrino*, São Paulo, Paulus, 2002.

obrigado muitas vezes, à custa da própria sobrevivência, a sujeitar-se a condições precárias de trabalho.

A segunda metade do século XIX, sobretudo, caracterizou-se, sob o aspecto demográfico e social, como um período de migrações massivas. Milhões de seres humanos deixaram neste período a Europa, sobretudo a Itália, e foram para a América, continente que se tornou-se uma terra de promessa, de expectativa de enriquecimento fácil e possibilidade de ascensão social e econômica.

O Brasil recebeu um grande contingente destes imigrantes nesse período, principalmente as províncias de São Paulo e do Sul. Outras províncias como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, igualmente receberam um grande número de imigrantes. Na província do Espírito Santo, o número de imigrantes pode parecer irrisório frente ao que receberam outras províncias, no entanto, dadas as condições da referida província na segunda metade do século XIX, o fenômeno da imigração aí foi extremamente significativo.

José Pereira da Graça Aranha ¹⁰ (1868-1931) escreveu em 1902 a sua obra mais conhecida, “Canaã”, um romance sobre a imigração alemã no interior do Espírito Santo. Mesmo sendo uma obra literária, o autor aborda várias situações que remetem a problemas e discussões históricas, como a estrutura latifundiária decadente; o imigrante germânico como “redentor” da raça nacional; a suposta indolência do nativo brasileiro frente ao espírito desbravador e empreendedor do imigrante; o mundo europeu industrializado, desumanizado e desencantado e um Brasil, e aí mais exatamente, a província do Espírito Santo, com uma natureza selvagem a ser conquistada e racionalizada pelo imigrante, cheio de esperança de um mundo novo e melhor; um Estado brasileiro com sérias deficiências estruturais e corrompidas, sobretudo no poder judiciário, cujos agentes atuam de forma ambígua em relação ao imigrante: por um lado, ele é o “redentor”, o regenerador da raça nacional, o construtor de uma nova sociedade, capaz, por um espírito laborioso e metódico de vida, de elevar o país à condição de povo civilizado; por outro lado, existem aqueles que o vêem como uma ameaça à “nacionalidade”, por causa de sua língua e costumes estrangeiros, mantidos nas colônias. O imigrante, por sua vez, depara-se com um Estado estruturalmente frágil, deficiente, burocrático, corrompido; usa, entretanto, destas instâncias para ascender socialmente ou tirar vantagens dela, segundo seus interesses.

Virgínia Tamanini ¹¹, capixaba, descendente de imigrantes italianos, escreveu também um romance, intitulado “Karina”, sobre a imigração no Espírito Santo, sobretudo na região de Santa Teresa. Sem formação acadêmica, autodidata, a autora retrata em sua obra várias situações descritas pelos imigrantes, como as deficiências estruturais do Estado, mantenedor

¹⁰ ARANHA, José Pereira da Graça, *Canaã*, São Paulo, Martin Claret, 2005.

¹¹ TAMANINI, Virgínia G., *Karina: romance*, 8. ed. Vitória: [s.n.], 1981.

de uma propaganda verdadeiramente enganosa no exterior para atrair a mão-de-obra, com muitas promessas, se não totalmente não cumpridas, efetivadas apenas parcialmente, mas com sérias deficiências na assistência ao imigrante quanto à moradia, no fornecimento de instrumentos de trabalho e no atendimento médico-hospitalar. A autora faz ligeiras referências à corrupção dos agentes do Estado e das companhias de navegação; às frequentes epidemias, durante as quais os imigrantes se encontraram completamente abandonados e à mercê da própria sorte. O interessante deste romance é sua perspectiva feminina; nele, a autora reconstitui no imaginário da narrativa literária o cotidiano da família dos imigrantes, sua mentalidade patriarcal e o significativo papel da mulher esposa, mãe, viúva e “nona”.

Vários fatores, sobretudo políticos e econômicos, levaram milhões de pessoas a se mobilizarem da Itália para o Brasil e, aqui, para o Espírito Santo. É possível observar no fenômeno da imigração italiana no Espírito Santo quatro elementos constantes, que fortemente pesaram nas motivações para o deslocamento de lá para cá:

1. Propriedade: desejo de posse de uma terra; de tornar-se proprietário;
2. Trabalho: espírito empreendedor, desbravador, tão exaltado na memória dos imigrantes e seus descendentes, capaz de sujeitar-se às mais precárias condições de trabalho para conseguir seus objetivos e ambições;
3. Família: frequentemente numerosa, não só como mão-de-obra, mas também como uma referência para inclusão na sociedade da época e um catalisador de vínculos comunitários e fraternos
4. Religião: suporte ideológico, de identidade cultural e valores morais, que, juntamente com a família, funcionava como um catalisador comunitário e social.

A seguir, abordar-se-á um pouco mais extensamente sobre os fatores da imigração italiana no Espírito Santo e estes quatro elementos motivadores do fenômeno.

1. Compreendendo a Imigração Italiana para o Espírito Santo

Após quase um século da imigração italiana no Espírito Santo, alguns autores, como D. João Batista Cavati, Sr. Luiz Serafim Derenzi e o Sr. Máximo Zandonadi, entre 1970 e 1980, tiveram a preocupação em deixar registrados fatos, memórias e impressões sobre este fenômeno. Em suas obras, não acadêmicas, procuraram entender o fenômeno, os fatores que o provocaram tanto no Brasil quanto na Itália e como se constituíram as colônias italianas no Espírito Santo. Na década de 90 do século xx, houve um esforço por quantificar dados sobre a imigração realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo e observar os comportamentos sócio-demográficos dos imigrantes e seus descendentes. Este trabalho foi dirigido por Aurélia H. Castiglioni. A partir daí, as obras se caracterizam pela análise dos dados e a compreensão

do fenômeno através dos elementos econômicos e sócio-culturais.

As migrações produzem frequentemente importantes transformações na estrutura demográfica, social, econômica e cultural das regiões interligadas pelo movimento. O século XIX, sobretudo na segunda metade, caracterizou-se por uma transferência de grandes contingentes populacionais entre regiões cujos contextos apresentavam muitas diferenças quanto ao estágio de desenvolvimento e à evolução demográfica. Assim, de um lado, a Europa passava por uma fase de excedente de mão-de-obra, de novas relações sobre a utilização da terra, dos serviços e ofertas de emprego, principalmente daqueles pouco especializados. Por outro lado, o continente americano buscava meios de atrair recursos humanos para povoar os imensos vazios demográficos e produzir riquezas ¹².

Dentre as transformações ocorridas na Europa, as lutas pela unificação da Itália provocaram fortes impactos na estrutura política, econômica e fundiária. Em 1870, Vittorio Emanuel II proclamou o “Reino de Itália” em meio a campos devastados, aldeias e cidades desmanteladas, indústrias destruídas, desemprego, fome e desabrigo ¹³. A expansão do capitalismo na área rural gerou novas formas de concentração de terra. A mecanização da lavoura provocou o barateamento da produção e a concorrência eliminou o pequeno produtor. Elevação de impostos, endividamento e desemprego dos pequenos proprietários foram fatores relevantes e que levaram milhões de italianos a abandonar sua terra. Estima-se que entre 1861 e 1940 aproximadamente 20 milhões de italianos emigraram, sendo 17 milhões somente entre 1861 e 1920. A maioria destes era do norte da Itália, que concentrava mais indústrias e foi o palco das maiores transformações políticas e econômicas. A agricultura capitalista afetou diretamente os pequenos proprietários. O costume de dividir a terra aos filhos, numa época de grande fecundidade das famílias italianas, tornou-se impossibilitado, uma vez que não havia terra para todos. Muitos desfaziam-se de seus bens, emigravam sem a intenção ou esperança de voltar. A fecundidade muito superior à produtividade e à superfície do território teve um peso significativo neste fenômeno migratório. A melhoria das condições sanitárias e maior expectativa de vida contribuíram para o aumento do contingente populacional. O impacto das transformações políticas e sócio-econômicas deteriorou rapidamente a vida rural, levando à subnutrição e tornando uma grande parcela da população mais susceptível a doenças. As guerras contínuas, sobretudo entre França e Áustria, pelo norte da Itália levaram à ruína muitos produtores

¹² PETRONE, Maria Thereza Schorer, *O imigrante e a pequena propriedade*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 8-9; CASTIGLIONI, Aurélia H., “A imigração italiana no Espírito Santo: análise das características dos migrantes”, in CASTIGLIONI (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, Vitória: Ed. UFES, 1998, p. 101; DERENZI, Luís Serafim, *Os italianos no Estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, Arte Nova, 1974, p. 16.

¹³ DERENZI, op. cit., p. 37; cf. também DE BONI, Luís Alberto, “Imigração italiana no Brasil”. In CASTIGLIONI, *Imigração italiana no Espírito Santo*, p. 15.

rurais. A emigração massiva aliviou a pressão social interna na Itália e, de certa forma, resolveu uma crise antes que ela se tornasse uma revolução. Celso Furtado¹⁴ afirma que as medidas do governo imperial para incentivar a imigração e atrair imigrantes só obtiveram êxito devido às transformações ocorridas na Europa e, dentro do objeto de estudo desta pesquisa, na Itália, onde “[...] a pressão sobre a terra, do excedente de população agrícola, fez crescer a intranquilidade social. A solução migratória surgiu, assim, como verdadeira válvula de escape.” Luiz Serafim Derenzi¹⁵, chama esta multidão de migrantes de “legião de desamparados”, sem opção, obrigados a encontrar trabalho a qualquer preço para sobreviver. A situação de miséria em que a Itália se encontrava está estampada nos documentos, que mostram corpos doentes, mal alimentados, cansados e “forrados apenas de esperança”¹⁶. O senhor Orestes Bissoli (1872-1941), que imigrou para o Brasil aos 16 anos, em suas memórias, escreve sobre o seu desejo de vir para o Brasil por causa da falta de serviço em sua região, obrigando-o a buscar trabalho longe de casa, nos povoados vizinhos, quando muitas vezes, nas longas noites de inverno do norte da Itália, dormia com os animais para aquecer-se¹⁷.

Não há números exatos da quantidade de imigrantes italianos no Brasil e no Espírito Santo. As quantidades citadas pelos pesquisadores são aproximadas ou se referem aos dados que se conseguiram levantar em tais pesquisas, obviamente, inferiores aos reais. Segundo Maria Thereza Schorer Petrone, estima-se o número de imigrantes italianos em torno de 1.485.000; para Luís Alberto de Boni, entre 1836 e 1947, aproximadamente 1.513.523 italianos ingressaram no Brasil e, no Espírito Santo, estima-se em aproximadamente 35 mil¹⁸. Embora tenha sido construída por ordem de Costa Pereira, ministro da agricultura, em 1874, a Hospedaria da Pedra d'Água, que abrigava os imigrantes recém chegados ao Espírito Santo, só passou a registrá-los sistematicamente a partir de 1889. Os cônsules da época estimavam entre 40 mil e 50 mil; Luiz Serafim Derenzi afirma que

¹⁴ FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, 34 ed. São Paulo, Cia das Letras, 2007, p. 187.

¹⁵ DERENZI, op. cit., p. 15-18; cf. também FRANCO, Sebastião Pimentel, “Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração. Século XIX e início do Século XX”, in CASTIGLIONI, *Imigração italiana no Espírito Santo*, p. 29; DE BONI, op. cit., p. 16-18; WITTER, José Sebastião, “Imigrante, um fator de transformação da Sociedade Brasileira, São Paulo (1850-1914)”, in CASTIGLIONI (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo*, p. 42; CAVATI, João Batista, *História da imigração italiana no Espírito Santo*, [s.l.:s.n.], 1973, p. 12-13.

¹⁶ PETRONE, op. cit., p. 9; BUSATTO, Luiz, “Por uma identidade Ítalo-capixaba”, in CASTIGLIONI, *Imigração italiana no Espírito Santo*, p. 295.

¹⁷ BISSOLI, Orestes, *Memórias de um imigrante italiano*, Vitória, Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979, p. 33.

¹⁸ PETRONE, op. cit., p. 12; DE BONI, op. cit., p. 18; cf. também BASSANEZI, Maria Sílvia C. BEOZZO, “Italianos no Brasil: o que dizem os censos?”, in CASTIGLIONI, *Imigração italiana no Espírito Santo*, p. 51.

foram aproximadamente 49,5 mil nos primeiros 17 anos; a historiadora Gilda Rocha estima em torno de 36,7 mil. O maior fluxo de imigrantes ocorreu entre 1893-1896 com 12.722 imigrantes registrados. Para D. Cavati, estima-se que entre 1875 e 1906 teriam ingressado no Espírito Santo cerca de 60 mil a 75 mil imigrantes, dos quais no final do período, restariam apenas 30 mil; os demais teriam morrido de doenças tropicais e sido vítimas do ambiente hostil. Somente no ano de 1895, ingressaram no Espírito Santo 4.575 imigrantes. Nesse mesmo ano, a imigração italiana para o Espírito Santo fora proibida, devido ao relatório do cônsul Carlos Nagar, o qual apontava vários problemas enfrentados pelos imigrantes nesse Estado, tais como: deficiência dos meios de transporte entre a capital e os núcleos coloniais; condições precárias de alojamento nos barracões existentes nas sedes dos núcleos; demora na obtenção do lote e imprecisão nas demarcações; isolamento dos migrantes; escassez, carestia e má qualidade dos gêneros alimentícios no interior do Estado; deficiência na assistência médica, escolar e religiosa: demora nos pagamentos e substituição do dinheiro por bônus ¹⁹. Uma pesquisa realizada em fontes descobertas na Itália, como a “Direção Geral de Estatísticas e Comissariado Geral de Emigração”, nos dados com origem ou destino para o Espírito Santo, e em fontes no Brasil, como as estatísticas do Ministério da Agricultura e do Comércio, e no Espírito Santo, nos registros navais, livros da Hospedaria dos Imigrantes do porto de Vitória, os Registros de matrículas de colonos, livros de processos de terra e no Arquivo Público (passaportes, passagens de terceira classe, registros de famílias), geraram um banco de dados num total de 29.366 imigrantes no Espírito Santo. Destes, 28.908 imigrantes de diversas regiões, predominantemente do norte da Itália, e 458 declarados de San Marino, talvez devido à proibição italiana de emigração para o Espírito Santo em 1895. Observa-se nestes dados coletados que 51 % do movimento migratório ocorreu entre 1891 e 1895; 23 % entre 1880 e 1893 e somente 5% após 1895. Os dados mostram que 53% declararam ser das regiões do norte da Itália, como Vêneto, Lombardia, Emilia Romagna, Trentino-Alto Adige e Piemonte. As cidades mais citadas são Trento, Verona, Treviso, Vicenza, Mântua e Veneza. A imigração foi também um fenômeno predominantemente masculino, ou seja, 60% eram homens e 40% mulheres ²⁰. O número de imigrantes que ingressou no Espírito Santo pode parecer inexpressivo em relação à quantidade presente em outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. O Espírito Santo, no entanto, é o estado que apresenta a maior concentração de descendência italiana no Brasil,

¹⁹ NAGAR, Carlo, *O estado do Espírito Santo e a imigração italiana: (fevereiro 1895). Relato do Cavalheiro –, Cônsul Real em Vitória*, Vitória, Arquivo Público Estadual, 1995; CASTIGLIONI, op. cit., p. 104-105; CAVATI, op. cit., p. 22; DERENZI, op. cit., p. 170.

²⁰ CASTIGLIONI, Aurélia H.; REGINATO, Mauro, *Imigração italiana no Espírito Santo: o banco de dados*, Vitória, CST, 1997, p. 16-18.

estimando-se entre 60% a 70% da população ²¹.

A colonização do Espírito Santo foi difícil desde a chegada dos portugueses e a divisão das novas terras em capitânicas hereditárias. Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da Capitania na qual estava o que hoje compreende o Espírito Santo, após várias tentativas de levantar engenhos de açúcar, fracassou em seu empreendimento, devido sobretudo aos assaltos dos índios, que reagiram e resistiram à caça de braços para a atividade agro-industrial. Este donatário dirigiu-se a Portugal e conseguiu apoio de D. João III, mas, ao retornar à capitania, fora expulso pelos próprios subordinados e, depois de renunciar seus direitos de donatário, terminou sua vida pobre e desvalido na Bahia, à sombra do Governo Geral, que o tolerava ²².

Durante todo o período colonial, a região hoje compreendida pelo Estado do Espírito Santo ficou praticamente despovoada. Os poucos povoados estavam em geral todos na faixa litorânea. Durante o século XVII, no interior, na mesma região próxima a onde hoje se localiza a Fazenda do Centro, no sul do Espírito Santo, houve um povoado chamado *Montes Castello*, que vivia em função da mineração. Aí localizava-se a Igreja de Nossa Senhora do Amparo. As minas da Barra do Castello foram exploradas pelos jesuítas que desde 1551 assistiam a região de Reritiba. O povoado chegou a ter 3 mil habitantes. Em 1710, foi elevado a paróquia. A região era habitada pelo índios puris-coroados, que expulsaram, em 1771, os exploradores. A Igreja de Nossa Senhora do Amparo em Montes Castello foi destruída, mas o sino e a pia batismal ainda se encontram em outra igreja de mesmo nome em Itapemirim ²³. Durante o século XVIII, a partir de 1710, a coroa portuguesa proibiu a construção de estradas em direção a Minas Gerais e também a navegação fluvial para que o Espírito Santo se tornasse algo como uma cerca verde e assim proteger a região das minas dos piratas e do contrabando ²⁴.

Na primeira metade do século XIX, já não fazia mais sentido manter o Espírito Santo como barreira verde de proteção à região mineradora de Minas Gerais. Uma estrada que ligava Vitória às jazidas auríferas foi aberta entre 1814 e 1816, a Estrada do Rubim ou também chamada Estrada São Pedro Alcântara. Entre 1816 e 1830, as explorações de ouro nas antigas minas do Castello, no sul do estado, foram reiniciadas ²⁵. Neste ínterim, o café começava a ser exportado. Em 1815, durante o governo de Francisco Alberto Rubim, as primeiras arrobas de café foram exportadas. Em 1852, ele já era o produto de maior valor dentro das exportações, o que levou a balança comer-

²¹ BUSATTO, op. cit., p. 300.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.), *Época colonial (História geral da civilização brasileira)*, v. 1, t. 1), São Paulo, Difel, 1960, p. 103-104.

²³ CASAGRANDE, André Dell'orto; BARBIERO, Maria Helena Mion, *Castelo: da pré-história ao início do Século XX*, [s.l.]: Prograf, 2002, p. 19-25, 42-44.

²⁴ *Ibid.*, p. 47, 61; cf. também CASTIGLIONI, op. cit., p. 102; BUSATTO, op. cit., p. 301.

²⁵ *Ibid.*, op. cit., p. 57-58.

cial a saldos positivos. A falta de mão-de-obra, a escassa população, concentrada na região litorânea, constituía, no entanto, um dos sérios obstáculos ao desenvolvimento da cafeicultura naquela província. Em 1856, registrou-se uma população de 48.992 habitantes, sendo 36.813 livres e 12.179 escravos. Além de reduzida, a população estava mal distribuída e haviam extensas regiões desabitadas. A carência de braços na lavoura devia-se às leis cada vez mais restritivas à escravidão e, posteriormente, a sua abolição. Um outro fator era as constantes baixas devido a surtos de doenças tropicais, como febre amarela, varíola e cólera ²⁶.

A imigração subvencionada de europeus, inicialmente pensada para europeus germânicos, e a criação de colônias oficiais foram alternativas encontradas para a formação de uma força de trabalho, dirigida, no entanto, segundo os interesses dos grandes latifundiários, que fizeram todo o possível para evitar que os imigrantes se tornassem facilmente proprietários da terra. As primeiras experiências em São Paulo, na Fazenda Ibicaba, do Senador Nicolau Vergueiro, no final da década de 1840, mostram as dificuldades na relação entre os imigrantes e uma estrutura arcaica, escravista e latifundiária da cultura e agricultura brasileira. ²⁷ José de Souza Martins analisa as relações de propriedade e formação do capital nas fazenda de café do Estado de São Paulo nesse período e discute as diferenças entre o imigrante que vinha com o sonho de ser proprietário, o latifundiário despreparado para lidar com a mão-de-obra livre e a formas criadas para se manter o trabalhador, entre os quais os imigrantes, sem a posse da terra ²⁸. Maria Thereza Schrorer Petrone ²⁹ afirma que, no caso da imigração no estado de São Paulo, a possibilidade de acesso à pequena propriedade constituiu-se como uma estratégia ou isca para atrair os imigrantes, primeiro como mão-de-obra nas grandes fazendas de café. A propaganda não muito honesta foi um fator essencial para alimentar no imigrante a idéia de conseguir facilmente uma propriedade, após poupar, trabalhando nas fazendas de café. Célia Maria Marinho de Azevedo ³⁰ estudou os vários projetos de emancipação dos negros e de imigração discutidos amplamente nos Parlamento na segunda metade do século XIX e como estes projetos tinham a perspectiva de formação de uma nacionalidade a ser *regenerada* pelo europeu branco, principalmente, os de raça germânica.

²⁶ CAVATI, op. cit., p. 11; cf. também FRANCO, op. cit., p. 30; também CASTIGLIONI, op. cit., p. 103.

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de, Prefácio, in DAVATZ, Thomaz, *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, São Paulo, Martins Fontes, EDUSP, 1972; cf. também PETRONE, op. cit., p. 22-23.

²⁸ MARTINS, José de Souza, *O cativo da terra*, 2. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, p. 59-75.

²⁹ PETRONE, op. cit., p. 45-49.

³⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 33-104; cf. também PETRONE, op. cit., p. 38-39.

A solução pensada mediante o problema da falta de mão-de-obra para a cafeicultura e as grandes extensões de terras desabitadas ou de terras devolutas no Espírito Santo foram a formação de colônias de povoamento e o incentivo à imigração. O que Celso Furtado diz genericamente a respeito das colônias de imigrantes no Brasil aplica-se validamente para as colônias do Espírito Santo. Assim ele escreve em “Formação Econômica do Brasil”:

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E quase sempre, quando após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência ³¹.

As primeiras colônias oficiais criadas no Espírito Santo foram as de Santa Isabel, em 1847 e Santa Leopoldina, em 1856, para imigrantes alemães e suíços, sob especial proteção do imperador, que as visitou em 1860 ³². Lucílio da Rocha Ribeiro abordou extensamente sobre a formação da colônia de Rio Novo, no sul do Espírito, em 1854, por iniciativa particular de Caetano Dias da Silva, que organizou, nesse ano, a Associação Colonial de Rio Novo. Em janeiro de 1855, realizou-se a primeira reunião dos associados, e tiveram os estatutos aprovados em fevereiro seguinte. Conseguiram adquirir uma extensa área de terras de 20 léguas quadradas para a formação da colônia entre os municípios de Itapemirim e Benevente (hoje Anchieta). Para a demarcação das terras, muitos obstáculos, no entanto, surgiram naquele momento, sobretudo com sesmeiros e posseiros da região. Muitos foram os fazendeiros que manifestaram seus protestos, insatisfações e denúncias contra a realização do núcleo colonial. Por causa dos conflitos, as medições foram interrompidas diversas vezes. Os primeiros colonos do Núcleo Colonial de Rio Novo eram de diversas nacionalidades: chineses, ingleses, franceses, alemães, belgas, suíços, holandeses, espanhóis, luxemburgueses, africanos, portugueses, austríacos, prussianos e alguns nacionais. Os italianos só chegaram na região a partir de 1875. A variedade de etnias e idiomas dificultaram o desenvolvimento da colônia; fez com que os colonos se isolassem em pequenos grupos; criou embaraços e muitos desentendimentos junto aos diretores e empregados da colônia, que não providenciaram escolas para os filhos dos imigrantes. Ante o fracasso da colônia, o governo imperial a encampou em 1861 ³³.

³¹ FURTADO, op. cit., p. 183.

³² DERENZI, op. cit., p.33-34; CAVATI, op. cit., p. 11,45.

³³ RIBEIRO, Lucílio da Rocha, *Pequena contribuição à história da imigração italiana no sul do Espírito Santo*. [s.l.: s.n.], 2003, p. 26; CASAGRANDE; BARBIERO, op. cit., p. 103.

A Lei Geral nº 601, regulamentada em 30 de janeiro de 1854 pelo decreto 1.318, procurou a solução para várias pendências surgidas nas primeiras experiências de formação de colônias de imigrantes. Assim, a partir daí, facilitou-se a naturalização de todo imigrante, dispensou-o do serviço militar, criou uma Repartição Geral de Terras Públicas, prescreveu que a aquisição de terras devolutas só poderia ser feita por compra, o que atingiu diretamente os europeus imigrantes, em sua quase totalidade, pobres. O preço da terra teve um grande aumento, o que dificultava a sua aquisição pelo imigrante, forçando-o a alugar seu trabalho antes que se tornasse proprietário. Posteriormente, muitos outros incentivos foram criados pelo governo, como financiamento da viagem marítima, através de contrato com o armador, deslocamento gratuito dentro do país, financiamento do lote rural em 10 anos, com carência nos dois primeiros anos, assistência médica e religiosa.³⁴ Para os imigrantes que se dirigiam ao Espírito Santo, o governo se comprometia com a derrubada de mil braças quadradas para a primeira lavoura, rancho provisório, ferramentas, sementes diversas para a primeira plantação, casal de porcos, duas galinhas, um galo, alimentação para seis meses e diárias, que provocaram problemas e queixas devidos aos atrasos constantes. A partir de agosto de 1860 as diárias passaram a ser pagas em vales, retirados em víveres.³⁵ Apesar destes incentivos, a imigração italiana no Espírito Santo só se tornou mais extensiva a partir de 1875. A política imigratória, no entanto, não foi suficientemente planejada para atender adequadamente os imigrantes e nem sequer lhes oferecia um mínimo de condições para atender as necessidades básicas da vida. Os núcleos coloniais não foram aparelhados para receber os imigrantes. Em 1874, chegaram os primeiros imigrantes tirolezes, um total de 386 famílias, para as terras de Pietro Tabacchi, em Santa Cruz. Em maio de 1875, 150 famílias num total de 396 colonos foram encaminhadas para Timbuí, para a Colônia Antônio Prado, depois chamada Santa Teresa. De 1875 a 1894 são registrados 22 nomes de navios diferentes que regularmente traziam imigrantes para o Espírito Santo. O núcleo colonial de Rio Novo foi o que mais recebeu imigrantes italianos nesse período. D. Cavati³⁶ afirma que neste período teriam entrado em média de 3 a 4 mil imigrantes por ano no Espírito Santo, muitos em desembarques ilegais.

O impacto demográfico no Espírito é notável entre 1872 e 1920. Em 1872, foram registrados 82.137 habitantes, dos quais, 4.191 eram estrangeiros. Em 1890, registrou-se uma população de 135.997 habitantes, dentre os quais, 3.074 estrangeiros. Em 1900, a população era de 209.783 e o número de estrangeiros, 32.936. Em 1920, foram registrados 457.328 habitantes, dos quais 18.754 estrangeiros. Nota-se aí que entre 1872 e 1900, a população do Estado triplicou; e entre 1872 e 1920, quintuplicou. O número de estrangei-

³⁴ DE BONI, op. cit., p. 13-15.

³⁵ Ibid., p.13-15; FRANCO, op. cit., p. 31.

³⁶ CAVATI, op. cit., p. 16-17; DERENZI, op. cit., p. 56-65.

ros em 1900 era oito vezes maior que em 1872. No Espírito Santo, os italianos dividiam o espaço com portugueses e alemães. Em 1920, eles compreendiam 67 % dos estrangeiros e eram 2,25 % no conjunto da população italiana no Brasil. Para um Estado que ainda hoje está entre os menores do Brasil, tudo isto é bastante significativo ³⁷.

A seguir, serão apresentadas algumas considerações a respeito da relação entre os imigrantes e a propriedade; o imigrante e o trabalho, a família e a religião.

2 O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e a pequena propriedade

Maria Thereza Schorer Petrone ³⁸ afirma que no fenômeno de imigração e colonização no Brasil há dois processos intimamente ligados: recorrer aos que emigravam da Europa e aproveitá-los nas áreas desocupadas, estabelecendo-os em pequenas propriedades policultoras, trabalhadas pelos proprietários e suas famílias. Para Carlos Teixeira Campos Júnior ³⁹, “[...] a imigração no Espírito Santo esteve relacionada à constituição da pequena propriedade”, uma vez que antes do fenômeno da imigração, como em geral no Brasil, a estrutura fundiária era baseada na grande propriedade autárquica.

A possibilidade de acesso à propriedade fundiária foi um dos principais aspectos das migrações transoceânicas no século XIX. No imigrante havia certo fascínio pela possibilidade de vir a ser proprietário. A propaganda da migração para o Brasil na Europa, sobretudo na Itália, na segunda metade do século em questão, firmava a idéia da facilidade de acesso à propriedade de terra e, assim, maior possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário ⁴⁰. No Brasil, a expectativa em alguns que defendiam os projetos imigracionistas baseados na pequena propriedade era a ocupação dos espaços vazios que, assim valorizaria a terra e criaria condições para o surgimento de uma camada social intermediária entre o latifundiário e o escravo. Esta nova camada social comporia um novo mercado consumidor, ofereceria mão-de-obra no mercado de trabalho e diversificaria a economia com uma produção de gêneros normalmente não fornecidos pela grande propriedade. Essa colonização baseada na pequena propriedade para imigrantes foi vista como uma solução para os males econômicos e sociais do país. Assim, o imigrante instalado na pequena propriedade seria um agente modernizador e transformador da sociedade e economia brasileiras e retiraria o país do

³⁷ BASSANEZI, op. cit., p. 60-63.

³⁸ PETRONE, op. cit., p. 7.

³⁹ CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo In: CASTIGLIONI, *Imigração italiana no Espírito Santo*: p. 160.

⁴⁰ WITTER, op. cit., p. 46-47.

atraso em que se encontrava pela permanência das estruturas do sistema colonial ⁴¹. Maria Thereza Schorer Petrone relaciona sempre a colonização em áreas a serem desbravadas com uma estratégia capitalista para valorização fundiária.

O imigrante sonhava em se transformar em proprietário de um pequeno lote e os interesses agrários ofereciam a ele terras que precisavam ser desbravadas e onde a infra-estrutura tinha que ser organizada. O imigrante, tornando a terra cultivável depois do desmatamento, construindo estradas e pontes, valorizava a terra a baixo custo para os interesses fundiários que se confundiam com os capitalistas... Espaços vazios, terras desocupadas, sem muito valor para as atividades econômicas hegemônicas, tornadas produtivas pelo pequeno proprietário e acessíveis pelo seu trabalho na infra-estrutura – em quase todos os projetos de núcleos coloniais o trabalho na infra-estrutura viária era obrigatório – vão assim ser integrados aos interesses do capitalismo ⁴².

No início do século XIX, a política imigracionista visava instalar o imigrante em pequenas propriedades, mas após 1840, os cafeicultores paulistas defendiam a vinda de imigrantes como mão-de-obra para as fazendas de café ⁴³. Os núcleos coloniais criados próximos à grande lavoura, no entanto, normalmente não obtiveram sucesso, devido sobretudo ao desgosto e desânimo dos imigrantes, pois geralmente as terras eram impróprias para a lavoura comercial e as vias de comunicação muito precárias. ⁴⁴ Para os grandes proprietários, estes núcleos junto às grandes fazendas seriam um canal de abastecimento de mão-de-obra para a lavoura. No Espírito Santo, a grande extensão de terras devolutas dificultava a implantação do sistema de parceria entre os grandes fazendeiros e os imigrantes, pois estes abandonavam a fazenda para se estabelecer em um lote próprio. Muitos imigrantes italianos trabalharam como meeiros para conseguir comprar suas próprias terras. Entre os latifundiários capixabas, sobretudo no sul do Espírito Santo, muitos tiveram que retalhar sua propriedade em pequenos lotes a serem vendidos a preços módicos e a longo prazo aos colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização. Esta prática era freqüente em outros lugares do Brasil nesse mesmo período ⁴⁵.

Faz-se necessário distinguir aqui as diferenças no uso dos termos “colônia” e “colono” em São Paulo e no Espírito Santo. Em São Paulo, por “colônia” entende-se o aglomerado de casas em uma fazenda para abrigar os trabalhadores rurais, enquanto no Espírito Santo, compreende-se pela pequena

⁴¹ PETRONE, op. cit., p. 11,17-18.

⁴² Ibid., p. 19-20.

⁴³ Ibid., p. 22-24.

⁴⁴ Ibid., p. 26.

⁴⁵ COLBARI, Antônia, “Família e trabalho na cultura do imigrantes italianos”, in CASTIGLIONI, *Imigração italiana no Espírito Santo*, p. 135.

propriedade delimitada no meio da floresta com o tamanho estipulado pela lei de 1867: 62.500 braças ou 302.500 m², com 275 metros de frente para um rio e 1.100 metros de profundidade ⁴⁶.

Uma característica dos latifúndios no Espírito Santo consistia em terem em média 2.800 hectares, o dobro da média das fazendas na região sudeste. Predominava na região, no entanto, as terras devolutas. A venda de terras a particulares no sul do Espírito Santo só foi autorizada a partir de 1860 e só poderiam ser legalizadas depois de se tornarem produtivas ⁴⁷. Mediante a carência de mão-de-obra, os fazendeiros capixabas não se prepararam para substituir a mão-de-obra escrava. Mesmo que tardiamente tenham tentado formar parcerias com os imigrantes, tal tentativa fracassou por causa das grandes extensões de terras devolutas cedidas para núcleos de imigração, com lotes vendidos a preços baixos, porque o imigrante tinha o sonho de tornar-se proprietário e pela falta de habilidade dos fazendeiros em lidar com a mão-de-obra livre ⁴⁸. Destes núcleos os maiores tanto em território como em população italiana eram os do sul do Espírito Santo, o Núcleo Colonial de Rio Novo e o Núcleo Colonial do Castelo ⁴⁹.

Em 1871, Costa Pereira, então ministro da agricultura, indenizou os acionistas proprietários do Núcleo Colonial de Rio Novo e a propriedade tornou-se a Imperial Colônia do Rio Novo, dividida em cinco áreas coloniais. A partir de 1874, foram construídos os barracões para a abertura de picadas. A partir de 1875, instalaram-se na região 565 tirolezes, desembarcados em Benevente e localizados no Segundo Território. Até 1890, ocupou-se toda a região da serra e margens do rio Benevente e foram criados vários povoados, como Rodeio, Guimar e Virgínia. A região de Alfredo Chaves começou a ser povoada a partir de 1877, com a fundação da Vila de Todos os Santos, instalada no Quinto Território. Em 1891 a fazenda Quatinga foi desapropriada para aí se instalar a sede administrativa do Quarto Território. Isto significou o fim dos grandes latifúndios da orla marítima. O imigrante-colono, no entanto, não optava nem estava habilitado para escolher o seu lote. Isto desencadeou uma série de abusos por parte dos administradores da colônia, pela arbitrariedade política do que o Sr. Luiz Serafim Derenzi chamou de “falsos coronéis”, que em algumas ocasiões varreram a região com jagunços. Devido a alguns “prazos”, outro nome dado aos lotes por serem vendidos em parcelas a longo prazo, serem improdutivos, muitos colonos os abandonaram e foram trabalhar em fazendas de café na região de Cachoeiro de Itapemirim como meeiros. Os primeiros colonos recebidos como mão-de-obra livre em fazendas de café na região foram para a fazenda Monte Líbano, ali chegando no dia 17 de julho de 1888. Na região de Cachoeiro, no entanto, não houve formação de

⁴⁶ BUSATTO, op. cit., p. 308.

⁴⁷ CASAGRANDE; BARBIERO, op. cit., p. 81-82.

⁴⁸ Ibid., p. 97, 104.

⁴⁹ DERENZI, op. cit., p. 83.

núcleos coloniais demarcados pelo governo⁵⁰. Muitas grandes fazendas da região foram retalhadas e vendidas a imigrantes posteriormente.

O Sr. Arrigo Zettiry, diplomata italiano, em visita às colônias, principalmente as do sul do Espírito Santo, traz em seu relatório muitas informações sobre a situação das mesmas, citadas pelo Sr. Luiz Serafim Derenzi. Dentre elas, ele faz referências ao número de habitantes de cada colônia e como se encontrava social e economicamente as regiões visitadas. Embora os anos de 1893-1895 tenham sido de grande euforia econômica, devido aos altos preços do café, seguiu-se, entretanto, anos de grande crise e muitos colonos da região de Alfredo Chaves, segundo o relatório do Sr. Zettiry, tiveram que trabalhar como meeiros. Em Matilde, no ano de 1900, havia 371 famílias, 2322 indivíduos, dos quais apenas 90 eram brasileiros. Em Nova Mântova e Nova Estrela, habitavam 43 famílias, 262 pessoas, em local de terras férteis em que os “remediados ajudam os pobres”. Em Guiomar, moravam 77 famílias, com 373 integrantes, em situação bastante desfavorável. Em Rodeio e Monte Alegre, muitos colonos estavam endividados e perseguidos pelos credores. Na região de Piúma e Rio Novo, os colonos preferiam abandonar suas propriedades e se fazerem meeiros. Não havia estabelecimentos de crédito nas redondezas e muitos perderam suas propriedades com a baixa do café. Muitos imigrantes da região da Fazenda do Centro haviam realizado empréstimos aos fazendeiros e estavam temerosos de não receber sequer a metade. Em Monte Alverne, próximo à Fazenda do Centro, imigrantes haviam comprado lotes para pagar em 10 anos, mas no quarto ano já haviam liquidado todos os seus débitos⁵¹.

Inicialmente, na Colônia de Rio Novo, a modalidade para a concessão das terras tornava o colono “foreiro”, ou seja, tinha o uso e gozo da terra, mas não podiam desfazer dela. Por não ter a propriedade plena, a colônia, além de outros fatores já indicados acima, não se desenvolveu. A partir de 1867, os lotes podiam ser adquiridos por compra a vista ou à prazo pelos colonos. Com a possibilidade de ser legítimo proprietário da terra, o trabalho adquiria uma nova motivação e a colônia teve um grande impulso a partir daí, pois vinha de encontro àquele que era o ideal máximo do imigrante: ser dono da terra para ali trabalhar e tirar o sustento de sua família⁵².

Com a emancipação do Núcleo Colonial de Rio Novo, em 06 de março de 1880, criou-se o Núcleo Colonial do Castelo, nas terras devolutas à margem do alto Benevente, emancipado, por razões econômicas, em maio de 1881 como Colônia do Castelo, que compreendia diversas seções que hoje pertencem aos municípios de Alfredo Chaves (Carolina, Matilde, São João, Urânia, Maravilha, Alexandrina, Cachoeirinha, Iracema e Deserto), de Marechal Floriano (Araguaia e Vítor Hugo) e Vargem Alta (Guiomar e Virgínia, atual Jaciguá). Entre

⁵⁰ DERENZI, op. cit., p. 82-87, 110-111.

⁵¹ Ibid., p. 127-134.

⁵² RIBEIRO, op. cit., p. 22-23.

os anos de 1886-1887, o governo central do Império concedeu muitos favores aos fazendeiros que desejassem contratar imigrantes para as suas propriedades. No início, houve pouco interesse dos fazendeiros capixabas, embora a abolição da escravidão já estivesse em andamento. Só quando ela se efetivou que fazendeiros do sul do Espírito Santo passaram a contratar imigrantes. No ano de 1886, foi criada a Comissão de Medição de Terras e Colonização da ex-Colônia do Castelo, tendo vários agrimensores experientes entre eles, inclusive o Sr. Hermann de Tautfheus Bello, responsável pelas medições da Fazenda do Centro em 1909⁵³. O retardamento na entrega das terras para que os colonos dependessem ainda mais da ajuda governamental e trabalhassem forçadamente na abertura de trilhas nas matas criou, em diversos momentos, clima tenso e vários conflitos com os agentes do governo nas áreas da Colônia de Rio Novo, sobretudo no Quinto Território, quando algumas vezes a direção da colônia usou de intervenção policial para conter as manifestações de descontentamento. A partir de 1888, as tensões iniciais já haviam sido superadas⁵⁴.

O Sr. Orestes Bissoli, imigrante no sul do Espírito Santo a partir de 1888 escreveu em suas memórias das dificuldades enfrentadas entre os anos 1895 e 1910 para adquirir terras e saldar as dívidas. Ele atribuiu tais dificuldades à época de constituição de sua família, entretanto, este período, “época dos maiores sacrifícios”, coincide com uma grande crise do café. Todo sacrifício foi considerado válido para cumprir os fins desejados: tornar-se proprietário de terra.

“O objetivo de todos esses sacrifícios não era o dinheiro, mas adquirir uma certa independência, ter uma situação nossa, para colocação de nossas famílias, que com nosso trabalho poderiam viver honestamente na sociedade”⁵⁵.

Em 1920, havia no Espírito Santo 3.045 estabelecimentos rurais pertencentes a italianos. Tais estabelecimentos tinham uma área média de 53 hectares e um valor médio de 169 réis por hectare. Isto representava, na época, 8,5 % do total de estabelecimentos de italianos recenseados no Brasil e 72 % dos estabelecimentos de italianos, no conjunto dos estrangeiros no Estado do Espírito Santo.

Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi diz que:

Ser proprietário de terra não igualava os italianos no território brasileiro. O tamanho da propriedade, seu valor, sua produtividade estavam condicionados pelo meio físico-geográfico, pelos meios de comunicação e transporte disponíveis, pela proximidade ou distância dos centros consumidores, pelo cuidado ou descaso das autoridades, pelo padrões de herança, enfim, pelas condições de vida, de saúde e de trabalho vivenciados pelas famílias italianas. Famílias estas que se assemel-

⁵³ Ibid., p. 59, 79-84, 95, 97-106, 125-126.

⁵⁴ PESSALI, Hésio, Apresentação. In: BISSOLI, Orestes, *Memórias de um imigrante italiano*, Vitória, Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979, p. 11-15.

⁵⁵ BISSOLI, op. cit., p. 72-73.

havam pela oportunidade de possuir um pedaço de terra, mas que se diferenciavam, porque esta oportunidade se apresentou de maneiras distintas [...] ⁵⁶.

Maria Thereza Schorer Petrone ⁵⁷ afirma que uma das maiores contribuições do imigrante para a sociedade brasileira foi ter demonstrado a viabilidade da pequena propriedade, o que lhe deu um papel significativo nesta mesma sociedade. No sul do Espírito Santo, graças ao retalhamento de fazendas ou terras devolutas, a pequena propriedade de imigrantes mudou completamente a paisagem fundiária da região.

3 O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e as relações de trabalho.

Um dos fatores que fez com que milhares de italianos deixassem suas terras de origem e se dirigissem ao Brasil foi a falta de trabalho lá, ou a crise em determinados setores da sociedade devido às transformações ocorridas nas relações de trabalho.

Dentre os primeiros imigrantes para o Espírito Santo, a partir de 1874, estavam tirolezes, austríacos de cultura italiana, piemonteses, vênnetos e lombardos, pequenos proprietários no norte da Itália, trabalhadores artesãos ou acostumados à mascateação ⁵⁸. “Os camponeses, os artífices e trabalhadores não qualificados são as primeiras vítimas em todas as transformações sociais”, sobretudo na Alemanha e na Itália, no último quarto do século XIX ⁵⁹.

O senhor Orestes Bissoli, em suas memórias, relatou a respeito do seu pai como um homem pobre, carpinteiro, tecelão, alfabetizado e que “[...] conhecia a estética, executava qualquer planta ou desenho em escala” ⁶⁰. A partir dos 10 anos, teve que começar a trabalhar com o pai. Após a morte deste, quando ele tinha 12 anos, trabalhou com os irmãos como jornaleiro e tarefeiro, sujeitando-se a qualquer serviço, “mesmo no campo”, trabalhando o suficiente para o dia ⁶¹. O seu desejo de emigrar surgiu exatamente por causa da falta de serviço em sua região, no norte da Itália, onde para trabalhar, muitas vezes ia para povoados vizinhos e até mesmo longe de casa. Recordava ele, nesse período de sua vida, das noites frias de inverno, quando dormia com os animais para poder aquecer-se, ou juntava-se aos grupos que trabalhavam à noite com tecelagem. Aí as mulheres fiavam, os rapazes participavam do grupo e trabalhava-se contando histórias e fábulas ⁶².

⁵⁶ BASSANEZI, op. cit., p. 76-77.

⁵⁷ PETRONE, op. cit., p. 58.

⁵⁸ BUSATTO, op. cit., p. 307.

⁵⁹ DERENZI, op. cit., p. 15.

⁶⁰ BISSOLI, op. cit., p. 25.

⁶¹ Ibid., p. 27, 30-31, 33.

⁶² Ibid., p. 33-36.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, em 1888, durante a quarentena na Ilha das Flores, ganhava algo lavando pratos ⁶³. Dirigiu-se para Benevente, aí acabou o seu dinheiro e trabalhou ajudando na medição de terras em Guio-mar. Devido às condições de trabalho local, foi para Alfredo Chaves, faminto e sem dinheiro, matando a fome pedindo nas casas de colonos. No Quinto Território, conseguiu trabalho na construção da igreja, da canônica (casa ao lado da igreja para hospedagem do sacerdote), e do muro do cemitério. Aí conseguiu também guardar algum dinheiro. Em 1890, com o cunhado trabalhou como meeiro em Inhaúma; ele o acompanhou, mas assim não conseguiu juntar dinheiro para enviar para sua mãe na Itália. Juntou-se a uma outra família, conseguiu ganhar 16 mil réis livres e, através do cônsul italiano e do Banco de Verona, regularmente enviava dinheiro para a mãe. Em 1893 trabalhou como mestre de obras na estrada de ferro de Benevente ⁶⁴. Foi quando aprendeu o português e outras disciplinas com um outro imigrante. “De geometria, geografia, aritmética cubo e quadrado, aprendi com o mestre Antônio Mies, que tinha estudado e praticado na Itália” ⁶⁵. A partir de 1895, trabalhou como professor e foi para o Quinto Território; adquiriu terras e a partir do ano seguinte, adquiriu mais terras, onde plantou café. Comenta sobre os enormes sacrifícios a que se sujeitou para poder liquidar as dívidas.

Só tendo café novo, não foram poucos os sacrifícios que tivemos, e foi preciso muita tenacidade e boa vontade para superá-los: a família foi aumentando de ano em ano, os cafés novos, enfim a lavoura só dava despesa. E como se pagariam esses compromissos? Diz o provérbio que economia e trabalho (sic!) é mina de ouro, e assim fizemos. Economia ao extremo: não somente não se gastava em artigos desnecessários, mas ainda se fazia uma grande parcimônia ⁶⁶.

Nesse período de sua vida não se comia carne, feijão ou temperos. O trigo era dado só aos doentes. O leite era de uma cabrita e aumentado com água doce de melado de cana. A base da comida era polenta e muita verdura. Às vezes, caçava-se algum animal silvestre.

O nosso modo de trabalhar não era de gente: trabalhávamos feito burros, dia e noite, que fizesse sol ou chovesse; nunca houve dia em que dissesse: hoje não tenho o que fazer. Nem mesmo horas, pedaços de dia que fossem. O descanso da noite geralmente era pouco, pois dormia-se tarde e levanta-se cedo. O repouso dos dias calor, nós sempre o fazíamos de onze à uma hora ⁶⁷.

⁶³ Ibid., p. 40.

⁶⁴ BISSOLI, op. cit., p. 41-43, 47.

⁶⁵ Ibid., p. 47.

⁶⁶ Ibid., p. 63-64.

⁶⁷ Ibid., p. 65.

Todo esse sacrifício tinha um objetivo: saldar as dívidas para efetivar o sonho: tornar-se proprietário e ascender socialmente.

Fora disto (guardar os domingos e dias santificados) era trabalhar sempre com ardor, com força, como quem trabalha a empreitada, com pressa de findar um serviço pois havia outro adiante; e sempre assim com vontade de conseguir o ideal, que era pagar o que se devia, ter sua situação bem arrumada e tornar-se assim independente [...] ⁶⁸.

A partir daí, continuou trabalhando também como pedreiro, construindo sobretudo igrejas na região, enquanto cultivava alimentos em sua propriedade, uma vez que se vivia tempos de carestia e a “[...] alta do café levou ao abandono do cultivo de gêneros alimentícios, sobretudo a mandioca.” Com a venda de mandioca, o senhor Orestes Bissoli conseguiu amortizar a primeira parcela das dívidas ⁶⁹. O período desses sacrifícios descritos por esse imigrante compreende de 1895 a 1910. Como foi dito anteriormente, ele atribuiu as dificuldades apenas ao crescimento da família e ao esforço de liquidação dos débitos assumidos, mas não levou em conta que exatamente nesse período houve uma grande crise da cafeicultura, quando os preços de café caíram de forma a levar muitos à ruína, inclusive muitos imigrantes do sul do Espírito Santo. De 1892 a 1895, o café teve uma supervalorização; 1895 a 1906 o preço deste produto sofreu um declínio violento, voltando a sofrer nova valorização entre 1906 e 1912. Em 1912 o preço da saca de café era o mesmo de 1896, em valores absolutos; se se considerar a inflação nesse período, pode-se deduzir que em 1912 ainda estivesse abaixo do que fora 16 anos antes ⁷⁰.

A experiência descrita pelo senhor Orestes Bissoli é apenas uma amostra significativa do que viveram os imigrantes no sul do Espírito Santo, mas evidencia uma mentalidade voltada para o trabalho e o espírito de acumulação e poupança para adquirir bens à custa de muito sacrifício e sujeição a um dura jornada de trabalho.

A imigração no sul do Espírito Santo, como em outros lugares do Brasil, também esteve relacionada à crise do trabalho escravo e à expansão cafeeira na segunda metade do século XIX, geradora de crescimento econômico na região. Em 1853, a produção de café no Espírito Santo já superava a de açúcar, embora as primeiras colônias de imigrantes estivessem ainda em seu início ⁷¹.

Antônia Colbari ⁷² discute em trabalho apresentado na UFES em 1998 sobre os diferentes modos de entender o trabalho no período da grande imi-

⁶⁸ BISSOLI, op. cit., p. 66-67. (destaque do autor).

⁶⁹ Ibid., p. 67-68.

⁷⁰ DERENZI, op. cit., p. 159-160.

⁷¹ CAMPOS JÚNIOR, op. cit., p. 161-162.

⁷² COLBARI, op. cit., p. 132; cf. também PETRONE, op. cit., p. 79-80.

gração no Brasil e no Espírito Santo. No imaginário social brasileiro, o trabalho era vivido como negação da liberdade e constituía-se como marca de inferioridade social, enquanto no europeu imigrante havia uma mentalidade que associava o trabalho à riqueza, prosperidade, participação e cidadania, ou seja, como meio para uma vida melhor. Apesar disto, o cotidiano do trabalho do imigrante, como vimos na experiência do senhor Orestes Bissoli, era marcado por difíceis condições de vida, trabalho árduo na própria propriedade, muitas vezes trabalhava também em outras propriedades e na formação de cafezais, e toda a família era mobilizada durante as colheitas. Apenas alguns dedicaram-se com exclusividade a trabalhos artesanais, como pedreiro, marceneiro, carpinteiro e acessórios de couro. Para Antônia Colbari ⁷³, o capital cultural do imigrante lhe assegurava certa superioridade em relação ao trabalhador nativo, imprimia-lhe uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social, cujo eixo estava na Igreja e nos grupos de parentesco. No caso do sul do Espírito Santo, onde predominavam as pequenas propriedades, os imigrantes criaram algumas estratégias para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade, tais como: enviar os filhos e filhas para seminários e conventos; a migração de filhos para as cidades, ingressando nas atividades industriais ou portuárias; tornar-se artesão, como barbeiro, marceneiro, sapateiro; e permitir que as filhas trabalhassem como domésticas. “O trabalho e a vida social em torno da religião fundavam uma moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepujam às pretensões individualistas” ⁷⁴. O isolamento em que viviam muitas colônias fortaleceu o espírito comunitário centrado sobretudo em torno da religião. O trabalho duro não era somente uma virtude do imigrante europeu, mas antes uma necessidade de sobrevivência ⁷⁵. Segundo Antônia Colbari ⁷⁶ ainda, deve-se ao imigrante o “resgate” do sentido ético e político do trabalho na sociedade brasileira. Enquanto para o trabalhador nacional vivia em condições de pobreza e era considerado indolente, o trabalho para o imigrante constituía-se como meio para ascensão social.

O sonho de fazer a América facilitava a submissão à disciplina de um trabalho árduo e obsessivo que permitiria, no campo, a aquisição da propriedade de terra e, nas cidades, o estabelecimento de um negócio próprio. Eram essas fontes de energia canalizada para o trabalho, a qual teria facilitado o processo de adaptação às condições hostis, tanto na produção agrícola quanto na produção industrial ⁷⁷.

Como os fazendeiros do sul do Espírito Santo não se prepararam para a mudança da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, as grandes

⁷³ COLBARI, op. cit., p. 136-137.

⁷⁴ Ibid., p. 138.

⁷⁵ Ibid., p. 140.

⁷⁶ Ibid., p. 142.

⁷⁷ Ibid., p. 143.

fazendas de café foram se desmembrando entre os herdeiros que, enfraquecidos, as retalhavam em pequenos lotes e as vendiam aos italianos.⁷⁸ Um descendente de imigrantes italianos, o senhor Máximo Zandonadi, que escreveu algumas obras sobre a imigração no sul do Espírito Santo, no intuito de preservar a memória do fenômeno e exaltar o empreendedorismo do imigrante, assim diz:

De ano para ano modificava-se a região. Interessante foi observar a rápida transformação das propriedades agrícolas, com um verdadeiro sentido de reforma agrária, em consequência da vinda desses pioneiros de origem alemã e italiana para o Espírito Santo.

Desde o início do ciclo do café, no século XVIII, as terras capixabas estavam divididas em grandes latifúndios, pouco produtivos devido à falta de mão-de-obra e baixa qualificação.

Já o imigrante adquiria pequenas áreas, conforme suas escassas posses. Com o passar dos anos, porém, sua produção aumentava, dando-lhe recursos para compra de outras áreas para os filhos.

Em menos de meio século, com o retalhamento das grandes fazendas em pequenas propriedades que, pelo trabalho das mãos calejadas dos imigrantes, tornavam-se altamente produtivas, o Estado do Espírito Santo, embora pequenino, passou a ocupar o terceiro lugar em produção de café no Brasil⁷⁹.

Segundo Celso Furtado⁸⁰, na região cafeeira, a abolição teria provocado efetivamente uma redistribuição de renda em favor da mão-de-obra. Isto não significou necessariamente, para ele, um aspecto positivo ao ex-escravo, que não tinha uma vida familiar, em quem estava ausente a idéia de acumulação de riqueza e para quem o trabalho era sinônimo de maldição e, daí, a preferência ao ócio. A necessidade de oferecer salários mais elevados teria também gerado um afrouxamento das normas de trabalho.

D. João Batista Corrêa Nery, primeiro bispo da diocese do Espírito Santo, escreveu em seu diário⁸¹ das visitas pastorais que realizou no final do século XIX e início do século XX, sobre a falta de mão-de-obra, o fim da escravidão e a substituição pela mão-de-obra do imigrante estrangeiro:

Há também falta de braços para o trabalho agrícola. Com a libertação dos escravos as fazendas ficaram abandonadas. Recomeçam a sua vida com a vinda

⁷⁸ CASAGRANDE; BARBIERO, op. cit., p. 105-106.

⁷⁹ ZANDONADI, Máximo, *Venda Nova: um capítulo da imigração italiana*, São Paulo, EPS, 1980, p. 36-37.

⁸⁰ FURTADO, op. cit., p. 203-204.

⁸¹ Este diário consiste num manuscrito de capa vermelha e intitulado em letras douradas *Lembranças. Visitas Pastoraes*, em folhas de papel pautado, com paginação igualmente manuscrita somente na página de frente embora seja escrito também no verso; assim, nas citações, quando a referência se encontrar no verso da página indicar-se-á o número da página de frente mais a letra “v”.

dos primeiros colonos estrangeiros. Bem depressa, porém, a imigração foi suspensa e os poucos colonos que ficaram ou são proprietários das melhores terras cafeeiras do Estado, como o vale de Santa Joana, do Santa Maria, do Castello, do Rio Doce, Rio Benevente, Rio Guarapary, Rio Piuma, Rio Novo etc ou trabalham com os raros fazendeiros que se animavam a fazer frente à crise como meeiros, isto é, o fazendeiro dá a casa, terreno para o colono plantar e criar à vontade com faculdade de ir à vila próxima vender os seus produtos no dia que quiser ou ainda metade do café que colher. Deve trabalhar como quiser e quando quiser. O fazendeiro não tem o direito de fazer-lhe a menor observação com tanto que no fim do ano receba a metade da produção de café.

Se houvesse portanto o aumento de braços, há de supor que os empregados ficariam menos raros e mais baratos e menos exigentes, facilitando desta forma o desenvolvimento da lavoura e consequentemente a prosperidade do Estado ⁸².

Há vários dados interessantes nesta citação, como o despreparo para a substituição da mão-de-obra; a referência à proibição de imigração para o Espírito Santo; a situação do imigrante, que logo se tornou proprietário, a explicação do conceito de “meeiro”, demonstrando assim que era algo novo, a ser esclarecido e, por fim, o seu raciocínio para o barateamento da mão-de-obra pelo excedente da mesma.

O imigrante, em geral, conseguiu se capitalizar e adquirir suas terras e mais terras para os seus filhos. A dupla jornada de trabalho na própria terra e como meeiro em propriedades vizinhas era freqüente, principalmente quando se tratava do cultivo de café ⁸³.

A Colônia de Rio Novo, no sul do Espírito Santo, constituía-se em 1874 da casa da diretoria, capela católica, escola pública, duas padarias, quatro moinhos, uma serraria movida a água, oito engenhos de pilar café, também movidos a água, duas olarias, um ferraria, seis lojas de tecidos, ferragens e secos e molhados, nove tabernas e algumas casas de moradia. Aí se produzia o café, milho, farinha, arroz, feijão, batatas, criava-se gado, aves e animais domésticos. Os imigrantes foram colocados para trabalhar na criação da infra-estrutura básica do lugar, sobretudo em abertura de estradas. Muitas foram as queixas, insatisfações e revoltas na região devido à precariedade das condições de trabalho, como ocorreu em 1875, quando 220 imigrantes se retiraram do Segundo Território e registraram queixa contra a diretoria da colônia, alegando confinamento nas matas, mínimas condições de trabalho e preços abusivos dos alimentos. Um número considerável de imigrantes permaneceu no Quarto Território vivendo do auxílio de 10\$000 (dez mil réis) fornecido pelo governo. Em 1877, novos conflitos ocorreram contra a diretoria da colônia por causa da construção de estradas no

⁸² NERY, João B. Corrêa (Dom), *Lembranças: visitas pastorais*, manuscrito. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória, Vitória, Centro de Documentação e Informação, p. 99-100.

⁸³ CASAGRANDE; BARBIERO, op. cit., p. 106.108.

Quarto Território. No Primeiro Território, o Dr. Otto Linger tentou a produção de seda, sem resultados significativos ⁸⁴. A partir de 1888, após a construção de estrada de ferro Espírito Santo - Caravelas, os imigrantes se dirigiram ao trabalho nas fazendas de café da região de Castelo, inicialmente trabalhando como assalariados e meeiros. ⁸⁵ Para Luiz Serafim Derenzi ⁸⁶, “[...] toda a atividade do colono se cifrava em obter dinheiro.” Para isto, dedicou-se sobretudo ao cultivo do café. A variação de preços e a crise do café no final do século XIX levaram a dívidas e a miséria atingiu um número expressivo de imigrantes. Apesar disto, a produção de café no Espírito Santo deu um salto incrível com a intensificação da imigração no último quarto do século. Em 1862, registrou-se a produção de 56 mil sacas de café; em 1900, atingiu-se 394.150 sacas e em 1912, 568.160. Percebe-se por aí que, apesar da crise entre os anos de 1895-1910, a produção de café permaneceu em ritmo crescente. Mesmo que muitos imigrantes tenham perdido suas propriedades como pagamento de dívidas, em 1920 o Espírito Santo tinha 268.384 hectares cultivados, dos quais 160.422 hectares, ou seja, cerca de 60%, pertenciam a imigrantes italianos, cujo espírito de trabalho, seja por necessidade de sobrevivência seja por herança cultural ou por capital cultural, é inegável.

4 A família, catalisador de vínculos comunitários

Segundo José Clemente Pozenato, as instituições criam estratégias para sua permanência, tais como: tendem a ser seletivas e conservadoras no seu modo de conhecer ou representar a realidade; apagam as imagens e conceitos que prejudicam sua “personalidade” institucional; ampliam e mitificam aqueles aspectos que reforçam sua identidade e resistem a qualquer intromissão ou transgressão na representação construída. “Essas instituições cognitivas, no meio cultural da imigração italiana parecem ser predominantemente a família e a igreja” ⁸⁷. Nos relatos sobre a imigração e na memórias de imigrantes, a família aparece como um valor e um dos aspectos do sonho do imigrante: ser proprietário, trabalhar na própria terra e formar uma família. O senhor Luiz Serafim Derenzi chama os imigrantes de “[...] falange pobre de dinheiro, mas rica de idealismo e amor à família” ⁸⁸. Idealizada ou não, é um dos aspectos constantes destes relatos.

Desde a fundação da Sociedade Promotora da Imigração, em 1886, e que existiu até 1895, houve um empenho em trazer “famílias” de imigrantes para abastecer as fazendas de café de mão-de-obra, pois assim as pessoas ficariam

⁸⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 32, 35-36, 40, 42, 45-47.

⁸⁵ Ibid., p. 93.

⁸⁶ DERENZI, op. cit., p. 159-161.

⁸⁷ POZENATO, José Clemente, “Representações da imigração: a realidade e o imaginário italianos”, in CASTIGLIONI, *Imigração italiana no Espírito Santo*, p. 290.

⁸⁸ DERENZI, op. cit., p. 18.

mais presas ao local de trabalho⁸⁹. Durante o governo de Moniz Freire, houve um contrato com Domenico Giffoni, em 1892, de se introduzir 20 mil imigrantes até 1895. Dentre as condições deste contrato estava que os imigrantes deveriam ter boa saúde e vir acompanhados da família para trabalhar na agricultura⁹⁰. As estatísticas mostram que embora não tenha se efetivado o ingresso de 20 mil imigrantes, entre os que ingressaram houve realmente uma predominância de famílias. No total de imigrantes do banco de dados da UFES, 21% são declarados chefes de família; 16% são esposas e 44%, filhos⁹¹. Para Aurélia H. Castiglioni⁹², há dois tipos de migrantes típicos: num primeiro tipo, o migrante se caracteriza como jovem, solteiro, dinâmico, com certo grau de instrução e especialização, que parte em busca de novas oportunidades de emprego que possam realizar suas aspirações de um nível de vida melhor; um outro tipo é o do migrante para o Espírito Santo, caracterizado como um homem casado, de idade “madura”, pouco instruído, agricultor e que vinha com toda sua família. A média de pessoas da mesma família que ia para o Espírito Santo era de 4,4 pessoas. Dos que migraram em 1894, 42,74% são registrados como chefes de família e esposas; 48,3 % como filhos. As pessoas registradas em 1894 que vieram sozinhas representam 6,18%; em 1895, 14,01%. A média de idade dos chefes de família era de 38 anos e das esposas, 33 anos. Há um alto índice de crianças, dada a grande fecundidade destas famílias. Segundo Maria Sílvia C. Beozzo⁹³, “[...] os italianos em terras brasileiras se casavam com maior intensidade e em idades mais jovens que na Itália, apresentando taxas de fecundidade e natalidade mais elevadas”.

Uma característica das famílias italianas era o regime patriarcal. O pai de família era a cabeça do casal, detentor de toda autoridade sobre a família, que considerava os filhos emancipados somente depois de casados, o que não significava que abandonavam a casa paterna, ao contrário, geralmente permaneciam juntos ou nas proximidades. “O pai provê os filhos. Todos trabalham para um só monte. Junto à propriedade central vão surgindo as casas dos outros membros”⁹⁴. A mãe cuidava da educação espiritual dos filhos. No Espírito Santo, embora os imigrantes em geral fossem analfabetos, houve uma grande preocupação dos colonos com a educação para seus filhos. Muitos foram os conflitos, inclusive com a polícia, por causa disto. Os imigrantes foram acusados por políticos de racismo porque seus filhos não falavam a língua nacional; os colonos providenciavam suas próprias escolas quando não eram atendidos e algumas delas foram tomadas pelo governo para instalar nelas órgãos públicos⁹⁵.

⁸⁹ DE BONI, op. cit., p. 26.

⁹⁰ RIBEIRO, op. cit., p. 127-128.

⁹¹ CASTIGLIONI; REGINATO, op. cit., p. 19.

⁹² CASTIGLIONI, op. cit., p. 106-109.

⁹³ BASSANEZI, op. cit., p. 52.

⁹⁴ DERENZI, op. cit., p. 137.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 137-139; cf. também COLBARI, op. cit., p. 137.

Conforme Antônia Colbari ⁹⁶, a colonização do Espírito Santo por imigrantes italianos se caracterizou como um:

[...] empreendimento familiar, no qual os grupos de parentesco sustentavam a organização comunal e definiam as estratégias de sobrevivência [...] A família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal.

Para ela, as diversas formas de sociabilidade do imigrante, como o trabalho, a religião e o lazer, eram estruturadas a partir da vida familiar. A família se constituía como núcleo que desencadeava as motivações necessárias para enfrentar as adversidades das condições físicas, ambientais e sociais e mantinha a coesão dos grupos numa vivência comunitária.

Muitos dos imigrantes vinham em grupo de uma mesma região, onde já mantinham fortes laços familiares de amizade, vizinhança e mútuo apoio. Há registros, segundo Luiz Busatto de vilas inteiras migrarem para o Brasil ⁹⁷. Algo parecido diz o senhor Máximo Zandonadi a respeito da imigração italiana em Venda Nova do Imigrante, no sul do Espírito Santo:

No país de origem, a Itália, nossos pais trabalhavam geralmente para os grandes senhores, dedicando-se ao cultivo de vinhedos e à fabricação de vinhos. Poucos tinham posses e, à medida em que a família crescia, a situação se agravava: o país era pequeno e populoso, e as terras estavam nas mãos de grandes proprietários. A maioria das famílias de Venda Nova formava, no norte da Itália, nos arredores de Treviso, uma comunidade unida por laços de parentesco ⁹⁸.

E ainda, numa outra obra:

Na Alta Itália, [nossos pais] eram campônios humildes e de poucas posses, acostumados a um regime de economia apertada. Trouxeram para o Brasil o mesmo sistema patriarcal de além-mar. Nada de separação entre os membros de uma família. Reuniam-se sob o mesmo teto diversos casais com os filhos, tendo um chefe no comando. O nono era o chefe do clã e o filho primogênito da família ocupava uma posição ascendente sobre os outros irmãos. Na falta do nono assumia o filho mais velho ⁹⁹.

A família como um valor, como uma preocupação constante, está muito presente nas memórias do senhor Orestes Bissoli, que deixa transparecer a maneira bastante emocional e afetiva com que se viviam as relações familiares. Ainda na Itália, quando a mãe ficara viúva, tornara-se a provedora da

⁹⁶ COLBARI, op. cit., p. 137.

⁹⁷ BUSATTO, op. cit., p. 308.

⁹⁸ ZANDONADI, 1980, op. cit., p. 46.

⁹⁹ Id. *Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo*, Belo Horizonte, Fundação Mariana Resende Costa, 1992, p. 135.

família e ele teve que trabalhar com os irmãos para ajudar no seu sustento, assim ele escreveu:

Semanalmente nós entregávamos o que rendia nosso trabalho, e ela nos dava uma gorjeta (*buonamano*) para os nossos pequenos divertimentos ou vícios que fossem. Sempre interessado pela família e, como a lenha necessária à cozinha adquiria-se com dificuldade, mamãe me dava algum vintém para eu recolher alguma na mata, isto é, onde havia arvoredos, pois lá não existe mata propriamente dita – e os proprietários deixavam recolher lenha seca, mas sendo verde era roubo¹⁰⁰.

Quando veio para o Brasil, Orestes Bissoli só teve a permissão da mãe porque junto vinha um outro irmão. Aqui permaneceram juntos por um tempo e depois de muito trabalho, conseguiram o dinheiro suficiente para trazer da Itália o restante da família. Ele escreveu de forma emocionada o fato de não ter notícias da família e da mãe pensar que estivesse morto. Quando despediu-se de seu irmão e foi morar sozinho no Quinto Território na Colônia de Rio Novo, igualmente deixou transparecer as emoções. A mãe e as irmãs vieram para o Brasil em 1895 e tiveram dificuldades para chegar ao Espírito Santo, certamente devido à proibição de imigração para aquele estado a partir daquele ano. Emocionou-se igualmente quando a mãe não o reconheceu de imediato e mesmo depois de algum tempo teve dúvidas se era ele mesmo o seu filho¹⁰¹. Assim escreveu sobre o caráter centralizador da figura da mãe e seu papel de mantenedora dos vínculos familiares: “Mamãe, embora já idosa, foi quem salvou a situação, mantendo a união da família, pelo motivo de tomar conta da casa”¹⁰². Mesmo depois de casado, a esposa ficava sob os cuidados da sua mãe, ou seja, na ausência do patriarca, assumia a matriarca: “[...] e também as moças se sujeitavam à velha; e ela ensinou o que era a economia, e o quanto valia a ordem econômica de uma família”¹⁰³.

Como as famílias italianas normalmente se constituíam de um grande número de filhos, embora grande também fosse a mortalidade infantil, os lotes adquiridos, com o passar dos anos já não atendiam mais às suas necessidades e chegava a um ponto em que não havia mais como dividir¹⁰⁴. Era preciso então buscar novas terras, quando estes filhos constituíam novas famílias. Coesão familiar e difusão devido ao crescimento vegetativo são características dos imigrantes italianos em outras partes do Brasil e também no sul do Espírito Santo.

¹⁰⁰ BISSOLI, op. cit., p. 31-32 (destaque do autor).

¹⁰¹ Ibid., p. 56-62.

¹⁰² Ibid., p. 63.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 150; cf. também PETRONE, op. cit., p. 76.

5. A religião: suporte ideológico e catalisador comunitário e social no imigrante

A quase totalidade dos imigrantes italianos que vieram para o Espírito Santo era católica. Os nomes registrados nos passaportes e outros documentos refletem a cultura católica. Dentre o que se propunha em oferecer ao imigrante estava o atendimento religioso, no entanto, as primeiras e maiores reclamações que partiram deles eram a falta de igrejas para a prática de sua religião e de padres para celebrações e ofícios religiosos, além da assistência espiritual.¹⁰⁵ A tendência daqueles que escreveram as memórias, crônicas e reminiscências dos imigrantes é de exaltar o fervor e a religiosidade dos mesmos. Dentre estes está D. Cavati¹⁰⁶, bispo católico, um dos primeiros a se preocupar em escrever uma história mais detalhada, quase que na linha da história do cotidiano, sobre a imigração italiana no Espírito Santo. Para ele, a imigração italiana no Espírito Santo foi responsável pela renovação espiritual no Estado, contrapondo o nativo indiferente ao imigrante fervoroso, as igrejas vazias do litoral, onde predominava a população nativa, às capelas cheias e animadas do interior, nas colônias, sempre exaltando os costumes e tradições dos italianos.

A inauguração de uma igreja, que se fazia pelo “benzimento” da mesma pelo sacerdote, era um dia de festa numa colônia, como ocorreu na Imperial Colônia de Rio Novo, no dia 26 de abril de 1874¹⁰⁷. Nas igrejas das colônias, rezava-se em dialetos italianos e latim; as crianças já nascidas no Brasil não falavam o português. Os homens e as mulheres ocupavam lugares separados. Era freqüente o canto coral de missas em latim. Quando não havia missa, ouvia-se a leitura do evangelho do dia, rezava-se o terço e a ladainha. Os pais frequentemente se preocupavam com a educação religiosa dos filhos e cuidavam de ensinar-lhes o catecismo. D. Cavati cita vários nomes de catequistas que se destacaram por seu zelo e fervor, como Francisco Casanova, Caetano Giuseppe Giovanelli, Teresa Lora e Felipe Spadete. Além de catequistas, alguns destes, como o Sr. Caetano, foram líderes de suas comunidades, ficando responsáveis também pela administração das capelas.

Uma das situações em que se diferenciava o imigrante do nativo era a novidade para a época do casamento civil, implantado pela constituição republicana de 1891. O nativo não se preocupava com o casamento religioso, contentando-se muitas vezes somente com este. O imigrante, ao contrário, tinha em conta muito mais o casamento religioso. Dom João Batista Corrêa Nery, em seu diário “Lembranças. Visitas Pastoraes”, deixou transparecer as dificuldades da igreja em lidar com a questão do casamento civil. Ele reclamou da falta de sacerdotes para atender a demanda dos fiéis, enquanto o

¹⁰⁵ RIBEIRO, op. cit., p. 149.

¹⁰⁶ CAVATI, op. cit., p. 95-127.

¹⁰⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 29.

número de juízes de paz era muito maior, chegando em algumas paróquias a 16 juízes para 01 sacerdote ¹⁰⁸. O bispo se surpreendeu também com a grande quantidade de cemitérios particulares no interior, devido às dificuldades de transporte dos cadáveres pelos caminhos frequentemente intransitáveis. Como o Estado do Espírito era muito isolado, tornara-se um refúgio de assassinos de outros estados vizinhos. Devido à incapacidade do Estado de conter muitas das “desordens” e da falta de médicos, para o bispo, tais cemitérios constituíam um problema, por causa de enterramentos criminosos e sem exames. Ele lamentou que o poder eclesiástico nada podia fazer, uma vez que os cemitérios foram secularizados ¹⁰⁹.

Hésio Pessali ¹¹⁰, na apresentação da obra do sr. Orestes Bissoli, diz que nas comunidades de imigrantes, a vida social se organizava em torno do culto dominical, seguido de jogo de bocha e bailes. “Um apego às funções conservadoras e formalistas da religião foi um traço comum”. Alguns poucos eram anti-clericais e maçons. “Toda povoação de imigrantes cresceu em torno de uma igreja. No Quinto Território, antes mesmo de partirem para construir casa em seus próprios lotes, morando, portanto, ainda em barracão comum, sua primeira obra foi uma capela” ¹¹¹. Ao redor dela, erguiam-se as casas. Os encontros dominicais eram ocasião também para negócios, contrato de trabalho, namoro e jogos, como a bocha, já citada acima, e futebol. Muitos padres ficaram na memória dos imigrantes, como o capuchinho Fr. Marcelino Morone d’Agnadello, que trabalhou na região sul do Espírito Santo a partir de 1883. ¹¹² Outros, como Fr. José Chivite, espanhol, agostiniano recoleto, que construiu um relógio de sol, fez uma bússola para os que se aventuravam nas matas, treinou parteiras, inventou instrumentos de uso caseiro “[...] e o que lhe mereceu maior reconhecimento dos colonos, fez-lhes ver que uma série de disputas surgidas entre eles em nada obedeciam aos interesses de expansão e melhoria do grupo, e sim a interesse de deslocar limites municipais e favorecer ambições de políticos residentes fora do povoado” ¹¹³. Fr. Manuel Simon, sobre o qual será tratado mais à frente, também entrou na memória destes imigrantes por ter realizado, em 1909, a compra da Fazenda do Centro, no interior do Estado.

Para Antônia Colbari ¹¹⁴, as missas e rezas dominicais não eram apenas expressão de um forte sentimento religioso, mas práticas coletivas que estimulavam o fervor religioso sim, mas também a convivência social e reforçar os rígidos padrões morais. “A religião era o centro dos valores morais que irradiava para a comunidade o ideal de disciplina, moralidade e ajuda mútua.”

¹⁰⁸ NERY, op. cit., p. 106.

¹⁰⁹ Ibid., p. 100. v. 101v.

¹¹⁰ PESSALI, op. cit., p. 15.

¹¹¹ Ibid., p. 15.

¹¹² CAVATI, op. cit., p. 111-113.

¹¹³ PESSALI, op. cit., p. 15.

¹¹⁴ COLBARI, op. cit., p. 138-139.

Assim, as práticas religiosas, como batismo e casamento, criavam vínculos sociais e reafirmavam a identidade do grupo, a vida comunitária e a solidariedade grupal. Eram práticas que favoreciam a cooperação e prestação de serviços que beneficiavam tanto os indivíduos como toda a comunidade, dadas as circunstâncias e objetivos comuns quanto à produção e reprodução.

Imigrantes desejosos de uma propriedade de terra, carregados de uma mentalidade de trabalho, um ideal de família e com fortes valores morais amparados pela prática religiosa, tais eram em geral aqueles que foram para o sul do Espírito Santo e mudaram a paisagem fundiária, econômica, social e cultural local, num momento de transição do trabalho sustentado pela mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, do regime monárquico para o republicano. A virada do século foi marcada não só pela decadência das poucas grandes fazendas latifundiárias do sul do Espírito, mas por uma profunda crise no preço do café, que afetou a vida daqueles imigrantes; crise esta agravada ainda pelas circunstâncias naturais, como a grande seca que afetou a região nos anos de 1898-1899¹¹⁵. Os elementos estudados aqui ajudam a entender o ambiente onde viveu Fr. Manuel Simon, frade agostiniano recoleto, que chegou ao Espírito Santo com outros companheiros.

¹¹⁵ NERY, op. cit., p. 98 v.

CAPÍTULO 2

FAZENDA DO CENTRO: A FORMAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL

A Fazenda do Centro, situada hoje a 11 quilômetros da sede do município de Castelo, no sul do Espírito Santo, tem uma história relacionada à expansão do café no estado, durante o século XIX. Como outras grandes fazendas capixabas, os seus proprietários não se prepararam para a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre e, no final daquele século, a referida fazenda encontrava-se em estado de abandono, dividida entre os herdeiros dos seus antigos proprietários.

Para uma análise mais aprofundada de como surgiu o projeto do Núcleo Colonial do Centro, precisa-se, antes de tudo, averiguar as fontes desta pesquisa, situar o ambiente eclesial e religioso, as circunstâncias que permitiram a sua efetivação e as condições em que ele se realizou. Isto é o que se pretende discutir neste capítulo.

1 As fontes

Há algumas coisas escritas sobre a Fazenda do Centro, desde que foi adquirida pelo Major Antônio Vieira Macho da Cunha, em 1845, até que foi vendida pelos herdeiros de um dos seus genros, o português Manuel Fernandes Moura, a Fr. Manuel Simon, em 1909. Órgãos públicos, como cartórios e arquivos do município de Castelo e Cachoeiro de Itapemirim são as principais fontes de informação deste período. Os que já escreveram sobre a Fazenda durante este período, normalmente o fizeram situando-a dentro da expansão da cultura cafeeira no estado e relacionando-a também com a escravidão. Dentre estes está T. de Alencar Arararipe, general-de-exército, ministro do Superior Tribunal Militar, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que escreveu um artigo intitulado “A Colonização do Município de Castelo” na Revista Brasileira dos Municípios, nº 63/64, em 1963. Uma fonte oral pesquisada por alguns pesquisadores, sobretudo da Universidade São Camilo, de Cachoeiro de Itapemirim, e jornalistas do periódico “A Gazeta”, foi o senhor Victório Bernabé, descendente de italianos e um dos mais antigos moradores da Fazenda do Centro, falecido há poucos anos.

Do período relativo à compra da Fazenda do Centro por Fr. Manuel Simon, no ano de 1909 em diante, a principal fonte são as *Crônicas de la provincia de Santo Tomás de Villanueva*, dividida em dois volumes, “Década Primera (1899-1909)” e “Década Segunda (1909-1919)”. Outra obra é um texto datilografado e paginado intitulado *Cópia fiel do livro de coisas notáveis da fazenda do centro*. A primeira parte deste texto até a página 16 está escrita

em espanhol e faz referência ao *Libro de Cosas Notables de La Hacienda del Centro* em precário estado de conservação; este original do livro desapareceu. A partir da página 17, o texto é escrito em português. Embora tenha a pretensão de ser uma “cópia fiel”, o texto foi selecionado, pois omite várias notícias escrevendo em seu lugar coisas como: “sin valor histórico” ou “otras noticias sin valor” e outras vezes simplesmente coloca “etc. Etc.”. Outra fonte que também relata sobre os trabalho dos agostinianos recoletos em Guarapari e Anchieta e a aquisição da Fazenda do Centro é o *Livro de tomo da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Castelo*. Percebe-se, no entanto, que muitos trechos foram copiados quase que “ipsis litteris” das *Crónicas de la provincia de Santo Tomás de Villanueva*. O trabalho de compilação desse primeiro livro de tomo deve-se a Fr. João Echávarri. No Cartório de Notas de 1º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim está o livro de registros de imóveis da Fazenda do Centro, com a matrícula onde consta a aquisição feita por Fr. Manuel Simon, juntamente com José Mariano Sobrinho, a dissolução da sociedade, as condições estabelecidas para cada um e as posteriores secções da fazenda. Uma fonte oral preciosa é Frei Juan Echavarrri Asiáin, nascido no dia 07 de setembro de 1919, morador e administrador da Fazenda do Centro durante quase quarenta anos (1946-1979), atualmente residente em Cachoeiro de Itapemirim, homem lúcido e espirituoso. O senhor Victório Bernabé deixou também vários testemunhos recolhidos por pesquisadores, como já citado anteriormente. Outro que deixou algumas memórias escritas deste período foi o senhor Máximo Zandonadi.



Ilustração 1 - Página de abertura do Livro de Crônicas

No Arquivo Público Estadual, em Vitória, há uma tese de Terezinha Silva, *Importância da Imigração Italiana em Castelo*, 1978. Este trabalho contém nas páginas 74-77 um mapa, uma cópia de recibo de compra de terra da fazenda e informações sobre a Fazenda cedidas por Fr. João Echávarri.

Na Universidade São Camilo, encontram-se os seguintes trabalhos monográficos, nos quais a Fazenda do Centro é referida ou é objeto de estudo:

BORGES, Adilméia Pontes, *Origem do Proletariado Industrial no Brasil*; Memória Escravista na Fazenda do Centro; Mimoso do Sul – momentos finais da Escravidão, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, fevereiro de 1999. Faz-se uma abordagem sobre a Fazenda do Centro no Capítulo II – A origem da produção cafeeira na região de Castelo, nas páginas 10 a 15.

FEREGUETE, Geruza da Penha, *A trajetória do escravismo na Fazenda do Centro; Memórias escravistas na Fazenda do Centro; A origem do movimento tenentista*. Monografia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, março de 1999. Este trabalho se divide em duas partes:

Parte I – “A Trajetória do Escravismo na Fazenda do Centro”. A partir da página 7, trata-se sobre a origem da produção de café na região de Castelo; a Fazenda do Centro e seus antigos proprietários; a compra da Fazenda do Centro. Na página 15 há um depoimento do Sr. Vitório Bernabé, no qual ele fala sobre a “reforma agrária do frei”.

Parte II – “Memórias escravistas na Fazenda do Centro”. Que trata sobre a origem da produção cafeeira na Região de Castelo; a colonização do século XVI ao XVIII; a Fazenda do Centro: fundação em 1845 por Antônio Vieira Machado da Cunha; seus antecedentes, povoadores, proprietários, a área de 3202 alqueires; o café como principal produto; o auge da produção de café, quando teria cerca de 600 escravos; e, por fim, algumas memórias do Sr. Vitório Bernabé;

SANTOLIN, Jane, *O Cotidiano dos Imigrantes Italianos em Venda Nova do Imigrante e Castelo*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, 2000. Há uma referência sobre a Fazenda do Centro na página 13, onde se lê: “A Fazenda do Centro foi adquirida pelos padres agostinianos, sendo dividida em lotes para acolher os imigrantes”. O trabalho dá ênfase à história do cotidiano dos imigrantes, destacando, entre outros assuntos, as habilidades artesanais dos imigrantes, as casas de negócio, o enriquecimento dos negociantes, a fabricação de vinho, a indústria madeireira e os produtos suínos.

DALVI, Juliana Coelho, *A Imigração Italiana no Espírito Santo*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Ca-

choeiro de Itapemirim, 2000. Traça-se uma abordagem sobre a migração italiana para o Brasil, as suas condições e objetivos; disserta-se sobre o decreto de 24 de junho de 1872, com vários trechos selecionados e citados, relativos à imigração. Na página 27 deste trabalho, lê-se: “Em 1874, chega ao Brasil, com Lazzaro, o primeiro grupo de italianos. Era formado por umas 100 famílias selecionadas pelos agostinianos, segundo consta nos livros de registro da Ordem.” Não é citada a fonte pesquisada e o trecho encontra-se possivelmente mal redigido, pois constitui um grave anacronismo, uma vez que os agostinianos só chegaram ao Espírito Santo em 1899. A partir da página 28, faz-se uma abordagem sobre o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, com um breve histórico dos antecedentes da fazenda e a ocupação e colonização da região de Castelo até o século XIX. Em seguida, disserta-se sobre a aquisição da Fazenda do Centro por Fr. Manuel Simón, situando-a numa segunda etapa da expansão da migração, citando alguns dados como a extensão adquirida, a divisão em lotes de 10 alqueires, a quantidade aproximada de famílias beneficiadas e contem em anexo uma cópia de um recibo de compra de terra no Núcleo Colonial do Centro, datado de maio de 1910.

COLODETE, Camila da Penha, *História da Societá Italiana di Castello*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, 2005. Na página 21, cita-se a obra de Luiz Serafim Derenzi, *Os Italianos no Espírito Santo*, onde o autor fala sobre a fazenda do Centro após a abolição da escravidão e a aquisição feita por Fr. Manuel Simon.

Os principais autores que escreveram sobre a Fazenda do Centro já foram utilizados no capítulo anterior deste trabalho:

CAVATI, João Batista, *História da imigração italiana no Espírito Santo*, [s.l.:s.n.], 1973.

DERENZI, Luís Serafim, *Os italianos no estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

ZANDONADI, Máximo, *Venda Nova: um capítulo da imigração italiana*, São Paulo: EPS, 1980. (e outras como: *A Igreja na História de Venda Nova; Venda Nova do Imigrante: 100 anos da Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo*; e *Reminiscências de um Século: (1889-1989)*;

CASAGRANDE, André Dell’orto; BARBIERO, Maria Helena Mion, *Castelo: da pré-história ao início do Século XX*, [s.l.]: Prograf, 2002.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha, *Pequena contribuição à história da imigração italiana no sul do Espírito Santo*, [s.l.: s.n.], 2003.

Nestes autores, exceto o senhor Máximo Zandonadi, que conhecia a Fazenda e viveu na região, todos os demais escrevem tendo como referência básica os escritos deixados por Fr. João Echávarri, baseados nas *Crônicas de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva*.

Dentre os artigos de jornal, foram encontrados dois artigos, dos quais apenas um contém dados históricos sustentáveis:

LOPES, Daniel, “Fazenda do Centro: destruíram quase tudo, mas ainda é possível ver muita coisa bonita”, in *A Gazeta*, Vitória, 11 de junho de 1981, Caderno de Turismo. O autor preocupou-se em descrever a situação da fazenda no momento em que escreveu, de forma bastante depreciativa, e faz uma defesa do seu tombamento.

MATTEDI, José Carlos, “História perdida entre montanhas” (p. 1) e “Personagens do passado revivem casarão” (p. 3), ambos in *A Gazeta*, Vitória, 1 mar. 1998, Caderno Dois. No primeiro artigo, o autor faz uma abordagem histórica da fazenda, com dados que se percebe extraídos das *Crônicas de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva* e de memórias do senhor Vitório Bernabé. O autor reforça a idéia corrente no local de que a Fazenda do Centro foi a “primeira reforma agrária no Espírito Santo”; em cujo núcleo colonial mais de 100 famílias foram beneficiadas, das mais de 300 que apareceram para ocupar o núcleo; que algumas famílias nem sequer chegaram a quitar suas propriedades e não foram removidas; apresenta também os muitos conflitos enfrentados, como as críticas que os padres receberam de estar abandonando o trabalho pastoral para se tornarem fazendeiros; os problemas causados pelo sócio desonesto; as dívidas assumidas por Fr. Manuel Simon; os conflitos com ex-escravos; a produção de café e cereais, como arroz e milho, além da cana-de-açúcar. O segundo artigo aborda mais o período anterior à compra da Fazenda por Fr. Manuel Simon, de quando pertencia ao Sr. Moura e traz uma série de memórias orais sobre as histórias relativas a maus-tratos aos escravos, ciúmes e adultérios dentre a família dos antigos proprietários e sua decadência após a abolição.

Assim, quando se trata da aquisição da Fazenda do Centro por Fr. Manuel Simon, em verdade só há uma fonte já difundida: as *Crônicas de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva*. Procurar-se-á aqui confrontar esta fonte com outros documentos encontrados: escrituras, recibos de compra de venda de terras e recibos de empréstimos.

2. A situação sócio-política e religiosa do Espírito Santo na visão de D. João Batista Nery

Na virada do século XIX para o século XX, o Brasil experimentava ainda a nova estrutura política e burocrática do regime republicano. No Espírito Santo, o aparelho estatal apresentava sérias deficiências quanto ao seu funcionamento. No capítulo anterior, viu-se que entre os imigrantes havia muitas reclamações e insatisfações devido à corrupção nos meios políticos.

A diocese de Vitória, criada no dia 15 de novembro de 1895, desmembrada da Diocese de Niterói, teve o seu primeiro bispo, D. João Batista Corrêa Nery, a partir de 01 de novembro de 1896, quando foi consagrado bispo em Roma ¹¹⁶.

¹¹⁶ *Crônica de la provincia de Santo Tomás de Villanueva. Década Primera (1899-1909)*. Monachil, Imprensa Santa Rita, 1920, p. 333.

O manuscrito que ele deixou de suas visitas pastorais, já referido no capítulo anterior, intitulado “Visitas Pastoraes.Lembranças”, deve ter sido escrito entre 1897 e 1900, pois as últimas anotações na contra-capa referem-se às provisões para o Pe. Manoel Simon em 04 de novembro de 1899 e 19 de abril de 1900 para o Pe. Máximo Tabuenca. Nele, o bispo faz suas observações a respeito da situação política, econômica e religiosa do estado e tece suas críticas também à infra-estrutura e condições físicas e humanas, bem como mostra suas dificuldades em administrar a nova situação da Igreja separada do Estado.



Foto 1- Manuscrito de D. João Batista Corrêa Nery, primeiro bispo de Vitória
Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória

Para D. João Batista Corrêa Nery, o Espírito Santo deveria ocupar um lugar importante entre os outros estados da federação, seja pela sua topografia, seja pela “uberidade” do seu solo. Permanecia, no entanto, estacionado por causa das estradas péssimas, ou antes, veredas, trilhas, que eram verdadeiros atoleiros nas vargens e nos centros das matas, com raízes cruzadas e madeiras caídas, que as obstruíam, às vezes, até apodrecerem ou serem queimadas pelo fogo. Aos viajantes, era indispensável levar o facão para fazer as picadas. “Ninguém se importa com as estradas.” O acúmulo de detritos, que desciam das montanhas, tornava impossível a passagem dos córregos mais insignificantes. Segundo ele, os caminhos só ficavam bons com as grandes secas, como a de 1898 e 1899. Com as secas, no entanto, abusava-se das queimadas e do “vandálico procedimento” de lançar fogo por diversão em matas virgens¹¹⁷. O bispo queixava-se também da falta de assistência e recursos médicos, que deixava o povo à mercê de curandeiros e charlatães; além disto, faltava “justiça e policiamento”. Com a falta de

¹¹⁷ NERY, João B. Corrêa (Dom), *Lembranças*, p. 97v-98v.

um policiamento regular e disciplinado, as pessoas reagiam por si mesmas. Outro problema para ele era a falta de escolas para crianças, essas sem “os menores rudimentos de civilização”. Nas escolas existentes, a situação dos *mestres* era precária e a maioria, incapaz para o exercício da função. Para atender às necessidades, tão urgentes, ele propunha uma “formação sumária” de professores estaduais. “O interior está muito atrasado. Os costumes são primitivos”. Para ele, não havia também homens preparados para ocupar os cargos e órgãos públicos, pois via os políticos como homens ignorantes e corrompidos. Ele chegou a propor que os cargos importantes do Estado fossem ocupados por pessoas mais competentes de outros Estados. Os funcionários públicos eram, segundo seu parecer, “sem méritos pessoais” e encostavam-se nos “mandões da terra”, serviam-se dos “amigos” e praticavam as piores arbitrariedades e injustiças “sobre o povo pequeno e humilde”¹¹⁸.

Sob a mira do bispo, encontravam-se também os padres de sua diocese. Ele criticava duramente alguns deles, submissos aos senhores e “mandões”, desprovidos de “conveniente formação sacerdotal”. Ocupando paróquias imensas, limitavam-se a fazer casamentos e batizados e a celebrar missas, com pouco interesse pela educação religiosa do povo, “nulo” em doutrina. Deixavam as crianças sem catecismo. Pelo fato de atenderem paróquias muito extensas, formadas por vários arraiais, distantes uns dos outros, nenhum desses tinha atendimento regular. “Pode-se dizer que são mais administradores de sacramento que Vigários”. Montados em animais, com o alforje na garupa, paravam um ou dois dias em cada povoado, “procurando fazer a volta”. Celebravam missa por toda parte, sem licença de ninguém, faziam batizados e casamentos sem proclamas e sem ajudantes. A população, entregue à pobreza, não tinha possibilidades físicas e morais de procurar os sacramentos nas sedes paroquiais, desprovidas de hotel, restaurantes e “agazalho”. Só lhes restava aguardar a visita do sacerdote no local ou a visita do bispo. Na impossibilidade de aumentar o número de sacerdotes ou paróquias, os padres tinham para sua manutenção praticamente só os emolumentos dos batizados, uma vez que os casamentos e demais sacramentos tinham que ser gratuitos, devido a situação de pobreza da população. Os padres tinham sérias dificuldades de comunicação com a sede episcopal. Pelo serviço postal péssimo, as cartas não chegavam ou, quando chegavam, era com atrasos de até seis meses. Uma boa parte do clero era estrangeiro e “pouco preparado”. A única solução que o bispo encontrou para remediar esta situação foi a de fornecer uma Provisão Especial e Anual, dando aos sacerdotes faculdades para dispensas reservadas ao bispo¹¹⁹.

O bispo deixa transparecer nos seus manuscritos as dificuldades para implantar o aparelho burocrático eclesiástico necessário para o funcionamento da diocese recém criada. A mesma deficiência estrutural que afetava o Es-

¹¹⁸ Ibid., p. 100v-104v.

¹¹⁹ NERY, op. cit., p. 104v-109v.

tado atingia a Igreja. Embora o bispo tenha reclamado dos padres estrangeiros “pouco preparados”, na tentativa de aliviar as suas dificuldades, ele chamou os frades agostinianos recoletos para colaborar com ele em sua diocese.

3 A situação sócio-política e religiosa do Espírito Santo na visão dos Agostinianos Recoletos

Não se pode compreender a forma como os missionários viram o Estado do Espírito Santo e ali atuaram sem retroceder alguns anos no tempo e se situar do outro lado do mundo, nas Ilhas Filipinas, onde trabalharam aqueles missionários e de lá foram expulsos em 1898 devido à guerra hispano-americana e a expansão estadunidense no Oriente e sem levar em consideração as circunstâncias em que os primeiros missionários vieram para o Brasil.

Frequentemente a linguagem da “Crónica de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva”, tanto a “Década Primeira (1899-1909)”, quanto a “Década Segunda (1909-1919)”, é ufanista e apologética, ou seja, minimiza as deficiências e os conflitos internos da congregação, exalta sempre os feitos e trata os adversários de forma verdadeiramente maniquê, diabolizando-os. Para o cronista, que não é apenas um autor, pois a obra foi escrita a partir de muitas mãos, propositadamente colocadas no anonimato para que a “glória” fosse da instituição e não das pessoas, e na qual se pretendeu evitar “subjetivismo”¹²⁰, a congregação, em seus trabalhos missionários realizara uma obra “civilizadora” no Oriente, sobretudo nas Ilhas Filipinas, única nação de maioria católica naquela região, conforme podemos ler:

Brilantíssima é a história de nossa Recoleção naquelas terras do Oceano Pacífico com seus ousados (ariesgados) missionários, seus heróicos mártires, seus abnegados confessores e valorosos caudilhos (sic!), com aquela plêiade numerosa de insignes Prelados, zelosíssimos bispos, excelentes historiadores, profundos mestres de espírito, que se sobressaíam nas ciências e nas artes, que empregaram todo seu saber e toda sua virtude em arrancar das negras sombras do erro àqueles povos bárbaros para conduzi-los aos esplendorosos campos da civilização e da cultura, por meio da Fé e da Religião, conseguindo fazer deles o povo mais civilizado de toda a Oceania e daquela parte oriental da Ásia¹²¹.

Em 1896, estourou a revolução filipina, com intensos ataques à igreja católica e à congregação, segundo o cronista, liderada pela maçonaria. Em 1898, criou-se o “Aglypayanismo”, ou seja, a igreja filipina, um cisma religioso. Durante os anos de conflito, mais de trinta religiosos foram assassinados pelas “hordas do katipunan”, a maçonaria nas Filipinas. Numerosos religiosos foram assassinados e torturados, conventos roubados, fazendas des-

¹²⁰ “Prólogo-dedicatória”, in *Crónica de la provincia de Santo Tomás de Villanueva. Década Primera*, p. IX.

¹²¹ *Crónica...*, p. 4. (destaque do autor)

truídas, missões abandonadas. No clima de tensão e guerra, culpavam-se os frades “dos desacertos e faltas políticas que eles mesmos haviam cometido no governo das Ilhas”. Nesta situação, buscou-se na congregação outras áreas para o trabalho religioso e decidiu-se pelo envio de religiosos para a América. A revolução filipina, dentro do contexto da guerra hispano-americana e da expansão econômica estadunidense para o oriente, afetou os religiosos não só no aspecto religioso e econômico, mas feriu também os sentimentos nacionalistas, que vinculavam Pátria Mãe (Espanha) e Religião Católica e sacralizava os símbolos nacionais. O hasteamento da bandeira dos Estados Unidos, ritual simbólico da vitória daqueles e derrota dos espanhóis, recebeu as imprecações do cronista ao registrar o fato:

[...] e, aos oito dias de consumado aquele atropelo pelo yanquis, quando arriada na capital do Arquipélago o santo emblema d Pátria Espanhola, que ali o havia feito tudo, içava-se em seu lugar a bandeira das barras e estrelas, símbolo da perfídia, da avareza e mercantilismo de uma nação de aventureiros, saía de Manila a primeira missão com rumo às praias hospitaleiras da jovem América espanhola, à qual se seguiu em seguida outra que, dirigindo-se à Espanha, devia aportar às costas do Atlântico nas Repúblicas de Argentina, Uruguai e Brasil ¹²².

A revolução filipina e a expulsão dos frades agostinianos recoletos exigiram da congregação e da Província de São Nicolau de Tolentino, à qual pertenciam as casas das Filipinas, uma reestruturação e adaptação forçada às novas circunstâncias. Com a dispersão pela América Espanhola e Brasil, nos anos seguintes, em 1905 intencionou-se na congregação a desagregação da Província de São Nicolau de algumas destas casas espalhadas na América e de algumas outras na Espanha. Isto refletia algumas insatisfações internas quanto à nova situação. No dia 12 de outubro de 1907, festa de Nossa do Pilar, criou-se a Província do Pilar, agregando nela as casas no Brasil. ¹²³ Isto, no entanto, causou muitos desgostos e gerou insatisfações, sobretudo nos superiores da Província de São Nicolau de Tolentino. Vários pontos do decreto de criação da nova província foram questionados no que se referia à divisão das casas, dos religiosos e dos custos econômicos. Para alguns, a divisão foi considerada ofensiva e “uma dolorosa amputação”. Durante alguns meses houve litígios, protestos e manifestações de insatisfação com relação à criação da nova província. Alegou-se mesmo “falta de autoridade” do decreto. Os defensores da nova província, no entanto, conseguiram a aprovação da Santa Sé no dia 13 de dezembro de 1907. No dia 01 de abril de 1908, o primeiro provincial Fr. Manuel Mateo do Carmo tomou posse e no capítulo geral ocorrido em julho desse mesmo ano, a nova província já se encontrava representada. No capítulo geral, permaneciam ainda muitas tensões inter-

¹²² Ibid., p. 6.

¹²³ Ibid., p. 23-26.

nas. No ano de 1909, o novo provincial visitou as casas no Brasil.¹²⁴ Expulsão das Filipinas, dispersão de religiosos pela América espanhola e Brasil, insatisfações internas na congregação, criação sob muitas tensões de uma nova província, na qual estavam as casas do Brasil, tudo isto mostra um ambiente de desestruturação interna e de crise institucional que afetou diretamente aqueles missionários que vieram para cá.

No ano de 1898, encontrava-se em Roma D. Eduardo Duarte da Silva, bispo de Goiás. Lá ele buscava pessoal para atender às necessidades de sua diocese, quando se encontrou com Fr. Enrique Perez, Procurador Geral da congregação agostiniana, que lhe comentou sobre a situação dos religiosos nas Filipinas. O bispo escreveu cartas ao superior geral, Fr. Mariano Bernard, que lhe atendeu ao pedido de enviar religiosos para o Brasil. Em janeiro de 1899, partiu a primeira missão rumo à diocese de Goiás, na qual se encontravam Fr. Manuel Simón, Fr. José Chivite e o “corista” (estudante) Fr. Máximo Tabuenca. Partiram com destino à Uberaba, onde iriam trabalhar no Seminário Diocesano¹²⁵.

Vários bispos no Brasil encontravam-se praticamente desesperados ante a falta de sacerdotes em suas dioceses. A notícia de religiosos disponíveis espalhou-se e provocou uma série de solicitações à congregação. Dentre aqueles que pediram religiosos para as suas dioceses estavam o bispo de São Paulo, de Niterói, do Espírito Santo, da Bahia, de Pernambuco, do Pará, de Campinas, de São Carlos e de Petrópolis. Várias missões se seguiram depois, procurando atender às solicitações dos bispos. Devido à dispersão dos religiosos em várias partes do Brasil, inicialmente criou-se três vicarias, subdivisões administrativas internas da congregação: uma que englobava São Paulo e Minas Gerais; outra que envolvia Espírito Santo e Bahia, e uma terceira no Estado do Pará. Após a visita provincial ao Brasil em 1909, todo o território passou a constituir uma única vicaria com três sub-vicarias¹²⁶.

Nesse ínterim, publicou-se em 1902 um “Regulamento” das missões da congregação na América. Segundo este regulamento, havia uma proibição expressa de realização de empréstimos sem licença do superior e sob a condição de só efetuar-lo “[...] com a garantia de objeto de duplo valor real” e também outra proibição de contração de dívida¹²⁷.

A situação dos religiosos no Brasil após alguns poucos anos, no entanto, tornou-se crítica, principalmente na região de Minas Gerais, a ponto de vários religiosos solicitarem a secularização, alegando a perda do espírito religioso e de comunidade, “[...] sem a sujeição e dependência que se faz necessário observar na vida das Residências ou Conventos.” Segundo ainda as crônicas, os próprios

¹²⁴ Ibid., p. 30-34, 46, 51-52.

¹²⁵ Ibid., p. 66-68.

¹²⁶ Ibid., p. 88, 91.

¹²⁷ Ibid., p. 92, 96.

D. João Batista Correa Nery, em 1897, encontrava-se alarmado ao notar a escassez de clero em sua diocese: 19 sacerdotes para atender 27 paróquias, a maioria delas em lugares difíceis, com grandes distâncias, caminhos péssimos, muitas capelas para percorrer e atender as necessidades dos fiéis. Através dos frades dominicanos, que tinham residência em Uberaba, soube dos religiosos agostinianos disponíveis e imediatamente os solicitou também para sua diocese recém-criada. Ele propôs à congregação cinco residências em duas regiões:

Região Norte:

Residência em Linhares: atendendo toda a margem sul do Rio Doce;
Residência em Pau Gigante (hoje Ibirapu): atendendo Riacho e Santa Cruz;
Residência em Barra de São Mateus, atendendo Itaúnas;
Residência em Nova Almeida, atendendo Serra, Carapina e a margem norte do Rio Santa Maria.

Região Sul:

Residência em Benevente, atendendo Guarapari, Itapemirim e Piúma.

Os primeiros que foram para o Espírito Santo, Fr. Manuel Simón e Fr. Agustín Martel, ficaram hospedados na residência do bispo e ajudavam na catedral, mas como na cidade, na época com 12 mil habitantes, já havia clero suficiente, logo se dirigiram para Benevente, hoje Anchieta, para onde logo se dirigiu também Fr. Máximo Tabuena e Fr. José Chivite. A nova paróquia tinha cerca de 15 mil habitantes, espalhados em mais de 30 bairros ou colônias. Anexa a ela se achava a paróquia de Piúma. Assim distribuíram os trabalhos entre eles: Fr. Máximo atendia a cidade de Anchieta e arredores; Fr. José Chivite atendia Guarapari e arredores e Fr. Manuel Simón atendia as colônias¹³⁰.

As dificuldades encontradas estão relacionadas com as já citadas anteriormente, como as condições das estradas e as doenças tropicais, mas o cronista aponta algumas peculiaridades, como a resistência de algumas pessoas. Nas colônias das regiões de Benevente e Guarapari, havia muita insatisfação entre os colonos, que não se contentavam com o culto familiar e doméstico, embora tivessem suas tradições mantidas pelos “fábriqueteiros”, homens escolhidos por eles para construção e manutenção das igrejas e capelas, de ensinar o catecismo, de realizar o culto público e os exercícios de piedade. Entre os missionários e os fábriqueteiros aconteceram alguns conflitos, vistos na ótica daqueles como *abusos*. Foram considerados abusos: usurpar atribuições do sacerdote; officiar Vésperas e Matinas solenes com incensação do altar, celebravam “missas cantadas”, pregavam, faziam procissões, davam bênção “pós-parto”, dispensavam de impedimentos matrimoniais.

O senhor Orestes Bissoli diz em suas memórias a respeito de sua dedicação ao catecismo e às obras da Igreja e se refere também a estas prá-

¹³⁰ Ibid., p. 338, 345.

ticas, mas como normal e uma forma de servir piedosamente os próprios “ministros de Deus”, que lhes delegavam muitas destas funções para manter as tradições das comunidades. A obediência aos sacerdotes era em geral levada muito a sério entre os colonos que, como ele, arriscavam até a vida por eles ¹³¹. D. Cavati dedica um capítulo de sua obra à religiosidade dos imigrantes e os enaltece exatamente pelo fato deles manterem costumes e rezas mesmo na ausência do sacerdote. Ele cita uma carta de Fr. Marcelino D’Agnadello, escrita em 1886, em que o frade pede aos colonos que fizessem exatamente muito daquilo que foi censurado posteriormente pelos agostinianos, mas que o fizessem sempre desde que aprovados pelos sacerdotes ¹³². Ou seja, enquanto os missionários anteriores, na incapacidade de atender delegaram funções aos leigos, os agostinianos demonstraram mais centralização do poder religioso e eclesiástico. D. Cavati também transcreveu um testamento de um fabricante, o senhor Caetano Giuseppe Giovannello, que nele, agradeceu ter realizado todas essas obras e sempre permanecido obediente aos sacerdotes, citando que tudo que fez foi por eles aprovado e entre os sacerdotes citados encontra-se o nome de Fr. Máximo Tabuena ¹³³. Alguns colonos apresentavam rejeição aos missionários por serem espanhóis e desejavam sacerdotes italianos ¹³⁴.

Na ótica dos missionários agostinianos, os italianos eram gente piedosa sim, mas também “impressionável e que se deixa levar facilmente pelo entusiasmo”. Nas comunidades visitadas, algumas já faziam muitos anos não recebiam a visita de um sacerdote, pois teriam encontrado meninos de 10 e 12 anos que nunca tinham visto um. Assim escreveu um deles:

Visitei lugares em que o sacerdote não era conhecido por crianças de dez e doze anos, os quais, admirados de ver o religioso com o hábito de sua ordem, exclamavam em seu idioma, dirigindo-se a seus pais: Papá, il Prete porta cotolle! O Padre usa saias, o que manifesta o abandono em que havia estado desde sua chegada aos novos territórios ¹³⁵.

O trabalho missionário na região norte do estado do Espírito Santo não prosperou. Ali o indiferentismo religioso era um grande obstáculo ao trabalho dos missionários, segundo o cronista, que desistiram sobretudo por causa da saúde e desgaste físico. Em 1901, entregou-se a região atendida por Itaúnas e Barra de São Mateus e em 1902 as outras regiões, ficando assim os missionários praticamente com o sul do Estado ¹³⁶.

¹³¹ BISSOLI, Orestes, Memórias de um imigrante italiano, p. 46-47, 66-67.

¹³² CAVATI, João Batista, *História da imigração italiana no Espírito Santo*, [s.l.: s.n.], 1973. p. 96-105, 115-117.

¹³³ *Ibid.*, p. 133-135.

¹³⁴ *Cronica ...*, p. 353.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 351.

¹³⁶ *Ibid.*, 357-360.

A situação de dispersão dos missionários agostinianos recoletos que trabalhavam no Brasil era semelhante à que viviam em outros países, como Panamá, Venezuela e Trinidad, no final de século XIX e início do século XX.

Nestes quatro países, a atividade dos religiosos decorreu por razões muito semelhantes. Durante os primeiros anos se dedicaram quase que exclusivamente ao apostolado paroquial em regiões semi-abandonadas. Quase todas as fundações aparecem envolvidas por certo ar de provisoriedade, sem programas suficientemente elaborados, em áreas social e religiosamente deprimidas e afastadas umas das outras ¹³⁷.

Num Estado ainda a implantar o regime republicano, com sérias limitações políticas e institucionais, é possível perceber que em meio às deficiências estruturais (estradas, escolas) e da precariedade das comunicações, a diocese do Espírito Santo igualmente estava por implantar seu aparelho burocrático e a congregação agostiniana recoleta encontrava totalmente dispersa, sem projetos definidos. Ou seja, nestas três instituições tudo estava ainda por construir ou reconstruir. Lutava-se contra o tempo, haja vista a rapidez com que tudo foi feito com relação aos missionários vindos para o Brasil: o bispo conversou com o superior dos agostinianos em outubro de 1898; em março de 1899 os primeiros missionários chegaram ao Brasil rumo a Uberaba. Em maio, já estavam no Espírito Santo. Tudo transcorreu de forma rápida; procurou-se mais a boa vontade em atender às necessidades que em planejar as estratégias de ação e trabalho.

4. A situação institucional dos Recoletos

Em meio à dispersão, após o impacto provocado pela desagregação ocorrida com a revolução filipina, os frades recoletos buscaram formas de se organizar para atender à nova situação e às demandas surgidas com os novos campos de trabalho. Desde 1901, havia uma proposta de se criar uma nova província. A criação da Província do Pilar, em 1907, transcorreu em meio a muitas tensões e, segundo o cronista, estava-se vivendo naqueles tempos momentos angustiantes, devido às dificuldades inerentes à própria fundação da nova província e quanto à organização das casas e seminários. As angústias se agravaram com os problemas ocorridos no Triângulo Mineiro, com a secularização de alguns religiosos. Os frades da nova província encontravam-se dispersos pelo Brasil, Panamá, Trinidad e Venezuela. Uma das medidas para reorganização da congregação ocorreu no Capítulo Geral de 1908, no mosteiro de San Millán de La Cogolla, foi a supressão da Província do Pilar e a restauração da Província de Santo Tomás de Villanova em Andaluzia, à qual passou a pertencer as casas da extinta província do Pilar. Os anos entre 1908 e 1912, quando ocorreu o

¹³⁷ MARTÍNEZ CUESTA, Ángel, “Los Agustinos Recoletos en América”, in AAVV., *Agustinos Recoletos: historia y espiritualidad*, Roma, Città Nuova, 2007, p. 172-173.

primeiro capítulo da nova província, foram de reorganização interna das casas ¹³⁸.

As exigências da vida real, que nem sempre eram tão “reais”, voltaram a ser mais fortes que a vontade dos superiores e continuou a dispersão e a improvisação, com a conseqüente debilitação do espírito comunitário e religioso, que produziu numerosas defecções, especialmente no Brasil, onde os bispos e até o próprio nuncio favoreciam as secularizações. Em 1909, o provincial de Santo Tomás se apresentou no Brasil com a intenção de frear as saídas, porém, apesar de seus esforços, não pode impedir a secularização de seis religiosos. O provincial atribuía essas defecções à falta de espírito religioso, ao excessivo apego à vida dos ministérios, à independência que neles se desfrutava e à liberdade com que dispunham do dinheiro. Não deixou, porém, de lamentar também a excessiva freqüência com que se removiam os missionários e à desavença existente entre os ministérios e a residência de Ribeirão Preto ¹³⁹.

O ano de 1912 foi significativo para os frades recoletos, pois no dia 12 de setembro de 1912 o papa Pio X firmou o Breve “Religiosas Familias”, concedendo plena autonomia jurídica à congregação, até então sujeita ao superior geral da Ordem de Santo Agostinho, e dando o status de *Ordem Religiosa*, com superior geral e governo próprios ¹⁴⁰.

Uma das maiores dificuldades sentidas nesse processo de reorganização interna, segundo o cronista, referia-se à organização dos seminários, devido ao número escasso de frades. Além disto, na Espanha o governo impusera o serviço militar obrigatório, que suscitou entre os frades um receio de que tal medida ameaçaria as vocações. Para o cronista, “era um plano verdadeiramente diabólico, inventado pelas lojas maçônicas para acabar de vez com as comunidades religiosas” ¹⁴¹. Tensões políticas na Espanha provocaram reações de insegurança e incerteza nos frades. Isto se refletiu na decisão de adquirir a Fazenda do Centro. De um lado, havia uma demanda por novas terras por parte dos colonos italianos, tendo em vista o esgotamento das terras nas regiões litorâneas; de outro lado, apesar da situação econômica precária, os frades buscavam formas de reorganizar-se e adquirir mais estabilidade e segurança.

Por outra parte, os colonos italianos que povoavam aquela região (de Anchieta e Guarapari), vendo que suas terras iam perdendo sua fertilidade, dispunham-se a ir para outros lugares ainda não desbravados para fazer nelas novas plantações e trabalhos; e tratavam de levar consigo os religiosos que os assistiram espiritualmente, instando-os a que não os abandonassem; antes pelo contrário, se pusessem à frente de sua empresa e lhes ajudassem

¹³⁸ *Crónica de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva. Década Segunda (1909-1919)*, Monachil, Imprensa Santa Rita, 1920, p. 3-6,10, 65.

¹³⁹ MARTÍNEZ CUESTA, op. cit., p. 176.

¹⁴⁰ *Crónica...* Segunda década, p. 87-89.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 98.

na busca e aquisição de algum lugar favorável para o desenvolvimento dos cultivos e trabalhos.

Isto fez que os padres, desejosos de favorecer a seus fiéis filhos espirituais, se informassem dos diversos pontos daquele Estado, nos quais os colonos poderiam se estabelecer e, conhecedores ao mesmo tempo das críticas circunstâncias em que se achava a Província em seus princípios, pela escassez de recursos para a formação dos colégios e pelas dificuldades que apresentava o estado anômalo da coisa pública na Espanha, vendo que se achava à venda uma das antigas fazendas no interior do Estado, propuseram ao N. P. Provincial, que se achava entre eles praticando a visita oficial, lhes autorizasse a empregar os recursos que contavam na compra daqueles terrenos, os quais ao mesmo tempo serviria para beneficiar os colonos, vendendo-lhes os lotes nos quais pudessem trabalhar e instalar suas famílias, poderiam servir também como uma ajuda à Província e como lugar de refúgio para nossos jovens estudantes se os transtornos políticos da Espanha se acentuassem e obrigassem os superiores a tirá-los da Península ¹⁴².

A vicaria dos recoletos no Brasil compunha-se de 40 religiosos sacerdotes e 03 frades irmãos em 1909. “Os 53 religiosos que trabalhavam no Brasil em 1919 estavam disseminados em 05 estados” ¹⁴³. A constância com que o cronista refere-se à secularização de alguns frades no Triângulo Mineiro denota que tal fato transtornou e deixou marcas na época. No plano econômico, o cronista afirma que também a situação era crítica, pois haviam poucos recursos para manutenção dos frades, o território brasileiro era imenso e muitos frades encontravam-se esgotados pelo trabalho ¹⁴⁴. Intencionou-se, neste período a fixação da residência provincial no Brasil a partir de 1912. Tal não se realizou, segundo o cronista, porque as casas dos frades no Brasil não estavam preparadas para isto. Ordenou-se, então, preparar a casa de Ribeirão Preto; no entanto, tal ordem não foi cumprida e como justificativa foram apresentados os gastos elevados com a aquisição do Colégio de Monachil e Agreda, na Espanha ¹⁴⁵.

A escassez de pessoal e a falta de novos membros para dar continuidade aos trabalhos começados no Brasil e, mais especificamente, no Espírito Santo, fez com que se reduzissem os ministérios. No Espírito Santo, de 08 assumidos inicialmente, restaram os 02 ministérios do sul do Estado, onde estavam as colônias italianas. E mesmo nessa região, os ministérios foram reduzidos. Em setembro de 1910, entregou-se ao bispo a Paróquia de Guara-pari. Em 1913, estavam no Espírito Santo, apenas dois frades agostinianos:

¹⁴² Ibid., p.257-258; cf também *cópia* fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro manuscrito, Arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP, [19--]. p. 6

¹⁴³ MARTÍNEZ CUESTA, op. cit., p. 174.

¹⁴⁴ *Crónica ... Segunda década*, p. 235-236, 242-243.

¹⁴⁵ Ibid., p. 252-255.

Fr. Máximo Tabuenca, em Anchieta, e Fr. Manuel Simón, na Fazenda do Centro, separados um do outro por cerca de 100 km. Tal situação foi considerada inviável para a vida dos frades e decidiu-se por entregar também Anchieta em 1914, fixando-se a residência dos religiosos na Fazenda do Centro ¹⁴⁶. O cronista diz que “causas alheias à nossa vontade e desejo, [...] fizeram que nossos religiosos entregassem à Curia Eclesiástica a administração da Paróquia-Missão de Guarapari e com ela a de várias colônias italianas que estavam encravadas em sua jurisdição, ficando desde então reduzidos à missão de Anchieta” ¹⁴⁷. Tais causas alheias foram atribuídas às intrigas junto ao bispo promovidas por um padre francês que se encontrava na cúria diocesana. O motivo apresentado pelo bispo era que Fr. Manuel não podia dar conta da paróquia por estar sempre ocupado com os negócios da fazenda ¹⁴⁸. Quando o superior provincial, após visita aos frades na região em 1913, decidiu entregar a Paróquia de Anchieta, também o bispo se demonstrou muito insatisfeito e teria acusado os padres de abandonarem a administração espiritual para se tornarem fazendeiros ¹⁴⁹.

Durante cerca de 11 anos, Fr. Manuel Simón esteve à frente dos ministérios de Guarapari e Anchieta, auxiliado na maior parte deste tempo por Fr. Máximo Tabuenca e Fr. José Chivite. Atendia preferencialmente as colônias italianas, que eram mais de 80. As páginas de 01 a 03 do *Cópia fiel do Livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro* apresenta um resumo do período em que os referidos frades recoletos trabalharam em Guarapari e Anchieta e teria sido escrito por Fr. Máximo Tabuenca em 1916. Nesse texto, o escritor refere-se às dificuldades encontradas naquela região como por exemplo o indiferentismo religioso dos brasileiros; ao temor da mescla entre estes e os italianos, pois para ele tal mescla conduziria a uma perversão dos costumes dos imigrantes; aos conflitos ocorridos entre os frades espanhóis e as práticas da religiosidade popular, sobretudo dos negros; e também a conflitos com alguns imigrantes que manifestavam suas preferências por sacerdotes italianos.

Escassez de pessoal, reorganização interna com a criação de uma nova província após o malogro da criação da Província do Pilar, mudança do status jurídico e administrativo da congregação, que adquiriu mais autonomia ao ser reconhecida como “Ordem Religiosa”, dispersão, redução de ministérios, insegurança política na Espanha são alguns elementos que formam a conjuntura em que viviam aqueles frades recoletos no sul do Espírito Santo e certamente interferiram na decisão de se adquirir a Fazenda do Centro.

¹⁴⁶ Ibid., p. 257, 654-656.

¹⁴⁷ Ibid., p. 257.

¹⁴⁸ *Cópia fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro* p. 8; cf. também *Crônica ... Segunda década*, p. 658.

¹⁴⁹ Ibid., p. 670.

5. A aquisição da Fazenda do Centro. O que dizem as crônicas

Pelo termo “crônica” utilizado aqui se entende não somente aquele intitulado *Crônica de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva*, mas também outros que tem este mesmo estilo, como o “Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Castelo e o Cópia Fiel do Livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro”, já referidos aqui. Todos estes escritos têm uma mesma fonte de informações, se não uma mesma pessoa, uma mesma instituição, a Ordem dos Recoletos de Santo Agostinho, e visam registrar seus feitos, reforçando assim sua identidade institucional. A ótica, portanto, das crônicas, é da instituição religiosa, que exalta os feitos de seus membros, realça tais feitos como missão espiritual e coloca-se como *mãe* provedora ante as necessidades dos fiéis, “seus filhos”. Ao tratar dos motivos da compra da fazenda, o cronista, seja a pessoa que escreveu, seja a instituição que fala através dele, destaca mais o caráter do apelo dos colonos por novas terras e menos o de suas necessidades internas de garantir a posse daquele bem; não deixa, porém, de referir-se também a isto.

No capítulo anterior, viu-se que em geral os imigrantes tinham como sonho maior ser proprietário de terras com as quais pudessem prover o seu sustento e o de sua família, quase sempre muito numerosa. Isto provocava freqüentemente certa pressão sobre a terra, ainda mais no sul do Espírito Santo, onde os imigrantes eram pequenos proprietários. Chegava-se em um momento que se necessitava mais terras para os filhos.

O motivo central para a busca por outras terras, segundo as crônicas, não era tanto as famílias numerosas e as pequenas propriedades insuficientes para as novas gerações, mas um problema ecológico, ambiental, relacionado ao mau uso da terra e ao desmatamento exacerbado. Não há, nas crônicas, nenhuma referência à crise econômica do café, na virada do século XIX para o século XX e da revalorização do seu preço após 1906, embora o cronista deixe claro que dentre os produtos cultivados, o café era prioritário. O cronista situa a demanda por novas terras num problema ambiental local e não dentro de uma conjuntura econômica mais ampla.

Com o corte e a devastação das matas, veio, como é natural, a escassez de chuvas, e as águas diminuía de um modo notável nos diversos rios e riachos que cortavam em todas as direções os campos, fazendo-os frutíferos e produtivos. Rios que poucos anos antes arrastavam um considerável caudal de água e tinham que ser atravessados em canoas, ou por certos vaus, podiam-se atravessar a pé; e, ao contrário, quando chovia, a água lavava os terrenos montanhosos arrastando a terra vegetal e formando nos rios grandes torrentes, arrasavam as terras cultivadas, levando-se ao mar as plantações e deixando os campos convertidos em eiradas ¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Ibid., p. 657.

O problema que teria causado a demanda por novas terras, segundo o cronista, era a perda da fertilidade das mesmas, o seu esgotamento e a forma de ocupação daquele espaço pelos colonos italianos.

Por este tempo, Fr. Manuel encontrava-se preocupado com uma idéia que ele considerava benfeitora para nossa Província e para seus queridos colonos italianos. Via claramente que as terras ocupadas pelas colônias e que haviam sido desmatadas e colocadas para o cultivo com os trabalhos e suores daqueles colonos, iam-se esgotando e perdendo rapidamente sua força produtiva; a cada ano decresciam as colheitas e se via estar próximo o dia em que, perdida sua força vital, viriam a ficar reduzidos a campos estéreis; os mais úteis para criar forragem e pasto para vacas, porém, completamente inúteis para semear os produtos que eles desejavam cultivar: arroz, milho e, sobretudo, café ¹⁵¹.

O problema do esgotamento das terras já estava provocando não só a insatisfação dos colonos italianos e austríacos, mas a sua dispersão. Já estavam a abandonar os lugares onde moravam para estabelecer-se em outros, iniciando aí novamente os trabalhos de desmatamento e sementeira “sem levar em conta, por certo, que seguindo este sistema, chegará um dia em que todo o Estado será um campo estéril e inculto”. Para o cronista, os colonos não se preocupavam com isto, pois o interesse maior deles era formar capital em menor tempo possível para voltar à sua pátria e levar lá uma vida tranqüila e sossegada. Os missionários estavam preocupados com esta debandada dos seus fiéis, viram-se na impossibilidade de contê-la, mas procuraram vias de direcioná-la para lugares onde eles pudessem viver reunidos, dispendo-se mesmo a segui-los como orientadores espirituais ¹⁵².

Já existiam no Brasil, por aquela época, fazendas cultivadas por membros de ordens religiosas, como os trapistas, em Minas Gerais. Através do agrimensor Dr. Hermann Tautfeus Bello, de larga experiência em medições de terras nas colônias italianas do sul do Espírito Santo, Fr. Manuel Simón tomou conhecimento desta fazenda cultivada pelos trapistas e de outra, no interior do Estado, que poderia satisfazer as demandas dos colonos ¹⁵³.

Nestas circunstâncias, os colonos insistiram com ele [Fr. Manuel] para que visse o modo de remediar sua situação, pois senão, se veriam na necessidade de buscar novas terras mais produtivas. O padre tinha ouvido falar de uma antiga fazenda, no interior do Estado, com bons e abundantes terrenos, a qual estava à venda e, animado pelo desejo de favorecer seus fregueses e olhando também pelo bem espiritual deles, para que não perdessem em outros lugares a fé e a religiosidade que, por força de muito trabalho havia conseguido infundir e con-

¹⁵¹ Ibid., p. 257. 655; cf. também *Livro de tomo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Castelo: de 1950 a 1965*. Manuscrito, Arquivo da Casa Paroquial de Conceição de Castelo. Conceição de Castelo, ES, [19--]. p. 69.

¹⁵² *Crônica ... Década segunda*, p. 657.

¹⁵³ *Cópia ...*, op. cit, p. 5; cf. também *Crônica ... Década segunda*, p. 257, 655-659.

servar neles, a comprou com autorização e permissão dos Superiores, colocando nela mais de 100 famílias, escolhidas entre as melhores, passando-se a viver com eles no ano de 1910, ainda que sem deixar de visitar as demais colônias da costa ¹⁵⁴.

A aquisição da Fazenda do Centro, segundo o cronista, visava realizar dois objetivos simultâneos: favorecer os colonos na região de Guarapari e Anchieta e ajudar a Província no sustento dos colégios e formação de novos missionários destinados a trabalhar no Brasil, provendo a instituição de um patrimônio que lhe serviria de garantia e segurança diante das instabilidades políticas e anticlericais na Espanha.

No mês de maio do ano de 1909, um bom amigo dos padres, agrimensor de ofício e muito afeiçoado e entendido em questões agrícolas [Dr. Hermann Tautfeus Bello], falando com Fr. Manuel Simón da fazenda que os religiosos trapistas cultivavam em Minas Gerais, referiu-se a ele como se achava à venda uma antiga fazenda do Estado do Espírito Santo, propriedade dos herdeiros de Manuel Fernandes Moura e Isabel Vieira, abastados proprietários portugueses já defuntos, os quais, aproveitando-se das leis portuguesas que favoreciam a escravidão nas colônias daquela Nação, haviam conseguido reunir nela uns seiscentos negros escravos, formando a melhor fazenda do Estado, com uma extensão superficial de 154.993.280 metros quadrados. Devido depois à imprevista liberdade dos escravos, decretada como uma medida política pelo Imperador do Brasil D. Pedro II, esta fazenda, o mesmo que em geral no Brasil, veio a ficar da noite para a manhã sem braços para o cultivo e plantações, porque os negros, indolentes e preguiçosos por natureza, abandonaram o trabalho, quando se viram livres, crendo que a liberdade os eximia dele ¹⁵⁵.

Este trecho das crônicas contém várias imprecisões:

1. O senhor Manuel Fernandes Moura era português, mas não as famílias do seu primeiro proprietário, o major da Guarda Nacional, Antônio Vieira Machado da Cunha, que veio de Valença, no interior do Rio de Janeiro ¹⁵⁶;

2. Refere-se a “leis portuguesas que favoreciam a escravidão nas colônias”, quando a fazenda foi adquirida pelo major em 1845, período em que o Brasil já era politicamente autônomo em relação a Portugal;

3. Afirma que a liberdade dos escravos foi “imprevista” e deixou instantaneamente as fazendas sem mão-de-obra, quando as campanhas para abolição dos escravos já eram intensas havia décadas e, no caso específico do sul do Espírito Santo, os grandes fazendeiros foram imprevidentes, demorando na transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, conforme o capítulo anterior;

¹⁵⁴ *Crônica ... Década segunda*, p. 655-656.

¹⁵⁵ *Crônica ... Década segunda*, p. 659.

¹⁵⁶ ARARIPE, T.A. “A colonização do município de Castelo”, in *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 63/64, p. 144, jul./dez. 1963.

Consta nas contas de junho de 1909 referências à visita provincial, quando Fr. Manoel solicitou autorização para comprar a fazenda. Nas contas de julho, assim aparece: “un viaje del Pe. Manuel a la Hacienda”. Daí em diante, até dezembro de 1912 aparecem 14 viagens de Fr. Manuel a Vitória ou a Cachoeiro para tratar de negócios da fazenda. Em 1913, quando ocorreu uma outra visita provincial, a forma como foi utilizado o dinheiro da residência de Anchieta na compra da fazenda não estava clara, haja vista as observações escritas no livro de contas e cuja transcrição segue-se abaixo:

Santa Visita Provincial

Visto y examinado detenidamente el presente Libro de Cargo y Data, perteneciente a la residencia de Anchieta o Benevente, se ha observado: que desde la última Visita Provincial practicada el día veintiocho de abril del año mil novecientos nueve, hasta la fecha, han ingresado en la Residencia treinta y cinco contos, catorce mil reis (35:014\$000), y se han gastado diez y nueve contos, veintitrés mil reis (19:023\$000) quedando un saldo a favor de la residencia de quince contos, novecientos noventa y un mil reis (15:991\$000).

Preguntado el P. Superior donde existía esta cantidad, manifestó: que autorizado por R. P. Fr. Francisco Bergasa de la V. de Vico, Provincial entonces de esta nuestra Provincia, invistió la suma expresada en la compra de una finca denominada “Hacienda del Centro” en el término de Castello, de este mismo Estado de Espiritu Santo, presentando el Oficio en que se le autoriza.

En vista de esto solo queda un saldo efectivo de (300\$000) trescientos mil reis que es lo que deberá figurar como primera partida de ingresos en las cuentas siguientes.

Ordena R. P. Provincial al P. Superior de la residencia que las cantidades que remita a la Hacienda las descuenta en esta residencia, haciéndolas figurar en la partida de gastos y que se abra libro aparte donde se asienten los ingresos y gastos de la Hacienda de modo que figuren por separado las cuentas de la residencia de Anchieta y las de la Hacienda del Centro.

Manda también R. P. Provincial que, para acomodarse a la costumbre que tienen las demás residencias y ministerios, se lleven las cuentas por trimestres, haciendo al final de cada uno el Balance y poniendo al principio de la cuenta siguiente el saldo *em favor ou em contra* que resultare del balance anterior.

Así lo proveyó y decretó R. P. Provincial Fr. Gregorio Tejero de San Luis, en Anchieta o Benevente a los tres días del mes de abril del año mil novecientos trece. De que yo el infraescrito secretario doy fe. Fr. Gregório Tejero de S. Luis; Fr. Gerardo Lorrondo de San José, Srio.

Nos relatos sobre a compra da fazenda, nota-se uma insistência do cronista em afirmar que Fr. Manuel comprou a fazenda autorizado pelos superiores. Ao que tudo indica, pode ter havido rumores contra o frade, ainda mais que a mesma se encontrava em nome pessoal. Em 1913, após a visita

provincial, determinou-se a amortização da hipoteca contraída por Fr. Manuel junto ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, com a condição de se criar uma sociedade para a qual deveria ser passado o patrimônio da instituição e assim garantir a posse da fazenda e evitar problemas futuros com possíveis herdeiros legais ¹⁵⁸.



Mapa 3. Divisão dos lotes da Fazenda do Centro, assinado por Hermann Bello, agrimensor

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES

Decididos a comprar as terras, os três sócios se dirigiram a Cachoeiro de Itapemirim para a passagem da escritura, juntamente com o agrimensor Dr. Hermann T. Bello. O Sr. Maximino Alves, no entanto, desistiu do negócio antes. Mesmo assim, em novembro de 1909, foram comprados 1216 alqueires de Antônio Fernandes Moura e 326 alqueires de Joaquim Fernandes Moura (sic!), sendo este, provavelmente, o Sr. Joaquim Vieira Moura, cujo nome aparece em vários recibos e notas promissórias. Com a retirada de um dos sócios, quase se desistiu do negócio. Fr. Manuel, no entanto, insistiu, pois “tinham já dada a sua palavra e não era fácil fazê-lo [desistir do negócio] de um modo decoroso” ¹⁵⁹. Duas razões levaram os sócios que permaneceram no negócio, Fr. Manuel Simón e o Sr. José Mariano Sobrinho, a adquirir apenas parte da fazenda: a retirada do terceiro sócio, que diminuiu os recursos necessários e também porque dois dos herdeiros, o Sr. José Vieira Ferraz e Zeferino Moreira, que representava José Fernandes Moura, não se encontravam bem documen-

¹⁵⁸ *Crônica ... Década segunda*, p. 259, 261.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 667; cf. também *Cópia ...*, p. 7-8.

tados. Em maio de 1910, o Sr. José Mariano Sobrinho e o Dr. Hermann Bello, representando Fr. Manuel Simón, foram ao Rio de Janeiro para comprar a parte dos dois outros herdeiros, firmando escritura no dia 07 de maio de 1910, porém, não de forma desejável: comprometeram-se a pagar em prazos muito curtos e com juros de 10 % ao ano, razão de muitos transtornos posteriores ao frade. Só não compraram a parte da Fazenda Criméia de Antônio Nunes Galvão, casado com uma das filhas dos antigos donos da fazenda. Fr. Manuel não foi ao Rio de Janeiro por causa de problemas junto ao bispo, que ameaçava retirar-lhe a paróquia de Guarapari devido a conflitos com Fr. José Chivite ¹⁶⁰.

Fr. Manuel Simon e o Sr. José Mariano Sobrinho trasladaram-se para a fazenda com os agrimensores para medir e formar os lotes de 10 alqueires para vender aos colonos. A partir de maio, no entanto, os problemas surgiram: Fr. Manuel não dispunha do dinheiro para cumprir com os compromissos assumidos; a demarcação das terras iria demorar; os colonos não lhe antecipariam o dinheiro sem que os lotes tivessem demarcados; os vendedores da fazenda, no entanto, já apertavam o frade com suas exigências. Alguns colonos, porém, adiantaram dinheiro a Fr. Manuel para que pudesse pagar as dívidas contraídas com José Fernandes Moura. Para agravar os problemas, apareceram várias cartas de casas comerciais do Rio de Janeiro e de Vitória, exigindo pagamento de compromissos assumidos pelo sócio Sr. José Mariano Sobrinho, pondo em risco todo o projeto do núcleo colonial e a credibilidade da sociedade formada. As dívidas feitas pelo sócio Sr. José Mariano Sobrinho chegaram a mais de 50 contos, segundo o cronista em *Cópia fiel do Livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro* ¹⁶¹. Para salvar o capital investido, Fr. Manuel recorreu a empréstimo junto ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, na cidade de Vitória, hipotecando a parte que já havia sido medida e destinada à Província. Em outubro de 1911, conseguiu um empréstimo de 25 contos de réis, com juros de 10 % ao ano, a ser amortizado em 12 anos, podendo ser liquidado a qualquer momento. Desde julho de 1910, cresceram os conflitos entre o frade e seu sócio. Fr. Manuel chegou a ser ameaçado com revólver em punho e teve que permanecer em Anchieta de setembro de 1912 a março de 1913. Em dezembro de 1912, segundo o cronista, decidiu-se pelo fim da sociedade. O Sr. José Mariano Sobrinho recebeu 10 contos de réis e 800 alqueires das terras ainda não demarcadas; Fr. Manuel Simón ficou com as terras já medidas e demarcadas, com as casas, pastos, maquinário, todo o ativo e passivo da fazenda. A área da fazenda ficou reduzida a 61.189.945 metros quadrados, correspondente a 1265 alqueires, e o patrimônio da Província ficou demarcado em 6.307.340 metros quadrados, correspondente a 130 alqueires ¹⁶². No registro do imóvel da Fazenda do Centro no Cartório de Cachoeiro de Itapemirim consta que este acordo foi averbado em agosto de 1912. Possivelmente ele tenha sido feito em

¹⁶⁰ Ibid., p. 667; cf. também *Cópia ...*, p. 8.

¹⁶¹ *Cópia ...*, p. 9.

¹⁶² *Crônica ... Década segunda*, p. 667-669; cf. também *Cópia ...*, p. 9-10.

dezembro de 1911 e averbado em agosto de 1912. No entanto, o sócio não se retirou imediatamente da Fazenda. Daí o aumento dos conflitos, só resolvidos por mediação de Fr. Máximo Tabuenca, em fevereiro de 1913, e com a retirada do sócio em abril desse ano ¹⁶³. Nas contas da residência de Anchieta, no mês de fevereiro de 1913 consta uma viagem de Fr. Máximo à Fazenda.



Foto 3 - Casarão da Fazenda do Centro - Década de 80

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP

Por ocasião do empréstimo recorrido junto ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, foi feita uma avaliação da fazenda por um funcionário do Banco, Sr. Joaquim Carron, apresentada a essa instituição financeira em outubro de 1911 que, resumindo, assim descreve a fazenda:

Extensão da fazenda: 154.993.280 metros quadrados.

Benfeitorias: casa de moradia, máquina de beneficiar café, engenho de cana, mandioca, milho e mamona; casa de negócios, serraria, paióis, currais, estábulos, ceva de porcos, secadores de café (terreiros), forno para telha, ladrilhos e cal, imensas matas virgens com madeira de lei (jacarandá, peroba, sapucaia e outras).

Rios: Santa Isabel, Corumbá, Vai-Vem, Paca, São Luis, Saudade e outros rios. O rio Caxixe atravessava a fazenda em mais de vinte quilômetros, com várias quedas capazes de produzir mais de 800 cavalos-força cada uma.

Havia vestígios de ouro no Córrego da Telha; 1500 pés de cacau; granitos de cor rosa e verde; enormes pastos separados com muros de pedra. “Tudo morto! Os pastos sem gado, as máquinas todas paradas e os canais derramando água inutilmente”. Dentro da fazenda estava o pico do Forno Grande, com 2350 metros de altitude (sic!). Já existiam na fazenda, nesse ano de 1911, 58 famílias de colonos com 36.590.050 metros quadrados, ou seja, cerca de 750 alqueires de terra, com aproximadamente 13 alqueires por família, em sua maioria de italianos.

O casarão tinha 69 metros de frente, sendo a parte central um sobrado com 23 metros; o piso inferior tinha 07 salões e 17 quartos; o piso superior, dois salões e oito salas; a varanda superior era formada por 38 janelas com vidraça; cozin-

¹⁶³ *Cópia ...*, p. 9.

ha, despensa e água encanada; os quartos estavam mobiliados com móveis de jacarandá fortes e pesados. “São móveis eternos!” O terreiro de café tinha 160 metros de um lado e 70 de outros, ladeado por casas (antiga senzala).



Foto 3 - Antiga usina de geração de energia elétrica na Fazenda do Centro

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP

As máquinas de café tinham capacidade de beneficiar 400 arrobas diárias (sic!). Havia 12 mil pés de café com mais de 14 anos e mais 3 mil em outros dois lugares. Os colonos já haviam plantado 79.450 pés. Naquele ano de 1911, a produção fora de 400 arrobas, “insignificante para o funcionamento das máquinas durante sete ou oito anos”. Havia também dois carros-de-boi e 30 burros de carga; o engenho de cana havia sido retirado e outro já estava a ser providenciado; caldeiras, fornos, três tanques para fermentação; um alambique sem serpentina; máquina de debulhar milho com capacidade de 100 sacas diárias; moinho de milho, máquinas de produção de farinha de mandioca ¹⁶⁴.



Foto 4 - Um dia festivo na Fazenda do Centro

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP.

¹⁶⁴ *Crônica ... Década segunda*, p. 661-665.

Cumprindo a decisão do “Definitório Provincial” em 1913, a ordem criou em março de 1914 a “Sociedade de Instrução e Colonização”, pessoa jurídica da Província de Santo Tomás de Vilanova frente ao Estado. Dela faziam parte todos os religiosos agostinianos recoletos residentes no Brasil. Para amortizar a dívida, repassou-se fundos das casas de Ribeirão Preto e do Pará. Com a dívida liquidada, Fr. Manuel Simón passou para aquela sociedade a parte reservada como patrimônio da ordem religiosa, investiu na recuperação das máquinas, comprou gado, iniciou uma plantação de cana. O núcleo colonial já contava nesse período com mais de 80 famílias, segundo o cronista. Decidiu-se entregar a casa de Anchieta, a contra-gosto do bispo de Vitória e a casa da Fazenda do Centro tornou-se residência canônica em março de 1915. Fr. Manuel permaneceu na administração da fazenda até 1918, quando foi transferido para Ribeirão Preto, onde faleceu vinte anos depois.¹⁶⁵ A primeira colheita de cana e a primeira fabricação de aguardente ocorreram em 1915. A partir daí, fala-se em colheitas regulares; no ano de 1924, produziu-se 30 pipas de aguardente, num total de aproximadamente 20 contos de réis, e 40 arrobas de açúcar mascavo. Ao que tudo indica, a produção maior da fazenda era de aguardente e açúcar; somente a partir de 1927, em sociedade com os colonos, passou-se a produzir café¹⁶⁶.

6. O que dizem os documentos

Nos arquivos da Fazenda do Centro, hoje pertencente à Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação, representante jurídica da Província de Santa Rita de Cássia da Ordem dos Agostinianos Recoletos, em Castelo, Espírito Santo, encontram-se vários documentos como mapas, certidões da fazenda de épocas diversas, escrituras, recibos de empréstimos, recibos de compra e venda de terras, notas promissórias, a hipoteca feita junto ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, memoriais descritivos de lotes. A partir dos recibos e notas promissórias que tratam diretamente do processo de compra e venda da Fazenda, assim pode-se catalogá-los:

¹⁶⁵ Ibid., p. 259-262, 669-674; cf. também *Cópia ...*, p. 11.

¹⁶⁶ *Cópia ...*, p. 12-15.

Ano	Mês	Quem	O que	Quanto	
1905	Agosto	Fr. Manoel	Emprestou a José Mariano Sobrinho	1:000\$000	Prazo de 10 meses; juros de 6% ao ano
1906	Abril	Fr. Manoel	Emprestou a José Mariano Sobrinho	1:000\$000	Prazo de 10 meses; juros de 6% ao ano
1909	Outubro	Francisco Salvador	Emprestou a Fr. Manoel	900\$000	Prazo de 01 ano; juros de 8% ao ano
1910	Maio	Fr. Manoel (representado por Herman Bello) e J. M. Sobrinho	Prometeram pagar a José Fernandes Moura	10:000\$000	Nota Promissória com venc. 16 de junho de 1910; liquidada em agosto
	Maio	Fr. Manoel (representado por Herman Bello) e J. M. Sobrinho	Prometeram pagar a Joaquim Vieira Moura	03 Notas Promissórias de 6:000\$000 cada uma (provavelmente uma quarta)	Venc. 07/11/1910 (juros pagos em novembro); venc. 07/02/1911; venc. 07/05/1911 e talvez uma quarta com vencimento em junho de 1910
	Maio	Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Receberam de Domenico Demartin	3:500\$000	Venda de terras na Fazenda
	Junho	Fr. Manoel	Pagou a Joaquim Vieira Moura	50\$000	Juros de 01 mês de Nota Promissória liquidada na mesma data
		Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Receberam de Domenico Demartin	100\$000	Venda de terras na Fazenda
	Julho	Ticiano Altoé	Emprestou a Fr. Manoel Simon	1:000\$000	Prazo de 30 dias sem juros
	Agosto	Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Liquidaram	10:000\$000	Nota Promissória a José Fernandes Moura
		J.M.Sobrinho	Recebeu de Manoel Moura Júnior	1:000\$000	Venda de terras na Fazenda
	Outubro	Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Prometeram pagar a Pietro Salomão	1:000\$000	Venc. Maio de 1911
		Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Receberam de Giuseppina Venturim	500\$000	Venda de terras na Fazenda
		Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Prometeram pagar a Antônio e José Altoé	7:000\$000	Venc. Maio de 1911

Ano	Mês	Quem	O que	Quanto	
	Novembro	Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Pagaram a Joaquim Vieira Moura	300\$000	Juros de Nota Promissória de 07/05/1910 vencida, não liquidada ainda
	Dezembro	Antônio Zampirolo	Emprestou a Fr. Manoel	400\$000	Prazo de 60 dias; juros de 10% ao ano; liquidada no valor de 441\$500
		Fr. Máximo	Emitiu ordem de pagamento na Duarte & Beiriz	3:600\$000	
	Fevereiro	Fr. Manoel	Prometeu pagar aos Irmãos Vivacqua	3:100\$000	Venc. 14/06 – liquidada em outubro no valor de 3:176\$610
		Fr. Manoel	Recebeu dos Irmãos Vivacqua	10:000\$000	Venda de terras
	Maio	Fr. Manoel	Pagou José Pazzi	100\$000	
	Julho	Fr. Manoel	Pagou ao Banco Hipotecário	223\$500	Avaliação da Fazenda
	Agosto		Total da dívida com Joaquim Vieira Moura	16:872\$474	Resultado de uma soma das dívidas com o referido credor
	Setembro	J. M. Sobrinho	Prometeu pagar a Severino N. Carvalho Júnior	1:309\$600	Venc. Final do mesmo mês; liquidada em novembro de 1911
		J. M. Sobrinho	Prometeu pagar a Severino N. Carvalho Júnior	1:309\$600	Ven. Em outubro de 1911; liquidada em janeiro de 1912
	Junho	Fr. Manoel	Pagou aos Irmãos Vivacqua	3:600\$000	
		Fr. Manoel	Pagou ao Banco Hipotecário	100\$000	
		Pagou ao tabelião	35\$000	Registros e averbações da escritura de divisão da sociedade com J. M. Sobrinho	

Ano	Mês	Quem	O que	Quanto	
		Fr. Manoel	Pagou ao Banco Hipotecário	1:125\$000	Parcela de Hipoteca
		Fr. Manoel	Recebeu de Latino Manoel Geraldo da Roza	200\$000	Venda de terras na Fazenda
		Fr. Manoel	Recebeu de Valentim Zanetti	2:270\$000	Venda de lotes da Fazenda (quantia devolvida no final de abril por desistência da compra)

Quadro 1 - Sequência Cronológica dos Negócios de Fr. Manoel

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES

Da seqüência acima, pode-se inferir que entre os anos 1905 e 1906 Fr. Manuel Simón realizou empréstimos ao Sr. José Mariano Sobrinho. Em se tratando de uma época em que provavelmente não se cogitava ainda a compra da fazenda, é possível perceber aí uma relação de confiança entre ambos. Percebe-se também que nesses empréstimos de Fr. Manuel Simón estavam previstos a cobrança de 6% de juros ao ano, enquanto nos empréstimos que o frade adquiriu de outros, ou nas obrigações de pagamento de dívidas, os juros eram de 8% ou 10% ao ano. Em apenas um recibo consta um empréstimo por 30 dias do Sr. Ticiano Altoé a Fr. Manuel, em julho de 1910, sem juros. O regulamento interno da congregação, aprovado em 1902, restringia a prática de empréstimos e de contração de dívidas por parte dos frades. Não há dados suficientes para afirmar se os empréstimos realizados por Fr. Manuel Simón estavam dentro de um teto permitido ou se obteve permissão para realizar tais empréstimos.

Por não ter o capital suficiente, Fr. Manuel Simón necessitou de adiantamento de dinheiro dos colonos. Em outubro de 1909, antes da compra de parte da fazenda, o Sr. Francisco Salvador, um dos que acompanharam Fr. Manuel em visita à fazenda em julho desse ano, emprestou dinheiro ao frade, possivelmente adiantando dinheiro para completar o capital necessário para efetivar a aquisição do imóvel. O Sr. Domenico Demartin pagou os lotes de terra em maio desse ano e efetuou outro pagamento menor em junho, época em que o frade já teria notas promissórias para liquidar, relativas aos compromissos assumidos com o Sr. José Fernandes Moura e o Sr. Joaquim Vieira Moura. Possivelmente adiantou também dinheiro ao frade para que pudesse liquidar parte das dívidas e garantir o sucesso do empreendimento.

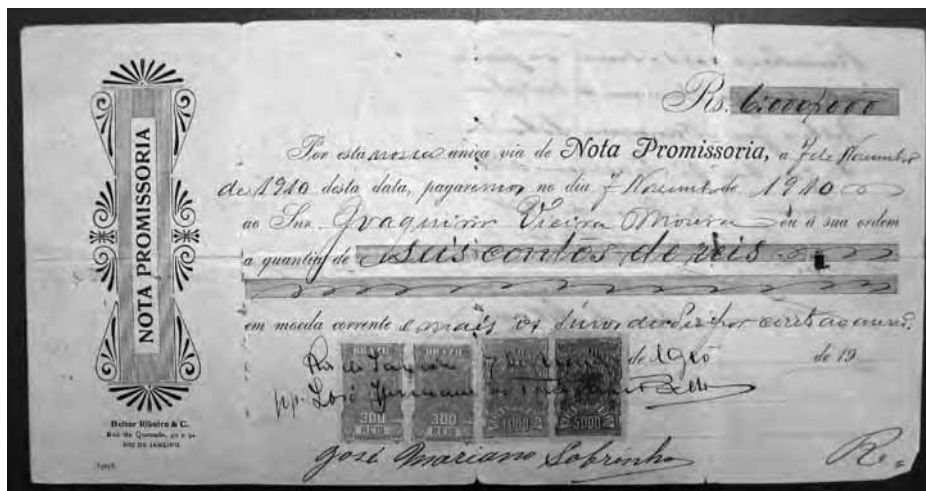


Foto 5 - Nota Promissória ao Sr. Joaquim Vieira Moura, com data de 07 de maio de 1910, no valor de Seis Contos de Réis, assinada por Hermann Tautfeus Bello e José Mariano Sobrinho

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES

De maio de 1910, constam 01 Nota Promissória ao Sr. José Fernandes Moura e 03 ao Sr. Joaquim Vieira Moura. A primeira, no valor de 10 contos de réis, liquidada em agosto desse ano. As outras, liquidadas em outras épocas, normalmente com atrasos e pagamentos de juros, conforme o firmado entre os sócios. Possivelmente houve uma quarta Nota Promissória ao Sr. Joaquim Vieira Moura, pois em junho, consta um pagamento de 50 mil réis de juros de 01 mês relativo a nota promissória “liquidada na mesma data”.

Os documentos mostram que, com o aumento da dívida em maio de 1910 e a forma de pagamento combinada entre as partes, Fr. Manuel Simón teve grande dificuldade em saldar os compromissos, haja vista os atrasos nos pagamentos e os juros cobrados. Em agosto de 1911, a dívida com o Sr. Joaquim Vieira Moura era de quase 17 contos de réis e uma nota promissória ainda não havia sido liquidada. Este valor consta numa prestação de contas de Fr. Manuel Simón ao Sr. Joaquim Vieira Moura, com data de 23 de agosto daquele ano.

Conforme André Dell’Orto Casagrande e Maria Helena Mion Barbiero, “entre os compradores estão, até mesmo, parentes dos antigos donos da fazenda, como o senhor Manoel Moura Júnior, e também os Vivacqua e irmãos que já estavam estabelecidos em Castelo e, com certeza, não iriam lavrar diretamente a terra”.¹⁶⁷ Os recibos comprovam que Fr. Manoel Simón recebeu 01 conto de réis em agosto de 1910 do Sr. Manuel Moura Júnior, dos irmãos

¹⁶⁷ CASAGRANDE, André Dell’orto; BARBIERO, Maria Helena Mion, *Castelo: da pré-história ao início do Século XX*, [s.l.], Prograf, 2002, p. 116.

Vivacqua 10 contos de réis em fevereiro de 1911 e ainda contraiu uma dívida com esses de três contos e cem mil réis nesse mesmo mês. O valor recebido relativo a venda de terras refere-se possivelmente aos 200 alqueires vendidos aos irmãos Vivacqua, numa época em que o frade encontrava-se com muitas dívidas para saldar e a ameaçar o projeto do núcleo colonial, ainda mais que o sócio mostrara-se perdulário e inseqüente. A venda de 200 alqueires a um único grupo, estava fora dos objetivos do projeto do núcleo colonial; parece ter sido mais uma medida desesperada de conseguir o dinheiro suficiente para abrandar as dívidas e salvar o projeto. A situação de ameaça em que se encontrava o núcleo colonial nos anos de 1910 até 1913 não permite juízos relativos a interesses de lucro pelo lucro. Para garantir o projeto, o frade hipotecou até mesmo a parte que fora reservada como patrimônio da instituição religiosa à qual pertencia. Há uma insistência na obra de André Dell'Orto Casagrande e Maria Helena Mion Barbiero em que frade vendeu os lotes. Mesmo nos núcleos coloniais oficiais, as terras não eram doadas, como eles afirmam na página 104: “nos núcleos coloniais, os imigrantes recebiam gratuitamente um pedaço de terra”. Os lotes eram todos vendidos aos colonos a longo prazo e por isso mesmo naquela época o termo lote tornou-se sinônimo de “prazo”. A Lei de Terras de 1850 não permitia ao governo a doação de terras.

Outro documento de grande interesse é um manuscrito de 10 páginas em papel almaço, com os nomes dos colonos, lugar dos lotes, número do lote recebido, área de cada um em metros quadrados, área colonizada e área por colonizar, também em metros quadrados, e débito dos colonos. Este documento, não datado, possivelmente seja parte do relatório realizado pelo Sr. Joaquim Carron, funcionário do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, apresentado em outubro de 1911, conforme já referido anteriormente, pois segundo esse relatório, havia na fazenda naquela ocasião 58 famílias, em sua maioria de italianos, e 750 alqueires colonizados. No manuscrito citado, constam 47 nomes de colonos, ocupando uma área de 765, 47 alqueires. Considerando que em dois dos nomes relacionados, além do nome do colono acrescenta-se a expressão “e irmãos”, um está em nome de “Filhos de Cesconetti” e em três aparece a expressão “e filhos” e em um a expressão “e filho”, supõe-se aí mais de uma família e em torno de 12 famílias a mais.

Local	Nome do colono	Quantos lotes	Total em alqueires*
Corumbá	Carlo Antônio Libardi	5	35
	Giovanni Bernabé	1	10
	Annibale Mazzioli	1	10
	Pedro Campo	1,5	15
	Fioravante Venturim	1,5	15
	Augusto Lachini	1	10
	Antônio Nicoli	1	10
	Giuseppe Cerutti (?)	1	10
	Ângelo Vettorazi	1	10
	Giusepppe Dazzi	1	10
	Pietro Rubin	1	10
	Antônio Facco	1	10
	Alexandre Scandian	1	9,3
	Giuseppe Sabaroli	1	9,7
	Pietro Rubim Delozori	1	10
	Ricardo Venturini	2,5	20,50
	Giuseppe Baldo	0,5	5
17 famílias	23	209,50	
São Luiz	Calixto Bernabé & Irmãos	4	38,50
	01 família	4	38,50
Caxixe e	Carlo Vettorace & Irmãos	4	45,70
Córrego da Telha	Guglielmo Bazzini	1	10
	Giovanni Salvador	1	10
	Francisco Salvador	2	17,90
	Andrea Colodetti	1	6,32
	Ludovico Zoppe	1	15,58
	Césare Nico	1	9,37
	Caetano Nicoli	2	19
	Domenico D´Martin & Filhos	4	35,38
	Antônio Altoé & Filhos	4	44,35
	Luigi Andreon	2	23,40
	José Ribeiro d'Aquino	1	13,56
	Giácomo Salomon	1	12,03
	Pietro Salomon	1	13,20

Local	Nome do colono	Quantos lotes	Total em alqueires*
	Alexandre Francischetto	0,5	4,13
	Augusto Fazzolo	0,5	5,11
	Ângelo Cresmasco	1	11,40
	Segundo Tozzi	2	20
	José Altoé & Filhos	3	29,58
	Cirilo Tozzi	1	10
	Filhos de Cesconetti	3	30
	Theodoro Camata	2	19,48
	Giovanni Brunoro	2	19,16
	Mansueto	1	7,59
	24 famílias	42	432,24
Vai-Vem	Michel Caliman	1,5	12,02
	01 família	1,5	12,02
Santa Isabel	Giuseppe Caliman	2	17,09
	Filippo Spadetto	1	12,86
	Luciano Lubiana	1	12,29
	Ticiano Altoé & Filho	1	10,33
	04 famílias	5	52,57
	Total de famílias = 47	75,5 lotes	

Total colonizado	37.048.605 metros quadrados = 765,47 alqueires
Total por colonizar	24.141.340 metros quadrados = 498,79 alqueires
Corumbá	72 alqueires
Caxixe	126 alqueires
Vai-Vem	79,7 alqueires
Santa Isabel e Caxixe junto à Criméia	90,8 alqueires
Áreas em dúvida de divisas ao longo da Fazenda Criméia	78,24 alqueires

Área vendida aos Irmãos Vivacqua	9.680.000 metros quadrados = 200 alqueires
Reservado como patrimônio da congregação	6.307.277 metros quadrados = 130,32 alqueires
(incluído na área por colonizar)	

Área total da fazenda pertencente aos herdeiros	154.993.280 metros quadrados = 3202,34 alqueires
Área total adquirida em sociedade em 1909	74.705.400 metros quadrados = 1543,5 alqueires

Quadro 2 - Núcleo Colonial do Centro - Provavelmente 1911.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

* 01 alqueire = 48.400 metros quadrados

Foto 6 - Um antigo manuscrito da Fazenda do Centro, com a relação dos colonos
Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

Por este documento, é possível perceber que as regiões do Caxixe, Córrego da Telha e São Luiz foram as áreas com maior número de colonos. A região do Vai-Vem era a área menos colonizada. A divisa de Santa Isabel com a fazenda Criméia constituía área de limites duvidosos, que se tornaram problemáticas posteriormente, sobretudo com relação ao lote comprado pelo Sr. Luciano Lubiana. Três recibos com data de agosto, de outubro e dezembro de 1921, referem-se a despesas judiciais pagas por Fr. Máximo Tabuenca ao Sr. Agostinho Rosa, advogado de Luciano Lubiana contra os filhos do Sr. Nunes Galvão, proprietários da fazenda Criméia.

7. O que dizem as Escrituras

O registro do imóvel da Fazenda do Centro encontra-se no Cartório de 1º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Aí consta que Fr. Manuel Simón e o José Mariano Sobrinho adquiriram o imóvel da fazenda em escritura pública de 24 de novembro de 1909, pelo valor de 30 contos de réis. Foram adquiridos nessa ocasião: 1017,5 alqueires de terras de cultura e benfeitorias existentes na fazenda antes pertencente ao senhor Manoel Fernandes Moura e sua esposa, D. Anna Izabel Vieira Moura, 199 alqueires na fazenda Criméia, 326 alqueires de terras na Fazenda do Centro, um alqueire na Estação de Castelo, pertencentes aos herdeiros José Fernandes Moura, Antônio Vieira Moura, Antônio José Vieira Ferraz e Joaquim Vieira Moura. A parte situada na fazenda Criméia divisava com a parte pertencente os herdeiros de Antônio Nunes Galvão e sua esposa, Maria Heloísa Vieira Galvão. Esta parte fazia divisas com terras devolutas e consistiu na parte de limites duvidosos.

No mesmo registro, consta também o acordo, averbado em agosto de 1912, entre Fr. Manuel Simón e José Mariano Sobrinho, que pôs fim à sociedade. Segundo este acordo, Fr. Manuel Simón dava por quitada a José

Mariano Sobrinho e sua esposa qualquer obrigação hipotecária e obrigava-se a pagar todas as dívidas relativas às fazendas do Centro e Criméia, inclusive a nota promissória de Joaquim Vieira Moura. O Sr. José Mariano Sobrinho e sua esposa transferiam o direito de posse, domínio e ação sobre a Fazenda do Centro e Criméia, assim como dos bens móveis e semoventes, reservando para eles 620 alqueires de terrenos em matas, conforme o mapa de 1878, feito pelo agrimensor Hermann Schindler. Os terrenos já demarcados ficariam para o frade, assim como todo ativo e passivo das mesmas propriedades.

Depois deste acordo, aparecem algumas vendas de terrenos da fazenda, todas de 1932 até 1937, como se pode ver na tabela abaixo:

Quem comprou	Quando	Quanto	Onde
Achilbo Lubiana, Ettore Lubiana, Atílio Lubiana, Adelino Lubiana, Pedro Lubiana e Emílio Lubiana	1932	03 alqueires	Fazenda do Centro – terrenos em capoeiras
João Altoé, Agostinho Altoé, Ricardo Altoé, Luiz Altoé e Virgílio Altoé	1933	20 alqueires	Fazenda do Centro, Alto Caxixe
Carlos Sasso	1934	30 alqueires	Fazenda do Centro - Rancho
João Sasso	1936	1,5 alqueires	Fazenda do Centro - Coimbra
Augusto Fazolo	1936	03 alqueires	Fazenda do Centro
Ângelo Tosi, Virgílio Tosi, Abel Tosi	1936	10 alqueires	Fazenda do Centro
Antônio Gusson	1936	05 alqueires	Fazenda do Centro – terrenos de matas abertas
João Gusson, Fernando Gusson, Ângelo Gusson, Brás Gusson	1937	17 alqueires	Fazenda do Centro
João Berleze	1937	13,5 alqueires	Fazenda do Centro – terrenos em capoeiras
Andrea Tedesco	1937	23 alqueires	Fazenda do Centro – Terrenos em matas no Alto Caxixe
Domingos Grassi e Angélica Grassi, menores representado pelo pai, Virgílio Grassi, viúvo	1937	05 alqueires	Fazenda do Centro – Alto Caxixe
Atílio Rigo	1937	06 alqueires	Fazenda do Centro – Alto Caxixe – terrenos em matas
Total de alqueires vendidos		137 alqueires	

Quadro 3. Divisões Posteriores da Fazenda por procuração de Fr. Manuel ao Fr. Máximo Tabuenca.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES

Fora estes terrenos, nada mais consta. Dos 130 alqueires reservados à ordem religiosa, segundo certidão da Fazenda do Centro obtida no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Castelo, ES, em outubro de 2005, restaram 4.198.120 metros quadrados, equivalentes a 86,74 alqueires, em nome da Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação.

O Núcleo Colonial da Fazenda do Centro não se concretizou integralmente devido às circunstâncias adversas trabalhadas neste capítulo. Os seus objetivos, no entanto, que eram de favorecer os colonos da região de Guarapari, Alfredo Chaves e Anchieta, atendidas no início do século pelos frades agostinianos, e de prover a Ordem dos Agostinianos Recoletos com um patrimônio que lhes desse maior estabilidade, de certa forma, foram cumpridos. Os colonos foram favorecidos pelas facilidades na aquisição e pagamento dos lotes. José Carlos Mattedi, no artigo escrito para o jornal “A Gazeta”, de primeiro de março de 1998, assim escreveu, citando um testemunho oral do Sr. Victório Bernabé:

As famílias assentadas tinham prazo de dez anos para pagar o imóvel (com carência de mais cinco anos), sem juros. O primeiro pagamento só ocorria no quinto ano após a compra, sendo que nos dois primeiros anos as famílias seriam sustentadas pelos padres. Apesar destas facilidades, alguns deixaram de quitar suas propriedades, sem serem removidos. Vivíamos aqui como irmãos, num ambiente de fraternidade onde tudo era dividido, lembra o mais antigo morador da FC [Fazenda do Centro], Victório Bernabé, de 85 anos. Se não foi uma reforma agrária “ortodoxa”, é certo que, no mínimo se praticou em terras capixabas alguns valores atribuídos aos comunistas, como no início do cristianismo ¹⁶⁸.

A construção da memória é seletiva e facilmente idealiza-se o passado. O Sr. Victório Bernabé prossegue no artigo referido dizendo que “a tal reforma foi bem-sucedida. Os padres nos orientavam e nos davam comida”. Sem boas estradas, nem assistência médica e menos ainda conforto só tinha esperança.

Na memória de muitos outros moradores locais ficou marcada a idéia de que o que ocorreu na Fazenda do Centro foi uma reforma agrária. No próximo capítulo analisaremos, dentre outras coisas, se a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro pode se enquadrar como uma reforma agrária e quando possivelmente tenha surgido esta idéia difundida nos moradores locais.

¹⁶⁸ MATTEDI, José Carlos, “História perdida entre montanhas”, in *A Gazeta*, Vitória, 1 março 1998, Caderno Dois, p. 1. (destaque do autor).

CAPÍTULO 3.

REFORMA AGRÁRIA E RELAÇÕES CAPITALISTAS NA COLONIZAÇÃO DO SUL DO ESPÍRITO SANTO

1. Fazenda do Centro: Reforma Agrária?

No capítulo anterior já se fez referência ao artigo de José Carlos Matte-di no jornal “A Gazeta”, no qual o autor traz informações consistentes a respeito da Fazenda do Centro. Ao entrevistar o Sr. Victório Bernabé, fala-se na “reforma agrária do frei”¹⁶⁹. Esta idéia da colonização da Fazenda do Centro como uma Reforma Agrária é bastante difundida na região. Na primeira parte deste capítulo, propõe-se investigar as possíveis circunstâncias, situações e momentos que fizeram com que tal idéia encontrasse eco naquela parte do sul do Espírito Santo, discutir alguns conceitos de Reforma Agrária e analisá-los para verificar se isto se aplica ao ocorrido na Fazenda do Centro.

A primeira vez em que se trata da colonização da Fazenda do Centro como uma reforma agrária está num dos livros de registros dos frades agostinianos recoletos, muito utilizado no capítulo anterior: o *Cópia fiel do Livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro*. Eis o que escreveu o cronista, ao narrar sobre o ano de 1938 e comentar o falecimento de Fr. Manoel Simón, em Ribeirão Preto, naquele ano:

Neste ano [de 1938], falecia em Ribeirão Preto o P. Manoel Simón. Este religioso é merecedor de muitos encômios. Era possuidor de uma visão espiritual e social invejável. Desempenhou um papel primordial regentando as Paróquias de Anchieta e Guarapary. Nesta luta espiritual, percebeu a dificuldade social dos colonos, suas ovelhas. Idealizou o primeiro Núcleo Colonial do Brasil, com o fim de obter (sic!) terras para os interessados. Uma verdadeira Reforma Agrária. Comprou uma parte da Fazenda do Centro, 1542 alqueires para loteá-los entre os 300 candidatos. Para facilitar este loteamento, uma parte das terras passou a nome da S.I.C. e o resto correspondente ao seu nome, constituiu como procurador o Padre Máximo¹⁷⁰.

Não só esta é a primeira vez que se chama a obra realizada na Fazenda do Centro como uma reforma agrária, como ainda traz um adjetivo que qualifica tal obra: “Uma verdadeira reforma agrária” (o grifo é nosso). O desejo no cronista de exaltar os feitos do confrade levou-o a fazer afirmações equivocadas. A maior delas refere-se à sua afirmação da Fazenda como “o primeiro

¹⁶⁹ Ibid., p. 1.

¹⁷⁰ *Cópia fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro*, p. 18.

Núcleo Colonial do Brasil”. Os capítulos anteriores, sobretudo o primeiro, referiram-se a outras iniciativas de Núcleos Coloniais anteriores ao Núcleo da Fazenda do Centro. Para o cronista ainda, Fr. Manuel Simón “idealizou” este “primeiro” Núcleo Colonial. Conforme foi abordado no capítulo anterior, Fr. Manuel Simón empenhou-se de fato para a efetivação do projeto do Núcleo Colonial do Centro. Tal projeto, no entanto, foi baseado em outras práticas colonizadoras no sul do Espírito Santo, como a da firma Duarte & Beiriz. Quando o cronista se refere à Fazenda do Centro como “uma verdadeira reforma agrária”, é possível perceber aí uma crítica dele às práticas de reforma agrária realizadas até então, ou mesmo ainda em projeto ou discussão, sobretudo pelos comunistas. Faz-se necessário destacar que os frades agostinianos recoletos que trabalharam na Fazenda do Centro nas primeiras décadas depois de adquirida por Fr. Manoel Simón eram espanhóis. Quando o cronista escreveu seu comentário, possivelmente a guerra civil espanhola (1936-1939) estava chegando ao seu fim, com a vitória do General Franco, ou a Espanha já estaria sob o seu governo havia pouco tempo. A Igreja fora alvo dos ataques dos comunistas. Foram assassinados na Espanha durante a guerra civil 13 bispos, 4.184 sacerdotes, 2.365 religiosos, 263 monjas e inúmeros fiéis. Cerca de 20 mil igrejas, entre as quais, algumas catedrais, foram destruídas. Inclusive seis frades agostinianos recoletos foram fuzilados em Motril, Espanha em 1936. Dentre esses, estava Fr. José Rada, que residiu na Fazenda do Centro de 1916 a 1922.¹⁷¹ No Brasil, vivia-se sob o “Estado Novo”, golpe de Estado efetuado por Getúlio Vargas. É um período de fortes desconfianças contra o comunismo, por um lado, e com relação ao fascismo, por outro, também no Brasil. O movimento integralista havia conseguido grande abrangência nacional, e ao que tudo indica, muito mais no Espírito Santo. O mesmo livro *Cópia fiel do Livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro* refere-se ao envolvimento dos frades agostinianos com o movimento integralista e ao forte clima de insegurança, medo e desconfiança nos primeiros anos do regime do Estado Novo. Assim escreveu o cronista ao iniciar o seu comentário sobre o ano de 1938, com uma leve dose de sutil e picante ironia:

Este ano é marcado pela política. A Revolta Integralista fez época na Fazenda. A situação nacional estava um tanto confusa, mantida em alerta e perplexidade. Seus efeitos vieram perturbar a tranqüilidade local. Toda esta região é constituída de elementos de procedência italiana, com grande tendência ao Integralismo. As Autoridades Estaduais consideravam o Centro como um baluarte do Partido, dirigido pelo P. Máximo. Aqui compareceram vários soldados com a ordem de levar o grande arsenal de armas que existia e prender o seu chefe, o P.

¹⁷¹ ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS, *Beatos Vicente Soler e companheiros*. Disponível em <http://www.santarita-oar.org.br/base.php?page=post_013_soler_comp>. Acesso em: 2 jul. 2008; cf. também CURIA PROVINCIAL DE LA PROVINCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA, *Los Mártires de Motril: la comunidad mártir*, Monachil, Imprenta Santa Rita, 1998. p. 41-42.

Máximo. Recebidos com um gostoso e acompanhado cafezinho, que não esperavam, vasculharam algumas dependências da casa, e, naturalmente, nada encontrando do que esperavam, com outro cafezinho de saída deram por acabada a busca infrutífera.

Os Padres e boa massa do povo passaram várias noites em branco, esperando um ataque fulminante; tudo por conta de boatos infundados ¹⁷².

Ao que tudo indica, o suposto envolvimento dos frades residentes na Fazenda do Centro em 1938, todos espanhóis, afetados pela guerra civil espanhola, mesmo estando a milhares de quilômetros de distância, com o Partido Integralista, o clima de desconfiança, medo e repressão promovido pelo Estado Novo contra os integralistas e comunistas, relacionam-se com o uso da expressão “uma verdadeira reforma agrária” utilizada pelo cronista. A discussão sobre a reforma agrária não se fazia apenas em nível nacional, quando escreveu o cronista. Já nas primeiras décadas do século xx algumas práticas efetivas de reorganização fundiária se concretizaram em algumas partes do mundo.

A seguir, apresentar-se-á uma breve conceituação de reforma agrária, como foram algumas das suas efetivações no mundo durante a primeira metade do século xx, sobretudo no México e na China, locais onde os Agostinianos Recoletos exerciam trabalhos missionários, e também algumas discussões sobre isto no Brasil.

Segundo Eduardo Scolese ¹⁷³, “[...] a expressão reforma agrária, em geral está associada ao conceito de revolução camponesa. Em sociedades desenvolvidas, portanto, a discussão poucas vezes gira em torno dela.” O que mais motivou as discussões em torno da Reforma Agrária no Brasil, para ele, foi a “notória concentração de terras”. Este ainda é um tema em debate no país, que atinge vários setores governamentais e partidos de oposição e ruralistas e manifesta os atritos existentes diante dos movimentos sociais. O foco do campo de batalha das discussões em torno da Reforma Agrária gravita entre a concentração de terras, a necessidade de aumentar a produção agrícola e a oferta alimentar e ainda acomodar os trabalhadores rurais sem terra em lotes ¹⁷⁴.

José Eli Veiga ¹⁷⁵ apresenta em sua obra “O que é Reforma Agrária” uma definição mais usual de Reforma Agrária. Assim a define: “[...] a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola.” Para ele, a idéia central no seu conceito é a de uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola. Assim, “reforma agrária” se distingue de uma “transformação agrária”. Aquela é uma ação planejada e diretiva para adequar o perfil

¹⁷² *Cópia fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro*, p. 18.

¹⁷³ SCOLESE, Eduardo, *A reforma agrária*, São Paulo, Publifolha, 2005, p. 14.

¹⁷⁴ SCOLESE, op. cit., p. 16.

¹⁷⁵ VEIGA José Eli, *O que é reforma agrária*, 14. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2005, p. 7.

fundiário às imposições do crescimento ou de uma crise econômica; esta última consiste numa mudança natural, espontânea, do perfil agrário de um país, também imposta pelo crescimento ou crise econômica¹⁷⁶. Os objetivos de uma Reforma Agrária relacionam-se com a “justiça social”, uma vez que se constata que um grande número dos que trabalham a terra se opõe ao pequeno número de proprietários, e também com a “eficiência econômica”, ou seja, o projeto de se entregar a terra aos que a façam produzir mais e melhor. Além de modificar a distribuição da propriedade da terra, a reforma agrária muda as relações de força entre as classes sociais. Além disto, ela nunca é uma decisão repentina de um governante, de uma equipe governamental ou de uma classe social, mas é o resultado das pressões sociais contrárias e é limitada por essas mesmas pressões, dependendo sempre diretamente da evolução da conjuntura política do país. Ela explica a razão da distância entre os pronunciamentos a seu favor, das disposições legais que tentam regulamentá-la e da realidade dos fatos. Para J. E. Veiga¹⁷⁷, a reforma agrária é um requisito essencial do desenvolvimento econômico de um país. Para que aconteça, no entanto, existem algumas pré-condições. A principal delas é a existência de uma grande massa de lavradores impedidos de ter acesso à propriedade da terra. Além disto, “[...] é imprescindível que se criem condições para que a utilização produtiva destas terras proporcione a seus proprietários mais lucros do que a sua manutenção como reserva de valor contra a inflação ou meio de acesso a privilégios fiscais e creditícios”¹⁷⁸. Assim, para J. E. Veiga¹⁷⁹, a reforma agrária é o “[...] ato de transferência da propriedade da terra de grupo social para outro. Para que ela se realize é preciso que o Estado desaproprie alguns e atribua a outros”. Raramente esta transferência é gratuita. “Em geral, as reformas agrárias entregam terras em propriedade e os beneficiários são obrigados a reservar uma poupança para o pagamento da terra que receberam”¹⁸⁰. Normalmente, as reformas agrárias tem um caráter distributivista, visando a promoção da agricultura camponesa através da distribuição de lotes a famílias de lavradores. “Mesmo a maioria das reformas realizadas no quadro das revoluções socialistas começaram pela subdivisão dos latifúndios e só mais tarde evoluíram para formas mais coletivas de organização da produção”¹⁸¹. As formas mais utilizadas pelas reformas agrárias efetivadas ao longo do século xx privilegiaram as unidades de tipo familiar, tais como os “ejidos” mexicanos, os “asentamientos” chilenos, os “kibutzim” israelenses e os “kolkhozes” soviéticos¹⁸².

¹⁷⁶ Ibid., p. 7.

¹⁷⁷ Ibid., p. 8-11.

¹⁷⁸ Ibid., p. 16-17.

¹⁷⁹ Ibid., p. 22.

¹⁸⁰ VEIGA, p. 30-31.

¹⁸¹ Ibid., p. 32.

¹⁸² Ibid., p. 34.

Eduardo Scolese apresenta dois casos emblemáticos de reformas agrárias realizadas durante o século xx: México e Rússia.

No México, ocorreu uma revolução no campo a partir de 1910, liderada por Emiliano Zapata e Doroteo Arango, mais conhecido como Pancho Villa. Ambos lutaram por reforma agrária, mas com estratégias diferentes: Zapata tomava terras de latifundiários e as dividia entre camponeses pobres; Villa as entregava ao Estado, que repassava o domínio da posse a generais. Mais de uma década durou a revolução mexicana, enfraquecida com o assassinato de Zapata em 1919 e de Villa em 1923. Como resultado parcial, cerca de dois milhões de pessoas morreram e as facções burguesas tomaram o controle da revolução, não realizando uma distribuição de terras. Cresceu, no entanto, a oferta de empregos no campo e os índios puderam permanecer nas terras conquistadas. Lázaro Cárdenas, em 1934, realizou uma reforma agrária maciça. Cerca de 16,5 milhões de hectares foram distribuídos nos seis anos seguintes. Apesar disto, a concentração de terras voltou a crescer, após o seu governo¹⁸³.

Na Rússia, o fim do regime de servidão ocorreu em 1861, sob o czar Alexandre II. O Estado ofereceu cerca de três hectares para cada servo libertado. Destes, 20 % deveria ser pago à vista e o restante num prazo de 49 anos com juros de 6% ao ano. Muitos, no entanto, se endividaram. Em 1880, muitos camponeses entregaram seus lotes para quitar dívidas. Os camponeses frustrados refugiaram-se nas “comunhas”, onde recebiam por sua produção, embora não tivessem nenhum poder patrimonial sobre a terra. Entre 1877-1917, o percentual de terras nas mãos dos nobres caiu de 22% para 11%. Este foi um período marcado por inúmeros conflitos entre as comunhas e latifundiários. A partir de 1906, fez-se uma oferta facilitada aos camponeses de compra de lotes que já estavam explorando, pertencentes à Igreja, ao Estado ou às comunhas. A terra, no entanto, voltou a ser concentrada nas mãos de poucos. Com a Revolução de 1917, inúmeras foram as tensões entre camponeses e comunistas sobre o modo de gerenciar a terra. A partir da década de 1930, os camponeses foram transformados em um elemento estatal¹⁸⁴.

Ainda dentro deste período que abrange esta pesquisa, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Eduardo Scolese cita o caso da China que, em aproximadamente 1930, apresentava um quadro muito problemático no campo, uma vez que metade dos camponeses possuíam lotes de tamanho insuficiente para o trabalho e tinham que arrendar terras próximas para garantir sua produção e subsistência. A concentração de terras era nítida: 4% da população possuía 30 % das terras do país. Inúmeras revoltas camponesas buscaram apoio político. A partir de 1927, Mao Tsé-Tung, junto com o Partido Comunista, começou a investir no campo, partindo depois para as cidades. As grandes propriedades eram invadidas, mas os latifundiários e

¹⁸³ SCOLESE, op. cit., p. 21-23.

¹⁸⁴ SCOLESE, op. cit., p. 23-26.

camponeses ricos também recebiam um pedaço de terra. As áreas produtivas foram protegidas e impostos progressivos foram aplicados sobre a terra. Na Revolução Chinesa de 1949, a base dos revolucionários era proveniente do campo: 80 % dos integrantes do Partido Comunista eram camponeses ¹⁸⁵.

J. E. Veiga apresenta 04 grandes ondas de reforma agrária no século xx:

1. México e Rússia;

2. As resultantes da vitória das forças democráticas na grande guerra contra o nazi-fascismo (socialismo no Leste europeu e nos Balcãs; revolução chinesa e expulsão dos franceses do Vietnã, por um lado; por outro, Itália, Japão e Formosa, que realizaram modificações fundiárias para facilitar o desenvolvimento do capitalismo);

3. Independência dos povos colonizados, na década de 1950 (Oriente Médio; norte da África e Índia);

4. América Latina, nos anos de 1960 ¹⁸⁶.

No Brasil, Richard Graham, no seu artigo “Escravocratas, Latifundiários e o Fim do Império”, afirma que com a abolição da escravidão, o poder dos latifundiários continuou como antes. Neste texto, o autor pretende examinar o republicanismo dos ex-senhores de escravos e defende a tese de que uma das razões do novo entusiasmo desses pela república era o receio de uma reforma agrária. Para R. Graham ¹⁸⁷, a elite brasileira manobrou as relações de poder para sobreviver a sucessivas crises, “produzindo as formas de seu poder e raramente sua substância”. Com a Primeira República, a partir de 1889, mudaram as aparências políticas e os controles dos latifundiários foram enfraquecidos. Os fazendeiros encontravam-se ressentidos com o Império após a abolição da escravidão sem o ressarcimento dos seus prejuízos e, por isto, deram o seu apoio aos republicanos. Esta é a forma como normalmente se afirma a mudança dos fazendeiros para o republicanismo. Para R. Graham ¹⁸⁸, no entanto, “[...] eles aderiram ao movimento republicano não tanto por despeito e amargura, mas para evitar aquilo que lhes parecia um desastre até maior do que aquele da abolição: a reforma agrária”. Os grandes fazendeiros sabiam que a reforma agrária estava incluída no projeto da abolição. Apesar dos riscos em apoiar os republicanos, julgaram que estes eram menores. Para os senhores de escravos, os abolicionistas eram revolucionários e estavam alarmados com a ameaça da reforma agrária. Graham analisa vários discursos de abolicionistas, sobretudo de Joaquim Nabuco e de André Rebouças, mostrando neles a presença das idéias relativas à reforma agrária. As elites rurais viviam à sombra do medo da “divisão das terras”, de uma “revolução”. Embora nos cinco primeiros anos da Primeira República o

¹⁸⁵ Ibid., p. 27.

¹⁸⁶ VEIGA, op. cit., p. 38.

¹⁸⁷ GRAHAM, Richard, *Escravidão, reforma e imperialismo*, São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 179-180. Cap. Escravocratas, latifundiários e o fim do Império.

¹⁸⁸ Ibid., p. 183.

poder estivesse nas mãos dos militares, os latifundiários voltaram ao poder e em 1898 estavam em posição segura. Para R. Graham ¹⁸⁹, a partir daí a reforma agrária foi esquecida e só retornou ao cenário com maior força após 1960.

Na década de 1930, o problema da terra no Brasil foi discutido e a reforma agrária era temida por setores da sociedade brasileira. A luta política era preocupação da esquerda, arregimentada na Aliança Nacional Libertadora, de influência comunista. Grupos comunistas tentavam se infiltrar no campo. A direita buscava outras propostas, como o corporativismo de inspiração ítalo-germânica, organizado sobretudo na Ação Integralista Brasileira, que defendia uma política de integração e cooperação de classes, combatendo a luta entre as mesmas. O Integralismo recebeu grande apoio dos latifundiários. As tensões em relação ao problema da terra e da propriedade se refletiram na Constituição de 1934, por exemplo, que garantiu o direito dos posseiros e reduziu impostos sobre a pequena propriedade. Ao Estado, segundo a Constituição, competia a educação rural e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. A União, em cooperação com os Estados, promoveria a organização de colônias agrícolas para onde deveriam encaminhar trabalhadores desempregados e localizados em áreas empobrecidas. Tal processo, no entanto, foi retardado pelo “Estado Novo”, em 1937, cuja nova Constituição, no seu artigo 122, garantia o direito de propriedade, que só poderia ser atingido em casos de desapropriação ou por necessidade ou utilidade pública e com indenização prévia. A luta por reforma agrária nesse período foi obstruída por vários fatores, o principal deles, segundo Manuel Correia de Andrade, era a falta de condições de organização da população rural. Para ele, tais condições só surgiriam no Brasil a partir da década de 1940, com a abertura de estradas e difusão dos meios de comunicação ¹⁹⁰.

Raymundo Laranjeira, analisando o problema da colonização, principalmente a realizada pela importação de mão-de-obra estrangeira no final do século XIX e início do século XX, e da reforma agrária no Brasil, desde uma perspectiva jurídica, afirma que houve duas espécies de relação do imigrante estrangeiro no campo dos direitos pessoais com aquele que oferecia os serviços:

1. Colônias de lavradores estrangeiros instaladas como propriedade, em si, com lotes que adentravam o patrimônio dos imigrantes (e assim se caracterizou a colonização no Espírito Santo, como já foi visto anteriormente);

2. As impropriamente chamadas “colônias”, com imigrantes que lavriam a terra na condição de empregados rurais, não moravam em um “fundus” próprio, mas em fazendas de outrem, em núcleos privados. “Colônia” aí seria simplesmente o aglomerado de imigrantes, chamados colonos. Tal foi o que ocorreu em São Paulo, por exemplo.

¹⁸⁹ Ibid., p. 184-195.

¹⁹⁰ VEIGA, op. cit., p. 19; ANDRADE, Manuel Correia de, *Abolição e reforma agrária*, São Paulo, Ática, 2001, p. 46-50.

Ainda para Raymundo Laranjeira, a imigração caracterizou-se, enquanto mão-de-obra, como contrato de emprego agrário através do colonato e, enquanto ocupação do território, como colonização, ou seja, ocupação de área rural. Enquanto colonização, efetivou-se basicamente em terrenos públicos, visando o povoamento e a produção. Tal processo caracterizou-se pelo assenhoreamento da terra que estava sob pertença do ente público. O autor chamou este processo de “despublicização da terra”, ou seja, retirou-se do poder público os terrenos vazios e sem expressão econômica. No sul do Espírito Santo, a maioria das iniciativas de colonização foi realizada pelo poder público com esta característica de “despublicização” das terras em vista de ocupação territorial, aumento de produção agrícola e conseqüente valorização das terras. Para o autor citado, a colonização efetivada no Brasil entre 1930 e 1960 foi marcada pelo empirismo e fracasso das disposições legais que criaram as Colônias Agrícolas Nacionais, em 1938, e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, em 1954 ¹⁹¹.

Considerando os conceitos acima, pode-se considerar o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro como uma obra de colonização na qual os colonos tornaram-se proprietários, e não propriamente uma reforma agrária, que envolveria uma reestruturação fundiária muito mais ampla. Enquanto obra de colonização, diferencia-se das mais conhecidas no sul do Espírito Santo por ter sido uma obra realizada por particulares, mais exatamente, uma sociedade entre um leigo e um membro de uma ordem religiosa. Efetivamente, quem levou a cabo a obra foi a Ordem dos Agostinianos Recoletos, que liquidando a dívida de Fr. Manoel, garantiu não só a sua parte na propriedade, mas permitiu que o projeto fosse efetivado. Diferencia-se de outras no Sul do Espírito, pois não representou uma “despublicização” da terra, não teve como objetivo principal o povoamento, mas ao ser dividida, obviamente isto se tornou uma conseqüência para a região. E conforme pode-se perceber, nas décadas de 1910 a 1940 as discussões sobre a reforma agrária e a efetivação de muitos projetos estiveram na pauta do dia das notícias e dividiram opiniões e grupos políticos entre os favoráveis e os que a temiam, tanto no Brasil como em várias outras partes do mundo.

Já se tratou anteriormente que o projeto de colonização da Fazenda do Centro, cuja efetivação teve à frente Fr. Manuel Simón, não somente não foi o primeiro, pois o próprio governo criara vários núcleos oficiais, inclusive no sul do Espírito Santo, como nem sequer foi o primeiro entre os núcleos coloniais de iniciativa particular. D. Cavati, em sua obra “História da Imigração Italiana no Espírito Santo”, faz breves referências às colônias particulares, entre as quais enquadra a colônia da Fazenda do Centro. Dentre as colônias de iniciativa particular, ele cita as realizadas pela firma Duarte & Beiriz, estabelecida em Iconha, no sul do Espírito Santo, em 1879. Seus proprietários,

¹⁹¹ LARANJEIRA, Raymundo, *Colonização e reforma agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 22-23, 26.

Sr. José Gonçalves da Costa Beiriz e Antônio José Duarte, latifundiários, dividiram as suas próprias fazendas em pequenos lotes “e os venderam a preços módicos e a longo prazo aos colonos italianos, fornecendo-lhes ainda os meios de trabalho”.¹⁹² Iniciaram suas atividades negociando com os colonos do 3º Território da Colônia de Rio Novo. Ainda em 1879, o Sr. Beiriz, sócio da firma, comprou uma fazenda, chamada “Olaria” e dividiu-a, estabelecendo ali 33 famílias, em sua maioria de italianos. Em 1880, comprou uma outra, denominada “Tocaia”, dividindo-a e estabelecendo 17 famílias de italianos, vendendo-lhes os lotes para serem pagos em 10 anos. A firma fornecia-lhes alimentação e também emprestava dinheiro a prazo de dois anos. Em 1888, o Sr. Beiriz comprou uma sesmaria chamada “Duas Barras”, instalando aí 50 famílias italianas, vendendo-lhes gêneros alimentícios e ferramentas. Em 1890, foi comprada a sesmaria “Crubixá”, onde foram instaladas 30 famílias italianas. Em 1894, a firma comercial Duarte & Beiriz comprou 500 alqueires em “Virgínia”, e os dividiram em 90 lotes. Em 1901, o Sr. Beiriz comprou a Fazenda Monte Belo e ali foram estabelecidas 400 famílias italianas. O Sr. Beiriz faleceu em 1911 e seus filhos continuaram a mesma atividade. Em 1911, o Sr. Duarte, o outro sócio, comprou 30 alqueires de terra num lugar chamado “Córrego dos Lopes”, onde foram estabelecidas 10 famílias italianas; em 1914, 650 alqueires das fazendas “Jaracatiá” e “Pongal”, onde instalou mais de 50 famílias, em sua maioria italianas. O colono se comprometia em vender o seu café à firma, que lucrava com o produto. Ao entregar o café à firma, o colono também amortizava parte da dívida. “Havia assim entendimento entre capital e trabalho com lucro para ambas partes”, afirma D. Cavati. No início do século, a firma Duarte & Beiriz foi uma das mais ricas do Estado.¹⁹³ Tais informações fornecidas por D. Cavati são dignas de uma pesquisa mais aprofundada para averiguar a veracidade dos dados. É interessante, no entanto, observar que quando a Fazenda do Centro foi adquirida por Fr. Manoel Simon e o Sr. José Mariano Sobrinho a Firma Duarte & Beiriz já tinha 30 anos de existência e prática em comprar terrenos, dividi-los em lotes a serem pagos a preços módicos, fornecendo alimentos e instrumentos aos colonos, que se comprometiam em entregar-lhes a produção do café. Era uma firma com fins lucrativos. Fr. Manoel Simón e Fr. Máximo Tabuenca atendiam, no início do século XX, as paróquias de Guarapari e Anchieta, onde ficava a ex-colônia de Rio Novo e, nela, Iconha, sede da Firma Duarte & Beiriz. Ambos utilizaram-se dos serviços da firma. Dentre os recibos relativos à compra da Fazenda do Centro pelos frades encontram-se dois emitidos pela firma. O mais antigo deles, dado a Fr. Máximo Tabuenca, consta o recebimento de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), no dia 31 de dezembro de 1910, em Iconha, relativo a uma ordem de pagamento. O outro recibo foi dado a Fr. Manuel Simón, no valor de 1:125\$000 (um conto e cento e vinte

¹⁹² CAVATI, João Batista, *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*, 1973, p. 51.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 51-52.

cinco mil réis), no dia 21 de setembro de 1912, em Iconha, relativo a pagamento ao Banco Hypotecário e Agrícola do Estado do Espírito Santo (esse era o valor das parcelas da hipoteca a serem pagas ao banco). Tais recibos mostram que os frades conheciam a firma, utilizavam-se de seus serviços e, dadas as semelhanças entre os procedimentos de colonização utilizados pela firma e o projeto do Núcleo colonial da Fazenda do Centro, provavelmente, Fr. Manoel Simón tenha imitado parcialmente tais procedimentos. Parcialmente, pois a semelhança se dá quanto à divisão em lotes de 10 alqueires, ao fornecimento de alimentos e ferramentas aos colonos, ao prazo longo de cerca de 10 anos para iniciar a quitar a dívida. A diferença se nota quando se constata que os frades não exigiram dos colonos a produção do café para sua comercialização. A amortização da dívida dos colonos foi feita em dinheiro ou com a produção; não há registros de cobrança de juros e, como se disse no capítulo anterior, fala-se até que alguns colonos não pagaram integralmente os lotes recebidos. É possível afirmar que o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, “idealizado” por Fr. Manuel, não surgiu de uma iniciativa exclusiva do frade, nem de um instante de genialidade, mas foi inspirado em longos anos de prática e experiência das colônias oficiais e alguns anos de uma prática muito lucrativa da firma Duarte & Beiriz. Os princípios capitalistas da firma, porém, não eram os mesmos do frade. Pretende-se, no próximo item abordar um pouco dos tipos de capitalismo envolvidos no processo de colonização e imigração no sul do Espírito Santo e na compra e divisão da Fazenda do Centro, ou seja, na efetivação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro.

2. As relações econômicas na colonização e imigração no sul do Espírito Santo

Quando se trata de uma abordagem sobre o capitalismo é importante levar em conta as observações de Fernand Braudel com relação aos termos “capital”, “capitalista” e “capitalismo”. Como alerta este autor¹⁹⁴, sobre a palavra capitalismo, “é impossível de empregar sem anacronismo censurável antes da era industrial”. As palavras “capital”, “capitalista” e “capitalismo”, segundo F. Braudel¹⁹⁵, são inseparáveis e solidárias.

A palavra “capital” emerge nos séculos XII - XIII aproximadamente, significando os fundos, o estoque de mercadorias, a massa monetária, o dinheiro que rende juros. Com o passar do tempo, tende a significar o “dinheiro de uma sociedade ou de um mercador”¹⁹⁶. O termo “capitalista” data de meados do século XVII, consistindo em uma entre uma centena de outras palavras para designar os ricos. “Detentores de fortunas pecuniárias é o sentido es-

¹⁹⁴ BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*, São Paulo, Martins Fontes, 1998, v. 2, p. 199.

¹⁹⁵ Ibid., p. 200.

¹⁹⁶ BRAUDEL, op. cit., p. 201.

trito que a palavra capitalista assume na segunda metade do século XVIII”, equivalendo cada vez mais a manipuladores de dinheiro e a fornecedores de fundos, empregando-os para obterem ainda mais dinheiro. Somente no século XIX designa o empresário e investidor. Até então, continua agarrada à noção de dinheiro e riqueza em si ¹⁹⁷. O termo “capitalismo” surge somente no século XX, em meio às discussões políticas e como antônimo natural de socialismo ¹⁹⁸.

O imigrante que se dirigiu ao sul do Espírito Santo tinha um propósito claro: tornar-se proprietário de um pequeno lote de terra. O seu trabalho seria a forma como iria adquirir e pagar a propriedade. Trouxe consigo fortes elementos culturais, valores morais, normalmente vivenciados em torno da religião, e um grande desejo de formar uma família, e de preferência, família numerosa. Os filhos não só eram mão-de-obra na economia familiar, mas a família numerosa constituía-se também como uma forma de agregação social e comunitária. Para o imigrante o trabalho seria a forma de prover o seu próprio sustento, mas também de acumular alguma reserva para adquirir o seu patrimônio, com o qual iria prover o sustento de sua família. Como normalmente as famílias eram numerosas, o chefe de família via-se também na obrigação de prover uma herança para os filhos, o que implicava a busca de novas terras.

O processo de imigração de europeus na segunda metade do século XIX para a América e para algumas regiões do Brasil, entre as quais, o sul do Espírito Santo, não foi um fato isolado da economia mundial. Vivia-se naquele período a euforia da chamada segunda revolução industrial, que transformou as relações econômicas, impondo de vez as relações capitalistas na indústria e no comércio mundial. Nessas transformações, o camponês foi certamente o mais afetado, espoliado e expropriado, tornando-se mão-de-obra sobrando, pouco qualificada para os novos padrões econômicos.

Alguns autores como Karl Marx, Max Weber, Richard H. Tawney, Amintore Fanfani e Fernand Braudel trataram do processo de espoliação e expropriação dos camponeses neste avanço e gradativa imposição das relações capitalistas; procuraram compreender a gênese e expansão do capitalismo e as diferentes formas com que este se concretizou. A partir destes autores, procurar-se-á compreender melhor a imigração no sul do Espírito Santo e algumas relações econômicas envolvidas na formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro.

Um conceito investigado por Karl Marx no final do primeiro volume de “O Capital” é o de “acumulação primitiva”. Para ele, “[...] a acumulação do capital pressupõe a mais valia; a mais valia a produção capitalista e, esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho

¹⁹⁷ Ibid., p. 204-205.

¹⁹⁸ Ibid., p. 206.

nas mãos dos produtores de mercadorias”¹⁹⁹. A acumulação primitiva, no entanto, é um processo anterior à acumulação capitalista, e consiste em “uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida”²⁰⁰. Tal processo se caracteriza pela acumulação de riqueza por uma elite, gerando, uma população “vadia”, que nada mais teria senão a sua “própria pele” para vender, ou seja, a sua força de trabalho. K. Marx chama a isto de “o pecado original da economia”. Esta população vadia forma a grande massa pobre, cada vez mais pobre, uma vez que só tem sua força de trabalho para vender. No outro pólo do processo está a riqueza de poucos, que não trabalham; no entanto, tal riqueza cresce continuamente. As formas históricas de acumulação primitiva, para K. Marx, se sustentaram na violência, ou seja, na conquista, escravização, rapina e assassinato.

O processo de imigração e colonização do sul do Espírito Santo traz muitas marcas de violência, não necessariamente sangrenta, uma vez que o camponês, principal imigrante para aquela região, era aquele que se retirou de sua terra por não encontrar lá condições adequadas de trabalho e, normalmente, por encontrar-se empobrecido e espoliado pelas transformações econômicas da segunda metade do século XIX. Marcas de violência podem ser encontradas também na forma enganosa com que a propaganda colonizadora foi realizada, sobretudo no norte da Itália. Quando tais imigrantes chegaram ao Espírito Santo, depararam-se com outra realidade, muito diferente da anunciada, e uma infra-estrutura econômica e governamental (e levando-se em consideração a profunda religiosidade daqueles imigrantes, pode-se incluir aqui também o eclesial) extremamente precária e incapaz de assegurar-lhes condições básicas de vida e de trabalho. Tornou-se necessário um esforço quase sobre-humano para que a precariedade da infra-estrutura econômica e burocrática assumissem formas mais adequadas. A imensa luta contra a natureza hostil aliou-se aos inúmeros conflitos entre os imigrantes e os agentes responsáveis pela imigração. Ainda assim, a maioria daqueles imigrantes conseguiu poupar, acumular e muitos adquiriram os lotes nas áreas de colonização.

K. Marx²⁰¹, no entanto, afirmou que “[...] como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital.” Para que se estabeleça relações capitalistas, faz-se necessário duas espécies de possuidores de mercadoria, não só em contato entre si, mas em confronto:

1. O proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhados em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia;
2. Trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e de trabalho.

¹⁹⁹ MARX, Karl, *O capital*, 11. ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1987, livro 1, v. 2, p. 828.

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ MARX, op. cit., p. 829.

Além disto, são necessárias algumas condições básicas para que exista propriamente uma produção capitalista. Destas, a essencial é a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. O sistema capitalista passa a existir quando esta dissociação se reproduz em escala cada vez maior.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos.

A chamada acumulação primitiva é apenas um processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção ²⁰².

Diferentemente da imigração italiana em São Paulo, onde inicialmente o imigrante era apenas mão-de-obra nas grandes fazendas de café, no sul do Espírito Santo, o imigrante em geral conseguiu tornar-se pequeno proprietário. Algumas vezes, necessitava trabalhar como mão-de-obra nas poucas grandes fazendas da região. Tornou-se pequeno proprietário, pequeno produtor de café, que normalmente envolvia a família na produção, inserido indiretamente no mercado agro-exportador. Indiretamente no sentido de que sua produção passava por compradores que comercializavam o produto e eram os que com ele mais lucravam. Como afirma F. Braudel ²⁰³, “[...] até o século XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria do grande lucro, é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa”. Assim, seria impróprio falar aí nesse momento, de uma acumulação primitiva de capital que dissociaria trabalhador e produção. O imigrante pequeno proprietário adquiriu a duras penas os meios para sua subsistência, os meios de produção, mas não estava inserido na comercialização em grande escala do produto. A sujeição se deu aí não entre um trabalhador assalariado e o capitalista, mas entre um pequeno proprietário e os comerciantes do seu produto.

K. Marx afirmou, depois de analisar processo de expropriação dos camponeses ingleses até o século XVIII e o crescimento do processo capitalista de industrialização, que o modo de produção que supõe o parcelamento da terra, a dispersão dos meios de produção e exclui a divisão do trabalho dentro do mesmo processo de produção, o domínio social e o controle da natureza é limitado, ingênuo e em certo grau geraria os meios materiais de seu próprio aniquilamento, ou seja, tal modo de produção não se sustentaria e seria suplantado pela propriedade capitalista.

A propriedade privada, obtida com o esforço pessoal, baseada por assim dizer na identificação do trabalhador individual isolado e independente com suas con-

²⁰² Ibid., p. 830.

²⁰³ BRAUDEL, op. cit., p. 200.

dições de trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista, fundamentada na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente ²⁰⁴.

K. Marx parece generalizar e tornar lei universalmente válida o processo capitalista inglês, relacionado com a expropriação do camponês, gradativamente transformado em proletário da manufatura e da grande indústria, nos séculos XVIII e XIX. Dentro do período analisado nesta pesquisa, não se percebe ainda que tal modo de produção, baseado na pequena propriedade familiar fosse suplantada pela propriedade capitalista.

Ainda K. Marx, em “O Capital”, analisou o processo de colonização dos Estados Unidos. Nessa análise ofereceu alguns elementos que podem ser um suporte de entendimento do fenômeno ocorrido também no sul do Espírito Santo. É preciso, no entanto, alertar para o cuidado com o termo “colônia”, utilizado também por K. Marx, para designar as províncias dos Estados Unidos, enquanto no Espírito Santo, “colônia” designa a área dividida em lotes para assentamento dos imigrantes, de cuja terra ele irá ser proprietário; e em São Paulo refere-se ao conjunto de moradias da fazenda, onde residem os imigrantes, que são aí, apenas empregados.

Nas colônias norte-americanas, segundo K. Marx ²⁰⁵, o regime capitalista encontrou seu maior obstáculo no produtor, pois este possuía suas próprias condições de trabalho, enriquecia a si mesmo e não ao capitalista. O fato de ser proprietário de dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transforma o homem em capitalista, uma vez que lhe falta aquele assalariado, que vende voluntariamente sua força de trabalho. Assim, “[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas” ²⁰⁶. As colônias nos Estados Unidos possuíam grandes extensões de terras, cujo colonizador podia transformar um pedaço dela em sua propriedade e meio individual de produção. Para K. Marx ²⁰⁷, esta era a razão do florescimento destas colônias, mas também do “mal que as devora, sua resistência à colonização do capital”. Não havendo a dissociação entre o trabalhador e suas condições de trabalho, não havia também a separação entre agricultura e indústria e nem ainda havia se destruído a indústria doméstica rural. Além disso, a produção capitalista não só reproduz o assalariado, mas necessita produzir também a superpopulação de assalariados para que a lei da oferta e da procura de trabalho fique sob controle, a oscilação salarial seja mantida nos limites convenientes à exploração e seja garantida a dependência social do trabalhador para com o capitalista. Nas colônias dos Estados Unidos, a população cresceu rapidamente com trabalhadores já adultos. Há, no entanto, escassez no mercado de trabalho, pois a lei da oferta e da procura não funciona nas colônias de acordo com o esquema capitalista.

²⁰⁴ MARX, op. cit., p. 880.

²⁰⁵ MARX, op. cit., p. 884.

²⁰⁶ Ibid., p. 885.

²⁰⁷ Ibid., p. 887.

O assalariado de hoje é o camponês ou artesão independente de amanhã, trabalhando por conta própria. Desaparece do mercado de trabalho, mas não para recolher-se ao asilo de indigentes. Essa transformação constante dos assalariados em produtores independentes, que trabalham para si mesmos e não para o capital e que enriquecem a si mesmos e não o capitalista, repercute de maneira absolutamente desvantajosa sobre a situação do mercado de trabalho ²⁰⁸.

A oferta de trabalho assalariado nas colônias, portanto, era irregular, inconstante, insuficiente, reduzida e insegura. Por isto, o governo precisou interferir para solucionar a “tendência anti-capitalista” das colônias:

O governo fixaria para as terras virgens um preço artificial, independente da lei da oferta e da procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente. Assim, constitui-se, com a venda de terrenos a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, um fundo extorquido do salário, com a violação da lei sagrada da oferta e da procura. O governo utilizaria esse fundo à medida que crescesse, para importar pobres da Europa e assim manter cheio para os senhores capitalistas o mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, tudo seria pelo melhor no melhor dos mundos possíveis. Este é o grande segredo da colonização sistemática ²⁰⁹.

Para K. Marx, este preço imposto pelo governo deveria ser suficiente para impedir que os trabalhadores se tornassem agricultores independentes até que outros tomassem seu lugar no mercado de trabalho. Ele chama esse preço suficiente da terra de “[...] dinheiro de resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão de abandonar o mercado de trabalho e ir cultivar a terra” ²¹⁰. O trabalhador teria assim primeiramente que criar o capital para o capitalista, para que este possa explorar mais trabalhadores e só então teria que colocar um substituto no mercado de trabalho. Este substituto seria o imigrante, vindo do além-mar às suas custas para servir seu ex-patrão.

No sul do Espírito Santo, o processo de colonização e imigração se diferenciou em vários aspectos. Os imigrantes não foram para primeiramente servir de mão-de-obra nas grandes fazendas. A grande quantidade de terras devolutas atraía o imigrante a buscar ser proprietário do seu lote de terra. Quando serviu de mão-de-obra, foi para complementar sua renda para adquirir sua terra. Os grandes fazendeiros capixabas não tinham força suficiente para competir com este processo de colonização e muitos deles, arruinados, por fim, colaboraram com o mesmo processo, retalhando suas fazendas. O processo analisado por K. Marx nas colônias norte-americanas se assemelha mais a imigração ocorrida no Brasil em São Paulo, onde a tendência foi a de

²⁰⁸ MARX, op. cit., 889.

²⁰⁹ Ibid., p. 892.

²¹⁰ Ibid., p. 893.

tentar impedir o imigrante de acesso à propriedade da terra e servisse como mercado de mão-de-obra sobrando, do que ao ocorrido no sul do Espírito Santo. Entre os próprios imigrantes, nas primeiras décadas da imigração, devido a uma série de valores culturais comuns e a muitos laços familiares estabelecidos entre eles, prevaleceu um forte espírito de cooperação mútua, troca de favores, intensa vida familiar e comunitária, que propriamente relações capitalistas.

Max Weber realçou mais o aspecto da racionalidade no empreendimento como característica essencial do capitalismo. Para ele ²¹¹, “[...] capitalismo existe lá onde a cobertura das necessidades de um grupo humano, mediante atividades industriais e comerciais, realize-se pelo caminho do empreendimento, não importando a necessidade.” A racionalidade na empresa capitalista se efetiva no cômputo de capitais e no controle da rentabilidade com o auxílio de cálculos da contabilidade moderna e elaboração de balanços. Esta contabilidade racional é a precondição mais geral e necessária para a existência do capitalismo moderno. Além disto, é necessário como precondição para o capitalismo moderno:

1. A apropriação de todos os meios materiais de produção (terra, aparelhos, máquinas, ferramentas etc.) como propriedade livre por empresas industriais ou comerciais privadas e autônomas;
2. A liberdade de mercado;
3. A técnica racional, calculável, mecanizada, tanto da produção quanto do transporte, tanto dos custos de produção como também dos custos de movimentação dos bens;
4. O direito racional, ou seja, um aparato judiciário que garanta certa estabilidade e previsibilidade e permita ao empreendimento o ser calculável;
5. O trabalho livre, ou seja, pessoas em condições jurídicas, no entanto, obrigadas a vender livremente sua força de trabalho no mercado;
6. A comercialização da economia, generalizando o uso de títulos de valor para direitos de participação em empresas e para direitos patrimoniais, relacionados aí a um outro elemento, a especulação, que ganha importância desde o momento em que tais bens patrimoniais assumem a forma de títulos de valor transferíveis.

Dentre os fatores externos para a gênese e expansão do capitalismo moderno, M. Weber destaca a criação de títulos relacionados com a dívida pública e as hipotecas ²¹². Outros elementos foram o comércio bursátil, que aumentou a especulação; as melhorias no serviço postal que, uma vez mais seguros, deram maior estabilidade ao comércio racional à distância; o aumento em número e tamanho dos navios de comércio; as melhorias nas estradas, com calçamentos e, por fim, as ferrovias ²¹³. “As ferrovias represen-

²¹¹ WEBER, Max, *A gênese do capitalismo moderno*, São Paulo, Ática, 2006, p. 13.

²¹² WEBER, op. cit., p. 15-18.

²¹³ Ibid., p. 36-39.

tam o meio mais revolucionário que a história registra para a economia, não apenas para o trânsito»²¹⁴, afirma M. Weber.

Como já foi visto anteriormente, no sul do Espírito Santo, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a tendência do imigrante foi a de tornar-se pequeno proprietário, dono de terra e dos implementos para cultivá-la. Não se pode, no entanto, falar em um mercado livre, uma vez que na prática o principal produto comercializado era o café e o imigrante encontrava-se freqüentemente comprometido com aqueles que lhes vendiam as terras, quando se tratava de uma colônia particular, ou com algumas poucas firmas de comercialização do produto. O aparato jurídico era frágil e precário, não tendo forças para dar a estabilidade suficiente ao empreendimento. Muitas eram as reclamações dos imigrantes quanto ao aparelho burocrático estatal e jurídico, muitas vezes atrelado aos “mandões da terra”, no dizer do primeiro bispo de Vitória, D. João Batista Correa Nery.

Para M. Weber²¹⁵, a racionalidade característica do capitalismo moderno se concretiza no empreendimento, na contabilidade, na técnica, aliados a uma “mentalidade racional”, a uma racionalização da condução da vida, a um “ethos” econômico racional. Na base do espírito capitalista há um “impulso aquisitivo”, por si só, universal, mas no ocidente, legitimável e “racionalmente temperável”, criando estruturas racionais como empreendimentos capitalistas²¹⁶. Para Weber²¹⁷, tal têmpera racional estaria relacionada com o ascetismo intramundano promovido pela reforma protestante, que criou uma ética muito própria e que posteriormente se libertou dos traços religiosos e se secularizou. Em sua obra clássica “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”, M. Weber aprofunda tais idéias. Segundo o autor, é esta racionalidade econômica enquanto cultura, “ethos” e conduta de vida, que se chama “espírito” do capitalismo moderno²¹⁸. O seu “summum bonum” consiste no ganhar sempre mais dinheiro, resguardar-se do gozo imediato do ganho, despido de toda perspectiva eudemonista ou hedonista. O “impulso aquisitivo” no “espírito” capitalista não se identifica com a cupidez ou a “auri sacra fames”, tão antigas quanto o próprio ser humano, mas encontra-se aí como potência dominante na orientação da ação econômica. O trabalho é encarado como um dever e uma vocação, uma entrega de si feita pelo indivíduo a uma profissão.²¹⁹ A ordem econômica capitalista necessita dessa entrega de si do indivíduo à “vocação” de ganhar dinheiro, sem nenhuma necessidade mais do que a de qualquer força religiosa. A influência religiosa, ao contrário, é sentida como obstáculo à ordem capitalista, semelhante à regulamentação

²¹⁴ Ibid., p. 40.

²¹⁵ Ibid., p. 109-110.

²¹⁶ Ibid., p. 111.

²¹⁷ Ibid., p. 122-123, 127.

²¹⁸ WEBER, op. cit., p. 7, 45.

²¹⁹ Ibid., p. 55-56.

econômica feita pelo Estado ²²⁰. Para M. Weber ²²¹, a ordem econômica capitalista atual já se tornou um imenso cosmos, dentro do qual o indivíduo já nasce e para o qual ele já se manifesta como fato, como uma crosta (“Gehäuse”) que tal indivíduo não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Ou seja, o indivíduo no mundo moderno, preso nas redes do mercado, está condenado ao cosmos capitalista, que lhe impõe as normas da ação econômica. Adversário deste “espírito” capitalista, segundo M. Weber, é o que ele chama de “tradicionalismo”, ou seja, “[...] a tendência do ser humano a viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto. Também ele chama esta tendência de a muralha do hábito” ²²². Fernand Braudel, abordando sobre a situação dos camponeses e o processo de expropriação que sofreram desde o século XVI, não fala propriamente de um tradicionalismo, mas de uma série de possibilidades de resistência ou inércia espontâneas, que fizeram de tal processo uma verdadeira guerra camponesa, “[...] uma guerra estrutural que nunca termina” ²²³.

A grande maioria dos imigrantes que se dirigiram ao sul do Espírito Santo e que entre os anos de 1910 e 1915 aproximadamente formaram o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro era de origem italiana e de formação religiosa católica. Vieram das regiões do norte da Itália, com grande disposição ao trabalho sistemático e um espírito de poupança em vista do fim ambicionado: ter sua propriedade para nela formar e com ela prover sua família. Como se relaciona esse caráter empreendedor, sistemático, poupador à formação religiosa católica está além da proposta deste trabalho. Alguns daqueles imigrantes tornaram-se comerciantes e mergulharam no cosmos capitalista no qual estavam envolvidos. Entretanto, é de se duvidar que aqueles imigrantes que se tornaram pequenos proprietários estavam impregnados de um “espírito” capitalista. M. Weber ²²⁴ diz que “[...] o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do espírito capitalista, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida.” Para ele ainda,

A valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, contínuo, sistemático, como meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de espírito do capitalismo. E confrontando agora aquele estrangulamento

²²⁰ Ibid., p. 64.

²²¹ Ibid., p. 45-51.

²²² Ibid., p. 53, 55.

²²³ BRAUDEL, op. cit., p. 220-221.

²²⁴ WEBER, op. cit., p. 67.

do consumo com essa desobstrução da ambição de lucro, o resultado externo é evidente: acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança ²²⁵.

Esta valorização religiosa do trabalho à qual se refere M. Weber era, segundo ele, característica dos protestantes, dentre estes, mais exatamente, os puritanos. A estes se deveria a formação do espírito capitalista, uma vez que a ascese intramundana através do trabalho por eles estimulada, ao longo dos séculos XVII e XVIII se secularizou e adquiriu sua autonomia em relação à religião. Aquilo que antes era um “manto” tornou-se uma dura crosta de aço. Para M. Weber ²²⁶, o espírito vitorioso do capitalismo safou-se desta crosta, não precisa mais do arrimo da religião e até mesmo a idéia de “dever profissional” tornou-se um “fantasma das crenças religiosas de outrora.”

A tese central de M. Weber em sua obra “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”, pode induzir afirmações ou conclusões precipitadas com relação ao fato daqueles imigrantes serem dotados de um forte empreendedorismo e disposição ao trabalho, mas nem por isto de um “espírito capitalista” por serem católicos ou de tradição católica. Ao contrário, enquanto pequenos proprietários e agricultores, tendem ao que o próprio M. Weber afirmou ser o maior inimigo do “espírito” capitalista: o tradicionalismo. Nas colônias, os valores que se impunham como orientadores da vida daqueles imigrantes eram: propriedade, trabalho, família e religião, esta, normalmente, católica. A preocupação maior dos colonos ao se dar início a uma nova colônia era, antes mesmo de suas próprias casas, construir a igreja, que funcionava como um catalisador da cultura, da moral e da vida social e comunitária.

R. H. Tawney considera como deficiência da obra de M. Weber a sua omissão a qualquer referência católica pós-Reforma. Além disto, se no século XIX a idéia de que “[...] o comércio é uma coisa, religião é outra” apresentava-se como certeza inquestionada, sobretudo na Inglaterra, outrora, no entanto, foi encarada como uma audaciosa novidade ²²⁷. Esta novidade encontrou muitas repercussões e um grande corpo doutrinal antitético, encarnado nos costumes e na lei, desde o final da Idade Média. É o que Tawney chama de “Background” medieval, a permanência tensa da relação ética entre as questões econômicas e teológicas. “Foi apenas pouco a pouco, e após um conflito não somente confinado ao papel, que afetou a transição do status de um paradoxo odioso ao de uma verdade incontestada”. ²²⁸ Para R. H. Tawney ²²⁹, é difícil apreciar até que grau a religião influenciou a perspectiva dos homens

²²⁵ WEBER, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, São Paulo, Cia das Letras, 2004, p. 156.

²²⁶ *Ibid.*, p. 165.

²²⁷ TAWNEY, Richard H., *A religião e o surgimento do capitalismo*, São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 11-12.

²²⁸ *Ibid.*, p. 14.

²²⁹ *Ibid.*, p. 18-19.

face à sociedade, pois também as mudanças econômicas e sociais influíram enormemente na religião. Segundo este autor, Weber não indagou até que ponto a Reforma foi uma resposta às necessidades sociais, nem investigou as causas e conseqüências da mentalidade religiosa que analisou com bastante discernimento. Ainda para ele, Weber não levou em conta que se o puritanismo ajudou a moldar uma ordem social, também foi “crescentemente moldado por ela”. Na conclusão de sua obra, R. H. Tawney afirma que sobretudo nos séculos XVIII e XIX as Igrejas cristãs renunciaram a setores da conduta econômica e da teoria social que elas reivindicavam desde há muitos séculos como domínio específico seu. Até a Reforma, a economia era compreendida como um ramo da ética, que por sua vez era um ramo da Teologia. “Todas as atividades humanas são tratadas como integradas em um único esquema, cujo caráter é determinado pelo destino espiritual da humanidade”²³⁰. Ape-lava-se então à lei natural e não à utilidade; a legitimidade das transações econômicas era julgada segundo os padrões morais do ensino tradicional da Igreja Cristã e não em relação aos movimentos dos mercados. Com a secularização ocorrida de forma mais intensa nos séculos posteriores à Reforma, a religião perdeu seu papel de pedra angular que mantém unido o edifício social e torna-se um simples “departamento”. A idéia de retidão foi substituída pela conveniência econômica como árbitro da política e como critério de conduta. Acentuou-se o dualismo entre os aspectos religiosos e seculares, como áreas paralelas e independentes, governadas por leis diferentes, julgadas por padrões diversos e submetidas a autoridades diversas. Assim, nas sociedades modernas, segundo R. H. Tawney, há uma oposição acirrada e mesmo uma forte negação dos princípios cristãos e a obtenção de riquezas materiais tornou-se o objeto supremo do esforço humano e o critério final do sucesso econômico²³¹.

Esforço por obtenção de riquezas nos imigrantes do sul capixaba é patente, levando-se em conta que isto foi o motivo primeiro que os levaram a sair de sua terra de origem e deslocar-se para o Brasil. Riqueza que consistia na propriedade da terra, no seu cultivo pelo seu trabalho. No dizer de F. Braudel²³², “[...] a terra não é imediatamente a nobreza, mas é o caminho para a nobreza, uma promoção social.” Fugir da pobreza e buscar meios de ascender socialmente é o que se pode perceber com clareza nos imigrantes. Em que grau a religião influenciou nesse comportamento, até que ponto regulamentou o modo de lidar com tal riqueza e nas formas de sua obtenção, ou ainda, até que ponto também naqueles imigrantes existia o dualismo entre a religião e a vida econômica, são elementos difíceis de precisar. Amintore Fanfani, que escreveu em 1933 a sua obra “Capitalismo, Catolicismo, Protestantismo”, também afirma que a relação entre capitalismo e religião é pouco

²³⁰ Ibid., p. 259.

²³¹ TAWNEY, op. cit., p. 265.

²³² BRAUDEL, op. cit., p. 217.

clara ²³³. Para ele, no entanto, é possível perceber uma influência indireta das religiões sobre as “formas” de capitalismo, seja como doutrina, seja como organização. Segundo ele ²³⁴, tanto os historiadores como M. Weber consideraram a religião mais como um sistema moral do que como um conjunto de organizações eclesiásticas; ou seja, não consideraram tanto as relações entre a atividade dos órgãos administrativos da religião considerada e as circunstâncias que favoreceram o desenvolvimento do capitalismo.

A. Fanfani apontou algumas características do capitalismo, mais como tendências que como leis determinantes, o que torna igualmente vago o seu conceito. Para ele, o capitalismo consiste no regime de atividade econômica justificado por indivíduos que entendem a vida econômica em função do máximo lucro pessoal com o mínimo dispêndio. Tal regime tende a eliminar as resistências naturais, sociais e humanas que impedem esse máximo lucro e o mínimo dispêndio e tende a fortalecer as forças naturais, sociais e humanas que o facilitam. O sistema capitalista entrega à ação dos seus sujeitos representativos o controle de todos os aspectos da vida humana de forma a ignorar os indiferentes ao triunfo da organização econômica, a combater ou reformar os obstáculos em vista do seu triunfo e a exaltar e fortalecer os favoráveis à organização. Em relação a outros princípios tradicionais, este sistema exalta a iniciativa pessoal e condena todos os princípios ou instituições que o limitam ou reprimem, favorecendo o individualismo; exalta a busca das novidades técnicas e institucionais que aumentem o rendimento; quanto à vida pública, ora se apóia no liberalismo, ora no intervencionismo, conforme o momento histórico; e, por fim, agrega uma doutrina hedonista e materialista. Quanto às conquistas técnicas no campo da produção e da circulação da riqueza, o capitalismo estimula a máxima mobilização de capital, o máximo aproveitamento das forças de trabalho, naturais e humanas, a racionalização total da estrutura do trabalho, a concentração das empresas, a diversificação dos produtos, a influência sobre os gostos dos consumidores, a unificação ou ampliação dentro e fora das fronteiras políticas, a disciplinização da concorrência, mediante a redução dos riscos. Além disto, tal sistema procurou subordinar o desenvolvimento da vida pública ao êxito da racionalização econômica de forma a que as forças dirigentes da vida econômica dominassem as forças dirigentes da vida política, tanto da vida política interna quanto internacional. Por fim, para A. Fanfani, o sistema capitalista sacrificou os interesses não produtivos, inclusive os espirituais, seja dos dirigentes dos estados, dos seus colaboradores, dos consumidores ou da própria coletividade à produtividade ²³⁵.

²³³ FANFANI, Amintore, *Capitalismo, catolicismo, protestantismo*, Lisboa, Áster; São Paulo, Flamboyant, [196-?], p. 9.

²³⁴ Ibid., p. 10-11.

²³⁵ FANFANI, op. cit., p. 17-18.

Se se considerar o sistema mais amplo, pode-se concordar com A. Fanfani em muitos aspectos, levando em conta que toda política imigrantista vivava dentro das discussões da época um melhoramento da raça, uma forma de povoamento, mas acima de tudo, fornecer mão-de-obra para os grandes fazendeiros. Muitas foram as discussões sobre isto, mas na prática, no sul do Espírito Santo, representou uma racionalização deficitária, insuficiente, que levou ao suor, às lágrimas e ao sacrifício de milhares de pessoas e famílias inteiras. Se o imigrante em geral tinha um modo de ser de carregado do “background” medieval, de valores tradicionais, o macro sistema no qual ele estava envolvido já era capitalista e já absorvia também as forças dirigentes dos países envolvidos no processo imigratório em função racionalidade econômica.

Na formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, observa-se diferentes interesses; alguns, no entanto, se complementam. De um lado, o grupo de religiosos estrangeiros agostinianos, representados na figura de Fr. Manoel Simón, que esteve à frente do projeto e de sua execução, auxiliado por Fr. Máximo Tabuena. Para os religiosos, a formação do núcleo colonial tinha dois objetivos: prover a instituição, a Ordem dos Agostinianos Recoletos, de um patrimônio, que viesse depois servir às suas necessidades; e ajudar os imigrantes que estavam se dispersando a encontrar novas terras que pudessem cultivar e prover o seu sustento e de suas famílias e, evitando a dispersão, manter suas tradições, cultura e religiosidade. Este último objetivo era também o dos imigrantes: solucionar o problema do esgotamento das terras onde se encontravam e encontrar terras mais férteis para cultivar. O desejo dos frades era prover a instituição de uma propriedade; o dos imigrantes, era ser o proprietário das terras. Entre os meios utilizados para a aquisição da Fazenda do Centro, como foi visto no capítulo anterior, encontram-se: a acumulação financeira, tanto por parte dos frades como dos imigrantes, uma vez que os frades ao comprar as terras utilizaram o caixa da residência de Anchieta, e alguns imigrantes pagaram parcelas das terras em dinheiro; empréstimos tanto feito por imigrantes aos frades como a hipoteca feita posteriormente para tentar garantir a execução do projeto; adiantamento de pagamento das terras, para que houvesse capital suficiente por ocasião da compra; notas promissórias a juros, e juros pesados, difíceis de serem liquidados. Quando Fr. Manoel insiste na compra da Fazenda do Centro porque havia já dado a palavra, observa-se aí a permanência de valores tradicionais acima de uma visão capitalista: vergonha não é não ter dinheiro suficiente, mas não cumprir com a palavra dada. Há muitas interrogações que necessitariam de um estudo mais aprofundado e novos documentos para serem respondidos. Depois de solucionada a dívida entre os anos de 1910 e 1913, Fr. Manuel pôde investir nos equipamentos da fazenda. Os investimentos iniciais se direcionaram para o cultivo da cana e fabricação de cachaça, como atividade principal. O cultivo do café inicialmente era atividade exclusiva dos colonos. Provavel-

mente, o cultivo de cana para fabricação de cachaça se deva ao fato de ser uma cultura de lucro mais imediato, uma vez que aos frades competia, nos primeiros anos, a manutenção daquelas famílias. Estas tinham um período de carência para iniciar o pagamento dos lotes, com a produção de suas terras. O investimento em café só se efetivou por parte dos frades a partir de 1927. Enquanto os colonos investiam em uma cultura que visava o mercado agro-exportador, os frades investiram em um produto de comércio e consumo local, portanto, de retorno mais imediato do investimento realizado.

As características do capitalismo apontadas por K. Marx, M. Weber, F. Braudel, R. H. Tawney e A. Fanfani podem ser observadas e discutidas quando se trata de um sistema amplo e geral. À medida em que se reduz o foco a uma região, com o sul do Espírito Santo, ou a um caso específico, como o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, muitas das características já não se percebem mais ou não são tão claras ou estão permeadas de permanências de um mundo ainda não totalmente absorvido pelo capitalismo. Se há algum capitalismo tal como pensado por K. Marx ou M. Weber no sul do Espírito Santo, ao que tudo indica, este não se encontrava entre aqueles colonos, pequenos proprietários, nem naquele projeto colonial da Fazenda do Centro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração estrangeira é um fenômeno de larga extensão no Brasil. Como afirma Marc Bloch ²³⁶, “[...] o historiador é necessariamente levado a nela [a imensa e confusa realidade] recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas [...] é obrigado a fazer escolhas.” Dentro deste fenômeno de grande extensão, optou-se pela imigração italiana. Mesmo esta, no Brasil, ocorreu em larga escala e de formas muito distintas, nas diferentes regiões, principalmente no sul e sudeste. Mais uma vez, para focalizar melhor a pesquisa e não ficar simplesmente nas generalidades, o objeto foi novamente recortado: a imigração italiana no sul do Espírito Santo. Embora tenha ocorrido a imigração nas regiões ao norte deste Estado, no sul ela foi mais intensa, basicamente de imigrantes italianos e porque aí estava o objeto mais específico desta pesquisa: o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro.

O historiador não é obrigado a fazer apenas um recorte do objeto, mas também do tempo estudado. Nesta pesquisa, o período abarcado vai da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O período mais focalizado são os anos que vão de 1909, quando a Fazenda do Centro foi adquirida por Fr. Manuel Simón e seu sócio, o Sr. José Mariano Sobrinho, até 1915, quando foram solucionadas as pendências que ameaçaram o projeto e Fr. Manuel pôde investir no Núcleo Colonial e prosseguir com seu projeto. Para se compreender melhor o objeto, a saber, o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, foi necessário um recuo temporal. Não se poderia compreender a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro sem situá-lo no fenômeno da imigração italiana no Brasil, no Espírito Santo e, mais especificamente, no sul do Espírito Santo. Não se teria como compreender o objeto estudado sem levar em conta algumas especificidades da colonização no Estado, anterior ao fenômeno da imigração estrangeira, como o seu isolamento, o número reduzido de habitantes, normalmente situados na costa litorânea. A imigração estrangeira está relacionada com dois objetivos pretendidos na época: a depuração racial e a substituição da mão-de-obra escrava pela livre. A formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro seria incompreensível se não se considerasse o despreparo dos latifundiários capixabas do sul do Estado para a substituição da mão-de-obra, que levou ao retalhamento de grandes e antigas fazendas. O produto gerador de riqueza na época era o café. Com a imigração, a produção de café no Estado sofreu um forte impulso e crescimento. Diferentemente do Estado de São Paulo, a produção de café no Espírito Santo está sustentada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Mais uma vez, esta foi uma das razões que levou imigrantes no sul

²³⁶ BLOCH, Marc, *Apologia da história ou o ofício de historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001. p. 52.

do Estado, quando sentiram as terras a perder sua fertilidade e a produção a decrescer, apesar da crise em que se encontrava o preço do café, a buscar novas terras mais férteis, onde pudessem cultivar a lucrativa rubiácea.

Nesta rede de fatos e situações, entrou para compor o nó dos acontecimentos um grupo de frades agostinianos recoletos espanhóis, que haviam trabalhado nas Ilhas Filipinas, mas de lá foram expulsos devido à vitória norte-americana na guerra hispano-americana no final do século XIX. Assim como em geral toda a estrutura social e política do Estado do Espírito Santo, a situação da Igreja católica não era das melhores, mas encontrava-se em fase de reorganização institucional. No final do século, criou-se a diocese de Vitória e seu primeiro bispo, D. João Batista Corrêa Nery, apelou para aquele grupo de frades para realizar um trabalho missionário em sua nova diocese. Às pressas, sem projeto, rapidamente os frades agostinianos recoletos se instalaram no Estado. Como a boa vontade não foi suficiente, das áreas cedidas, só ficou, ainda na primeira década do século XX, aquela que envolvia as colônias italianas no sul do Estado. Na malha dos acontecimentos, do encontro dos frades com os imigrantes surgiu o projeto do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, em meio a incertezas, dúvidas, dores, angústias, dívidas.

Ainda Marc Bloch ²³⁷ afirma que “[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor, os homens.” Assim, quando se estuda o passado, não se busca simplesmente o conhecimento de fatos, mas dos homens, de tal forma que a própria história pode ser definida, como a definiu Marc Bloch, como “ciência dos homens no tempo” ²³⁸. Este tempo, compreendido como um “continuum”, uma perpétua mudança. Compreendendo a história assim, a pesquisa realizada deixa claro que os homens são seus agentes construtores, agentes existenciais por um lado: sonham, planejam, desejam uma vida melhor, carregam consigo valores, crenças; para alcançar o que desejam, trabalham, suam, lutam contra a natureza hostil, adoecem, desgastam-se no trabalho, padecem fome, sede, frio, criam redes de sociabilidade e laços comunitários. Isto, dentro de estruturas ambientais, geográficas, sociais, políticas, eclesiais, que muitas vezes limitam, influenciam, condicionam os projetos existenciais.

Mais uma vez, é Marc Bloch ²³⁹ quem diz que há duas formas de ser imparcial, a do cientista e a do juiz. Obviamente, a tarefa do historiador não se identifica com a de juiz da história, consiste na tentativa de ser imparcial à maneira do cientista, cuja pesquisa nunca está totalmente acabada e sempre pronta a ser superada. Na condição de cientista, mas de cientista que lida com o conhecimento sobre os homens no tempo, “[...] uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: compreender [...] Jamais compreende-

²³⁷ BLOCH, op. cit., p. 54.

²³⁸ Ibid., p. 55.

²³⁹ Ibid., p. 125.

mos o bastante”²⁴⁰. Desta forma, esta pesquisa não se colocou na postura de juiz da história, mas através dela buscou-se conhecer e compreender melhor a figura do imigrante no sul do Espírito Santo, suas aspirações predominantes, seu conjunto de valores que nortearam sua vida, a forma como enfrentou os obstáculos para realizar seu principal sonho: o de ser um pequeno proprietário de terra, para nela formar sua família. Pretendeu-se investigar as razões e circunstâncias que levaram um frade a adquirir uma grande extensão de terra e dividi-la para imigrantes italianos e prover sua instituição com um patrimônio, mesmo que para efetivar tal projeto colocasse em jogo seu nome, arriscando tudo para levar avante o sonho. Uma vez concretizado e depois de muitas angústias e dissabores, que retardaram o andamento do projeto, seu personagem mais destacado, Fr. Manuel Simón, pôde em seus últimos anos na Fazenda do Centro vê-la crescer em produtividade e naquilo que era seu trabalho primeiro: o apostolado. A Fazenda adquirida não se tornou apenas um centro de produção econômica, mas também de vida espiritual para todos os colonos e vizinhanças; tornou-se uma referência de vida cristã católica em toda a região.

Hegel, embora com uma visão teleológica da história, vê o desenrolar histórico, no entanto, de forma dialética. Nesta dialética, o indivíduo é sujeito da história, sempre em relação à sociedade à qual pertence. “Cada indivíduo também é o filho de um povo em uma fase de seu desenvolvimento. A pessoa não pode passar por cima do espírito de seu povo, assim como não pode passar por cima da terra”²⁴¹. Assim, tanto aqueles imigrantes quanto os frades agostinianos recoletos, ao deixar seus países, correram atrás de realizar suas aspirações. Levaram consigo todas as suas tradições, seus esquemas mentais, sua cultura. Ao se depararem com um novo ambiente, uma nova situação política, social, cultural e econômica, com os referenciais anteriores moldaram e construíram a sua história. Para Hegel²⁴², existem alguns indivíduos especiais na história, que ele chamou de “homens históricos” ou “indivíduos históricos”, que “[...] são aqueles que apreendem uma proposição universal elevada [...], fazem-na seu objetivo e realizam este objetivo em conformidade com a lei mais elevada do espírito.” Em escala muito menor, Fr. Manuel Simón foi, naquele lugar e naquelas primeiras décadas do século xx, um destes “homens históricos”, que assumiu para si os anseios de alguns imigrantes ou seus descendentes diretos; viu-se impelido a dar-lhes um norte ante os problemas que enfrentavam; abriu veredas de esperança para algumas famílias que nele confiaram. Isto teve um custo muito elevado de responsabilidade, mas apesar de todas as dificuldades encontradas, o projeto efetivou-se. Hegel também considera o indivíduo como um objeto da história, aquele que está

²⁴⁰ Ibid., p. 128.

²⁴¹ HEGEL, Georg W. F., *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da História*, 2. ed. São Paulo, Centauro, 2001, p. 77.

²⁴² Ibid., p. 78.

sob o domínio das forças naturais e da provisoriedade do tempo que foge ²⁴³. Fr. Manuel Simon não foi um iluminado que idealizou um projeto inédito e único. Tudo o que fez foi baseado em experiências anteriores e seguindo certos padrões da época. Na tentativa de exaltar sua coragem, sua persistência, sua teimosia em levar avante o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, quase fizeram dele um mito e do seu projeto, um modelo a ser imitado. Vinte anos após sua retirada da Fazenda do Centro, Fr. Manuel Simón faleceu e a partir daí construiu-se a idéia do Núcleo como “uma verdadeira reforma agrária” e o “primeiro” do Brasil. Uma análise mais apurada deita por terra tal idéia e um Fr. Manuel Simón, líder carismático e ousado, retorna à sua humanidade, cheia de incertezas, de dúvidas, de anseios, de noites mal dormidas de preocupação, e de temores ante compromissos de difícil solução.

Agnes Heller, ao aprofundar sobre as estruturas da vida cotidiana, a define como a vida de “todo” homem, do homem inteiro, na qual está envolvida toda sua personalidade e individualidade; a vida heterogênea, de espaços e atividades diversas, como lazer, vida privada, trabalho e atividade social; como aquela que não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico. Vida cotidiana é aquela do indivíduo único e irrepitível, cujas necessidades o tornam conscientes do seu “eu” e o fazem um ser em relação a uma comunidade, um grupo social e cultural, no qual está imerso; aquela que está carregada de escolhas e alternativas, frequentemente em conflito e contradição; aquela que está caracterizada pela espontaneidade, pela probabilidade entre a ação e suas conseqüências e permeada de pré-juízos, sobre os quais o indivíduo se orienta e atua, pela “imitação”, ou seja, pela assimilação dos costumes e dos papéis sociais. ²⁴⁴ Uma história do cotidiano está fora dos propósitos desta pesquisa, mas a mesma faz com que venha à tona as características existenciais dos seus sujeitos, tanto os imigrantes, como os frades agostinianos recoletos, mais exatamente, Fr. Manuel Simón. Algumas fontes utilizadas, como os relatos do Sr. Orestes Bissoli, o diário do bispo D. João Batista Corrêa Neri e as Crônicas dos frades faz com que apareça vários aspectos da vida cotidiana destes sujeitos: vida familiar, relações de trabalho, análise da realidade desde o seu ponto de vista, crenças, preconceitos e a linguagem própria de cada um deles. O Sr. Orestes Bissoli escreveu como um homem pobre, vencedor pelo trabalho, que em meio às lutas num ambiente estranho e hostil, sente frio, fome e chora de saudade da família, chora quando não é reconhecido pela mãe. O bispo escreveu como um pastor que visita suas ovelhas dispersas, aos cuidados de outros pastores nem sempre dedicados, alguns dos quais verdadeiros mercenários; como aquele que está diante de uma nova realidade política, a República, frente à qual não conseguia se situar muito bem. Os frades são apresentados pelo cronista como

²⁴³ Ibid., p. 82.

²⁴⁴ HELLER, Agnes, *O cotidiano e a história*, 7 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 17-36.

heróis ousados, corajosos, trabalhadores incansáveis, homens de dedicação total e exclusiva aos seus “filhos espirituais”, mesmo em prejuízo da própria saúde. Tudo isto reflete muito do ponto de vista com que cada um olhou para a mesma realidade: o sul do Espírito Santo.

Em meio às situações existenciais, é possível situar os acontecimentos em conjunturas maiores e em estruturas que fogem à consciência imediata daqueles imigrantes e frades. É interessante observar, por exemplo, como o Sr. Orestes Bissoli relatou as dificuldades que vivenciou entre os anos 1898-1905, enfrentando um pesado ritmo de trabalho e grandes limitações financeiras, atribuindo tais situações ao aumento da família, aos compromissos que havia assumido, a saber, compra de novas terras, e as dificuldades para cumpri-los. Também o cronista agostiniano recoleto, ao tratar dos problemas vivenciados pelos imigrantes na primeira década do século xx, os viram sob a ótica de um problema geográfico e ambiental: as terras do litoral eram fracas, esgotamento das terras, desmatamento desmedido, diminuição do nível das águas e das chuvas. Nem o Sr. Orestes, nem o cronista fazem referência a uma conjuntura mais ampla: a crise do café, que se arrastou por mais de uma década, entre os últimos anos do século xix e os primeiros do século xx. À medida em que se olha para conjunturas e estruturas mais amplas, o nível da consciência individual e existencial daqueles que estão vivenciando os acontecimentos diminui. Além disto, nas relações diretas e imediatas da vida daqueles imigrantes e dos frades, na execução do projeto do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, nota-se a permanência de valores tradicionais que regiam a vida no plano social, econômico e religioso, com a interpenetração destes níveis de vida. À medida que se mira as conjunturas econômicas e a estrutura capitalista que já se impõe com força naquele período, torna-se evidente a existência de um capitalismo moderno. A produção daqueles imigrantes pequenos proprietários era regida pela economia familiar, onde todos estavam envolvidos, incluindo uma rede de laços comunitários para auxiliar na hora das colheitas do café. Se a produção era regida e orientada por um ritmo tradicional, a comercialização do produto estava já inserida no mercado internacional e obedecendo às regras do capitalismo em voga. A produção primeira daqueles frades agostinianos recoletos visou não um produto de exportação, mas que gerava renda imediata no mercado local, a cana de açúcar e a produção de cachaça, uma vez que havia compromissos urgentes a serem cumpridos com os colonos.

Fernand Braudel ²⁴⁵ distingue três níveis de duração no processo histórico: o tempo curto dos acontecimentos; o tempo mais amplo e mais lento das conjunturas e a longa duração, da permanência das estruturas. No nível das estruturas, percebe-se o capitalismo moderno a se impor cada vez mais; no nível das conjunturas, grandes transformações políticas, sociais, fundiárias e culturais,

²⁴⁵ BRAUDEL, Fernand, *História e ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972, p. 7-70, 133-144.

como o retalhamento de grandes fazendas, a ocupação do solo, antes coberto de florestas, com a produção familiar do café; também a passagem do regime político de monarquia para república, que afetou diretamente a vida dos imigrantes; no nível dos acontecimentos, a existência incerta, enfumaçada e insegura dos agentes aqui tratados, tanto os imigrantes quanto os frades, estes por sua vez também imigrantes.

Jörn Rüsen ²⁴⁶ diz que a pesquisa histórica produz um “superávit” de saber histórico que mesmo como ciência serve de orientação da vida humana prática no tempo. A pesquisa aqui realizada ampliou alguns conhecimentos a respeito da imigração italiana no sul do Espírito Santo, aprofundou a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, analisou algumas idéias decorrentes deste fato, situou-o dentro de uma conjuntura maior do capitalismo mundial. Certamente, com novos olhares sobre os documentos e com novos documentos, tal “superávit” será ampliado e, como é típico de todo conhecimento científico, será até mesmo superado.

²⁴⁶ RÜSEN, Jörn, *Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica*, Brasília, DF, Ed. UnB, 2001, p. 106.

REFERÊNCIAS

- A Gazeta*, Vitória, 1 mar. 1998, Caderno dois.
- AAVV, *Agustinos Recoletos: história y espiritualidad*, Roma, Città Nuova, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de, *Abolição e reforma agrária*, São Paulo: Ática, 2001.
- ARANHA, José Pereira da Graça, *Canaã*, São Paulo, Martin Claret, 2005.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo, “Italianos no Brasil: o que dizem os censos?”: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, Vitória: Ed. UFES, 1998.
- BISSOLI, Orestes, *Memórias de um imigrante italiano*, Vitória, Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.
- BLOCH, Marc, *Apologia da história ou o ofício de historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*, São Paulo, Martins Fontes, 1998. v. 2.
- __ *História e ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- BUSATTO, Luiz, “Por uma identidade Ítalo-capixaba”, in CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, Vitória, Ed. UFES, 1998.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira, “Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo”, in CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, Vitória, Ed. UFES, 1998.
- CASAGRANDE, André Dell’Orto, BARBIERO, Maria Helena Mion, *Castelo: da pré-história ao início do Século XX*, [s.l.], Prograf, 2002.
- CASTIGLIONI Aurélia H., “A imigração italiana no Espírito Santo: análise das características dos migrantes” : __ (Org.): *Imigração italiana no Espírito Santo ...*
- __; REGINATO, Mauro, *Imigração italiana no Espírito Santo: o banco de dados*, Vitória, CST, 1997.
- CAVATI, João Batista, *História da imigração italiana no Espírito Santo*, [s.l., s.n.], 1973.
- COLIBARI, Antônia, “Família e trabalho na cultura do imigrantes italianos”, in CASTIGLIONI (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo...*
- Cópia fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro. Manuscrito, arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP. [19-].
- Crônica de la Província de Santo Tomás de Villanueva. Década Primeira (1899-1909). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920.
- Crônica de la Província de Santo Tomás de Villanueva. Década Segunda (1909-1919). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920.
- CURIA PROVINCIAL DE LA PROVINCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA, *Los Mártires de Motril: la comunidad mártir*, Monachil, Imprensa Santa Rita, 1998.

- DAVATZ, Thomaz, *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, São Paulo, Martins Fontes, EDUSP, 1972.
- DE BONI, Luís Alberto, “Imigração italiana no Brasil”, in CASTIGLIONI, (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo ...*
- DERENZI, Luís Serafim, *Os italianos no estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, Arte Nova, 1974.
- FANFANI, Amintore, *Capitalismo, catolicismo, protestantismo*, Lisboa, Áster; São Paulo, Flamboyant, [196-?].
- FRANCO, Sebastião Pimentel, “Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração. Século XIX e início do Século XX”, in CASTIGLIONI (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo...*
- FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, 34. ed. São Paulo, Cia das Letras, 2007.
- GRAHAM, Richard, *Escravidão, reforma e imperialismo*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
- HEGEL, Georg W. F., *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da História*, 2. ed. São Paulo, Centauro, 2001.
- HELLER, Agnes, *O cotidiano e a história*, 7. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.), *Época colonial (História geral da civilização brasileira, v. 1, t. 1)*, São Paulo, Difel, 1960.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, “Prefácio”, in DAVATZ, Thomaz, *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, São Paulo, Martins Fontes, EDUSP, 1972.
- LARANJEIRA, Raymundo, *Colonização e reforma agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- Libro de contas de Fr. Máximo Tabuena de San José*. En la residência de Anchieta. Do principio en mayo de 1900. Manuscrito, Arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita de Cássia. Ribeirão Preto, SP, [19--].
- Libro de tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Castelo: de 1950 a 1965*. Manuscrito. Arquivo da Casa Paroquial de Conceição de Castelo, Conceição de Castelo, ES, [19--].
- LOPES, Daniel, “Fazenda do Centro: destruíram quase tudo, mas ainda é possível ver muita coisa bonita”, in *A Gazeta*, Vitória, 11 junho 1981. Caderno de Turismo.
- MALERBA, Jurandir (Org.), *A história escrita: teoria e história da historiografia*, São Paulo, Contexto, 2006.
- MARTINS, José de Souza, *O cativo da terra*, 2. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- MARX, Karl, *O capital*, , livro 1. v. 2, 11. ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1987.
- MASTROGREGORI, Massimo, “Historiografia e tradição das lembranças”, in MALERBA, Jurandir (Org.), *A história escrita: teoria e história da historiografia*, São Paulo, Contexto, 2006.
- MATTEDI, José Carlos, “História perdida entre montanhas”, in *A Gazeta*, Vitória, 1 março 1998, caderno dois, p. 1.
- , “Personagens do passado revivem casarão”: *A Gazeta*, Vitória, 1 março 1998, caderno dois, p. 3.

- NAGAR, Carlo, *O estado do Espírito Santo e a imigração italiana* (fevereiro 1895). Relatório do Cavalheiro –, Cônsul Real em Vitória, Vitória, Arquivo Público Estadual, 1995.
- NERY, João B. Corrêa Dom, *Lembranças: visitas pastorais*, manuscrito: Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória, Vitória, Centro de Documentação e Informação, [19--].
- ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS, *Beatos Vicente Soler e companheiros*, Disponível em: <http://www.santarita-oar.org.br/base.php?page=post_013_soler_comp>. Acesso em: 2 jul. 2008.
- PESSALI, Hésio, “Apresentação”, in BISSOLI, Orestes, *Memórias de um imigrante italiano*, Vitória, Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer, *O imigrante e a pequena propriedade*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- POZENATO, José Clemente, “Representações da imigração: a realidade e o imaginário italianos”: CASTIGLIONI (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo...*
- REIS, José Carlos, *Teoria & história: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.
- Revista brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, Associação Brasileira dos Municípios, ano 16, n. 63/64, jul./dez. 1963.
- RIBEIRO, Lucílio da Rocha, *Pequena contribuição à história da imigração italiana no sul do Espírito Santo*, [s.l., s.n.], 2003.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica*, Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.
- SCHÖKEL, Alonso, *Bíblia do peregrino*, São Paulo, Paulus, 2002.
- SCOLESE, Eduardo, *A reforma agrária*, São Paulo: Publifolha, 2005.
- TAMANINI, Virgínia G., Karina: romance, 8. ed.. Vitória, [s.n.], 1981.
- TAWNEY, Richard Henry, *A religião e o surgimento do capitalismo*, São Paulo, Perspectiva, 1971.
- VEIGA, José Eli, *O que é reforma agrária*, 14. ed. São Paulo, Brasiliense, 2005.
- WEBER, Max., *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, São Paulo, Cia das Letras, 2004.
- _____, *A gênese do capitalismo moderno*, São Paulo, Ática, 2006.
- _____, *Die protestantische ethik und der “Geist” des kapitalismus*, Erfstadt, Area Verlag, 2007.
- WITTER, José Sebastião, “Imigrante, um fator de transformação da Sociedade Brasileira, São Paulo (1850-1914)”: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.), *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora* Vitória: Ed. UFES, 1998.
- ZANDONADI, Máximo, *A igreja na história de Venda Nova*, Belo Horizonte, O Lutador, 1984.
- _____, *Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo*, Belo Horizonte, Fundação Mariana Resende Costa, 1992.
- _____, *Venda Nova: um capítulo da imigração italiana*, São Paulo, EPS, 1980.